

Antonio Carlos Figueiredo Costa

**A REPÚBLICA NA PRAÇA:**  
***MANIFESTAÇÕES DO JACOBINISMO POPULAR EM MINAS GERAIS (1893 – 1899)***

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Culturas Políticas

Orientador : Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta  
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG  
2006

Dissertação defendida e aprovada, em 25 de julho de 2.006, pela banca  
examinadora constituída pelos professores:

---

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta – Orientador  
UMFG

---

Prof. Dr. Lincoln de Abreu Penna  
UFRJ

---

Prof. Dra. Heloísa Maria Murgel Starling  
UMFG

## Agradecimentos

No momento de formular agradecimentos penso inicialmente nos profissionais que constroem a Universidade Federal de Minas Gerais, e em especial a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, meu "segundo lar" há dez anos.

Nesta casa encontrei desde o Curso de Licenciatura, Bacharelado, como Professor Substituto ou como mestrando do Programa de Pós-Graduação, muito mais que a formação acadêmica. Fiz sólidas amizades, e será diante do risco de cometer injustiças por omissão que inicio agradecendo as Professoras Dr<sup>ª</sup>(s) Carla Anastasia, Betania Figueiredo, Cristina Campolina e Júnia Furtado. Em todas encontrei a orientação segura aliada à simpatia que certamente tornaram as lides acadêmicas mais agradáveis.

Agradeço aos Professores Dr(s) José Carlos Reis, Francisco Luiz Vinhosa, José Dabdab Trabulsi, Douglas Cole Libby e Eduardo França Paiva que contribuíram com o saber e o digno exemplo.

A Professora Dra Maria Efigênia que gentilmente aceitou participar da banca de qualificação abandonando seu merecido descanso, meu reconhecimento pelas interessantes sugestões.

A Professora Dra Heloisa Starling, sempre tão empreendedora e atarefada, mas ao mesmo tempo tão acessível desde o tempo da graduação. Agradável e segura nas suas colocações propôs diversos caminhos a serem explorados para o desenvolvimento desta dissertação, os quais dentro do possível procurei seguir. Espero não ter desperdiçado suas orientações embaçando-lhes o brilho original.

Ao Professor Dr Rodrigo Patto, meu paciente orientador, meu eterno agradecimento. Quem almejar uma fina combinação entre a objetiva e lúcida orientação acadêmica e o exercício possível da autonomia intelectual certamente encontrará uma excelente opção no Professor Rodrigo.

Aos prestimosos Vilma Carvalho, Márcio Cossenzo, Sindier Antonia e Telma Oliveira da Biblioteca da FAFICH, ao competente Alessandro Magno da Seção de Ensino, e à sempre gentil Magda Terezinha da Secretaria da Pós-Graduação, o meu muito obrigado.

Aos colegas do mestrado Cristiane, Cláudia, Danielle, Rosângela, Edmar, Sofia, Hilário, Locke, Luciano, Myriam e Natali, sempre dispostos a ouvir minhas longas elocubrações intercaladas pelo café e a Coca-Cola, um especial muito obrigado pela companhia e a generosidade da escuta, sugestões e indicação de preciosas fontes.

Ao Clayton, meu irmãozinho de tantos anos na agradável *aventura do conhecimento*, expressão que peço de empréstimo ao nosso amigo comum, filósofo e historiador William Tito, meus sinceros agradecimentos.

Finalmente agradeço aqueles que mais sentiram minha forçada ausência de tantas atividades comuns ao lar de pessoas comuns. Minha querida Nilza conseguiu equilibrar as reponsabilidades de esposa com a doçura que se costuma encontrar somente nas melhores namoradas. Minha amada filhinha Beatriz que tomou consciência do Mundo vendo seu pai à volta com uma interminável pilha de livros e anotações e ao pequeno Guilherme que ensaiando seus primeiros passos e quase nenhuma palavra, não tem noção do quanto vem me ajudando.

## SUMÁRIO

Lista de ilustrações .....	5
Resumo .....	6
1. Introdução .....	7
2. Os alicerces de um problema .....	28
3. O contínuo refazer de um tema .....	66
4. As muralhas da República .....	109
5. Conclusão .....	155
6. Referências documentais e bibliográficas .....	160
7. Anexos .....	169

## Lista de Figuras

1	- Hino Seis de Setembro - A Marselhesa brasileira	170
2	- Poema aos mortos do dia 9 de fevereiro	171
3	- Acróstico Viva o Brasil Republicano	172
4	- Terceto dos jornais	173
5	- Estatutos do Clube Republicano Floriano Peixoto	174
6	- Sede do Clube Republicano Floriano Peixoto	175
7	- Curso de História do Brasil	176
8	- Manuais de Anibal Mascarenhas	177

## Resumo

A presente dissertação é o resultado de um estudo sobre a vertente popular do jacobinismo que o Brasil conheceu no início da sua História Republicana em Minas Gerais. Cidadãos dispostos à direta intervenção nos assuntos da República, os neojacobinos brasileiros consideravam-se herdeiros ou filhos tardios da Revolução Francesa.

Nossos personagens históricos são estudados sob a estratégia metodológica da História dos Conceitos, tendo sido privilegiadas sob a perspectiva da Cultura Política, as normas, crenças e valores que gravitaram nos periódicos da imprensa radical ouropretana entre os anos de 1895 e 1897.

## 1 - Introdução

A primeira década de experiência republicana no Brasil torna-se quase ininteligível caso tentemos suprimir as ações e o pensamento de certo grupo de cidadãos que encontravam-se firmemente interessados na coisa pública, na *res publica*. Considerando-se republicanos ‘puros’, eles instituíram associações radicais, publicaram ‘jornais de combate’, cultuaram ‘mártires republicanos’, reforçaram mitos políticos ‘aumentando-os’ com seus ritos, e produziram uma versão da História do Brasil sob o viés do republicanismo radical.

Praticamente esquecidos pelos manuais de História, os partidários da República jacobina conheceram seu resgate de forma um tanto tardia apenas ao final dos anos 1960, mediante o esforço daqueles que de forma pioneira resolveram debruçar-se seriamente sobre a temática do jacobinismo, dura tarefa certamente, diante de uma historiografia que mantivera, por décadas, posturas que guardavam silenciamento sobre o tema, quando não teciam comentários pejorativos.

Contudo, parte das lacunas ainda existentes na temática do jacobinismo talvez possam ser compreendidas pela tendência em ver o Rio de Janeiro, então sede da capital federal, como o epicentro das principais ações dos jacobinos, pois abrigando o centro do poder, também agregava uma série de instituições científicas e culturais, vinha experimentando também um incremento populacional por força da imigração estrangeira .

A opção por esta vertente de trabalho, ou seja, a de tentar entender o jacobinismo a partir dos acontecimentos no centro do poder, comportou um vício de análise, tomando-se a parte como o todo, o que acabou por deixar às manifestações dos radicais da república fora da capital federal num silêncio incompreensível, ainda mais quando encontramos referenciadas em vários trabalhos fontes conhecidas para o estudo mais aprofundado do jacobinismo em outras cidades.

Mas o estudo do jacobinismo não se limitou a este aspecto da restrição espacial, pois tematizado com base na conduta dos seus homens de cúpula, onde a base popular seria via de regra mera caixa de ressonância, acabava demonstrando, na prática, uma tendência pela qual a História política foi, até um passado recente, tratada com suspeição.

A partir das contribuições de um marxismo renovado teria sido possibilitada a reação às tradicionais interpretações enfatizadoras das forças sócio econômicas como determinantes principais da História, no que se abriu o caminho ao repúdio das explicações simples de base/estrutura para a formação das percepções culturais. Nisto passou a ficar permitido o estudo, não do ideal manifestado, mas da raiz e do enraizamento dos interesses.<sup>1</sup>

Sob esta perspectiva, passaram a ser consideradas as possibilidades de uma utilização eclética e contextualizada de inspiração antropológica, o impulso antropológico servindo para a demarcação de novos problemas, ou de velhos problemas sob novas perspectivas, com atenção especial às normas ou sistemas de valor e rituais, às expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia.

Com efeito, alguns dos trabalhos que tematizaram os jacobinos com maior acuidade, buscaram acenar para uma fina sintonia entre a atuação da cúpula e da base do jacobinismo. Em tais trabalhos, que serão abordados oportunamente em secção do nosso estudo a eles destinado, apontou-se para uma divergência de interesses entre a cúpula e sua base popular. Este aspecto já procurava demonstrar certa independência das camadas populares do jacobinismo, afastando a idéia de que esta servisse como mera 'correia de transmissão' aos interesses do jacobinismo de cúpula, não por acidente definido como constituído pelos quadros das oligarquias dissidentes dos Estados.

No que nos inclinamos a concordar, pois pensar diferente de tal independência seria retirar da base do jacobinismo popular toda e qualquer iniciativa de constituírem-se como atores históricos, seria fazer ouvidos moucos ao seu discurso, às ações impetradas muitas vezes sob penosos sacrifícios pessoais assumidos sob a garantia de uma reduzida recompensa individual<sup>2</sup>.

Seria em suma, desconsiderar todos os vestígios deixados sob uma formulação racional e logicamente conduzida, sob a forma de artigos, poemas e canções gravados em seus periódicos radicais, em suas tentativas de interpretação da História nacional e nas suas associações para a defesa da República.

Todavia, acreditamos que falta dar voz à vertente popular do nosso jacobinismo, no que devemos ouvi-los, mas de maneira empática<sup>3</sup>, o que intentamos fazer através da

<sup>1</sup> RÉMOND. Por uma história política, p. 20 – 21.

<sup>2</sup> As únicas garantias para aqueles que se dispusessem à defesa da República integrando os Batalhões Patrióticos seriam as proporcionadas pelo Dec. N° 1594 C, de 7 de novembro de 1893, a saber, a reforma e admissão no Asilo dos Inválidos da Pátria.

<sup>3</sup> Uma interessante abordagem que relaciona a empatia do historiador ao tempo histórico pensado como um terceiro tempo pode ser

perspectiva proposta pelo historiador Reinhart Koselleck para uma história dos conceitos, vertente histórica que se ocupa primordialmente de palavras e textos<sup>4</sup>.

Koselleck partiu do pressuposto que o homem orientado por sua compreensão, busca transformar a experiência da História em algo com sentido, assimilando-a hermenêuticamente. A teoria da História na visão de Koselleck trata de condições extralinguísticas e pré-linguísticas, ainda quando estas condições sejam buscadas por via linguística.

Neste sentido, a teoria da história dos conceitos formulada por Koselleck torna-se uma verdadeira doutrina das condições de possibilidade da existência de histórias, o que pela ótica do autor deve inquirir em termos teóricos as pretensões de tornar inteligível o acontecer da história, ou seja, a forma como se deve estudar, representar ou narrar a história. A teoria da história dos conceitos deve passar a apontar, por conseguinte, a bilateralidade própria a toda história, no que deve procurar entender, seja os nexos entre os acontecimentos, seja a sua representação<sup>5</sup>.

Ao fazermos isto, estaremos restabelecendo a coerência entre o discurso e a prática teórico metodológica, no que procuraremos preencher, sob certos limites, uma lacuna historiográfica que, ainda que pequena, poderá nos ajudar a refletir, tomando por base as ações da vertente popular do jacobinismo em Minas Gerais, sobre uma década tumultuada da República no Brasil.

Nossos atores históricos pertencentes à vertente popular do jacobinismo eram os jacobinos que militavam nos clubes, escreviam nos jornais, e combatiam nos batalhões patrióticos. Eram portanto, o que costumamos chamar de protagonistas da História.

A corrente política jacobina apresenta-se nesta perspectiva ainda apenas esboçada, como um substancial objeto de estudo, no que pretendemos entendê-la sob o viés de cultura política, conceito que ainda de forma um tanto provisória entendemos necessário precisar. A cultura política seria de acordo com Serge Berstein, a expressão pela qual podemos denominar os códigos e conjuntos de referentes formalizados no seio

---

encontrada em REIS. Nos artigos História e Verdade: posições e O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e Annales, José Carlos Reis trata das categorias campo de experiência e horizonte de espera de cuja tensão e dinâmica relação fica engendrado o tempo histórico. Este terceiro tempo, o tempo histórico, trata-se de uma relação que em seu presente cada sociedade passa a estabelecer com o seu passado e o seu futuro.

<sup>4</sup> KOSELLECK. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*, p.105-106.

<sup>5</sup> KOSELLECK. História y hermenéutica, p.67-70. Koselleck posiciona-se diante da relação entre a história e a hermenêutica defendendo uma tese fundamentada em leitura de Ser e Tempo, de Heidegger, utilização justificada por haver o autor de Ser e Tempo buscado uma ontologia fundamental que aspirava a derivar quase que necessariamente a condição de possibilidade da existência da história a partir da análise existencial do *dasein* finito, entendido o *dasein* como a questão existencial humana relacionada com a finitude de sua existência.

de um partido, de uma comunidade ou de uma tradição política<sup>6</sup>. Não devemos, ainda de acordo com Berstein, entender a cultura política como uma ideologia ou um conjunto de tradições, mas como algo que num dado momento da História e num dado país possui caráter plural, momento no qual as representações passam a adquirir um papel de importância na sua definição.

Como veremos em páginas seguintes, a cultura política do jacobinismo seria comum a camadas médias urbanas de população, num determinado momento histórico de países que tenham sido submetidos a um processo rápido e contínuo de modernização.

Em meio às mudanças políticas que costumam acompanhar este tipo de processo, buscamos identificar na plataforma das idéias dos jacobinos os sinais de uma interpelação 'para baixo', fator que os colocava em oposição diametral ao projeto político de República liberal conservadora defendido pelas oligarquias.

A presente proposta tem por objeto de estudo uma forma de jacobinismo transhistórico<sup>7</sup> ocorrido nos anos iniciais da República, e inscrito na 'primeira década republicana'. Nisto busca enfatizar as manifestações da esfera popular desta cultura política nas suas tentativas de intervenção no espaço público, partindo do seu pensamento logicamente formulado e racionalmente conduzido, e sob os aportes metodológicos da história dos conceitos, para alcançar um melhor entendimento acerca das ações destes neojacobinos, privilegiando a sua atuação em Minas Gerais.

Nossos atores históricos eram indivíduos integrantes de uma camada razoavelmente escolarizada que se formava nas principais cidades brasileiras, no que devemos ressaltar sua constituição um tanto amorfa. Desempenhavam profissões tão diversas como o jornalismo, o pequeno comércio, as funções de pequeno prestígio no funcionalismo público, as baixas patentes militares, e as ocupações de cunho acadêmico, o que via de regra os faziam consumidores ávidos da informação escrita, em contexto no qual se consolidava um público leitor mais numeroso.

Como escreveu Habermas, a um público desta natureza, podem apelar forças desejosas de influenciar as decisões do poder estatal, no que passa a ser objetivada a

<sup>6</sup> BERSTEIN. A cultura política, P.349 – 363.

<sup>7</sup> Utilizo o conceito no sentido emprestado a este por Michel Vovelle, como *uma ancoragem histórica que o inscreve em uma experiência precisa* [que é] "transponível, por analogia, ao tempo que a sucede, mas dificilmente transponível aos momentos que a antecedem, sob o risco de anacronismo. Jacobinos e jacobinismo. P. 26.

reivindicação de um novo fórum: o da esfera pública burguesa<sup>8</sup>

Os neojacobinos além de ávidos leitores de periódicos, seriam possuidores de um *ethos*<sup>9</sup> que os faria aceitar com normalidade a centralização de decisões, devendo no entanto a periferia mobilizar-se para interferir no centro dos acontecimentos e atender aos reclamos que a República viesse a fazer.

Sob a capa do *ethos* que perspassa o que em perspectiva mais abrangente poderíamos denominar por cultura política do jacobinismo, encontramos traços mais visíveis como o nacionalismo e o caráter matricial das organizações jacobinas.

Com isto, a periferia, a ‘província’, passa a conduzir-se segundo as necessidades ditadas por certo centro político, em cadeia que se retroalimenta pela circulação de idéias que chegam à periferia bem como pelos debates que nesta costuma gerar. Assim pela circulação de periódicos da imprensa jacobina central permutados com a imprensa jacobina da periferia, as discussões tornam-se direcionadas, e os discursos e ações jacobinas adequam sua *práxis*<sup>10</sup>, que alia a discussão à ação direta, bem entendido que serem assuntos nacionais os temas priorizados<sup>11</sup>.

Assim, o foco das atenções dos periódicos da imprensa radical que iremos abordar tratam sobretudo de discussões centrais na vida nacional do período considerado, e os personagens das páginas dos seus periódicos atuavam em eventos como a Revolta da Armada, A Questão do Amapá, dos Protocolos Italianos ou de Canudos. Os personagens da política eram sempre nomes nacionais: Floriano Peixoto, Júlio de Castilhos, Moreira César, Gomes Carneiro, entre outros que na cena histórica da República nascente pareciam encarnar para os jacobinos o modelo de virtudes do cidadão.

O que nos conduz a uma visão rousseauniana da sociedade, de uma pedagogia na relação Estado – cidadão, ponto axial para o entendimento das questões que envolviam o momento fundador e de consolidação do regime republicano no Brasil, sendo que nos fica imposto o conhecimento de outras visões do que deveria ser uma República naquele final de século XIX, para que possamos partir em busca do entendimento das ações e do pensamento manifesto pelos republicanos radicais

<sup>8</sup> HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. P.75.

<sup>9</sup> Entendemos por *ethos* o termo sob o qual se resumem os aspectos valorativos de uma dada cultura. Apud. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

<sup>10</sup> Utilizamos o conceito de *práxis* conforme o entendeu Antonio Gramsci, ou seja, como o fazer-se da História, ou a realização da História por força da vontade racional, vontade esta que seria suscitada por um pensamento historicamente baseado.

antiliberais ou neojacobinos que estariam visando mobilizar uma população que vinha experimentando as transformações modernizantes aportadas ao Brasil, às quais associavam-se às novas imposições que transitavam junto às elites na sua busca por progresso e civilização.

Tomando por foco de análise as evidências documentais que se apresentam, com vistas a preencher os desvãos de um objeto de pesquisa pouco explorado, buscaremos contemplar sob os aportes metodológicos da história política renovada, a expressão de uma cultura política que apesar de não ter efetivamente logrado êxito, demonstrou não haver vencedores de véspera, balizando de forma significativa a construção da História republicana naquele momento fundador.

Caberia em relação a este aspecto, um componente supletivo na definição do que seria uma cultura política esboçada algumas linhas atrás. Fazendo novamente uso do que defende Serge Berstein para as culturas políticas, devemos ressaltar que estas constituem

*um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível de gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.<sup>12</sup>*

Mas se nos adverte Serge Berstein que as culturas políticas não se tratam de sinônimos de tradição política, mas de *um fenômeno evolutivo que corresponde a um dado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração e acompanhar a evolução no tempo*<sup>13</sup>, cumpriria no entanto ressaltar ser o jacobinismo parte constituinte da tradição republicana a qual interessa tecer reflexões que ajudarão a pavimentar o entendimento acerca da recepção da cultura política do jacobinismo no Brasil.

Nossas reflexões acerca do republicanismo ligam-se a um tópico defendido por

<sup>11</sup> Convém esclarecer que O Diluculo, periódico radical ouropretano recebia como permuta, O Jacobino, do Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P., SIRINELLI, J.F.(org.) Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p.350 - 351.

<sup>13</sup> Idem, Ibidem, p. 355.

Claude Lefort<sup>14</sup>, onde o autor considerando Jean-Jacques Rousseau um inovador que formulou princípios nos quais se apoiaram as gerações seguintes, acaba inscrevendo o autor 'Do Contrato Social' numa longa tradição humanista, herdeiro – como Montesquieu – *de uma cultura política republicana* mais rica do que geralmente é dado supor.

Não obstante o fato de Jean-Jacques Rousseau ter exercido essencialmente na França uma influência considerável sobre o destino do republicanismo, tem razão Lefort quando anota que o Contrato Social não constrói a teoria de uma forma particular de governo, dado que Rousseau chamava de República a *todo Estado regido por leis, sob qualquer forma de administração que possa conhecer, pois só nesse caso governa o interesse público, e a coisa pública passa a ser alguma coisa*<sup>15</sup>.

Contudo, nos assinala Lefort que distinguindo o princípio do fato, Rousseau caracterizava a Monarquia como o governo onde a vontade particular mais facilmente domina as outras, onde o objetivo passa a não ser a felicidade pública e onde enfim a própria força da administração acaba voltando-se contra o Estado. Lefort considera que o termo republicano só adquire pertinência para Rousseau, por oposição ao termo monárquico.

A tradição republicana na qual Claude Lefort inscreveu Rousseau, possui para Newton Bignotto várias configurações, no que convém destacar que Bignotto não aceita reduzir o republicanismo à concepção liberal da democracia, onde a liberdade negativa passou via de regra a reger a relação dos indivíduos com a esfera pública. O ponto de partida de Newton Bignotto é a idéia de que a concepção de liberdade inicialmente veiculada pelos humanistas veio a ser apropriada e transformada por Maquiavel. Neste sentido, cumpriria lembrar, escreveu Bignotto, que deve ser ressaltada a *retomada da associação entre liberdade e ação dos cidadãos na cena pública*, bem como os *desdobramentos que essa maneira de formular o problema da liberdade provocaram, tanto no tocante à natureza das instituições republicanas quanto em temas como o da virtude e o da História*.<sup>16</sup>

Assim, o aspecto central ressaltado por Bignotto é a discussão da liberdade sem que esta esteja, como no discurso dos liberais, atrelada ao indivíduo, mas como

<sup>14</sup> Desafios da escrita política, P. 180 – 181.

<sup>15</sup> Idem, Ibidem, p. 182.

<sup>16</sup> BIGNOTTO. Problemas atuais da teoria republicana, P.17-43.

afirmação *enquanto ação na cena pública*<sup>17</sup>, o que se dá mediante a participação e a virtude cívica dos cidadãos, prática que esclarece o autor, *nada tem a ver com os excessos do terror jacobino*.<sup>18</sup> Afinal, Newton Bignotto lembra que *já desde os primeiros humanistas, o conceito de República se referia a uma ordenação jurídica precisa e que tinha por base a possibilidade de participação dos cidadãos nos negócios da cidade e à estabilidade das regras que regiam essa participação*.<sup>19</sup>

E se os primeiros humanistas tinham conhecimento dos riscos e dificuldades de fundar uma República em sociedade que estivesse mergulhada em conflitos de facção, seus sucessores adotaram a estratégia de recuperar o passado das cidades como forma de compreensão do presente. A partir de então, de posse do momento histórico inaugural de uma trajetória buscavam desvendar a ligação entre o impulso original e fundador da cidade e seus posteriores desdobramentos, em estratégia que buscava abordar a questão da identidade do campo político.

Um dos legados do humanismo cívico teria sido, anota Bignotto,

*A idéia de que o momento da fundação, que é vivido como uma experiência única, produz efeitos que ultrapassam, em muito, os limites históricos dentro dos quais as ações aconteceram. Essas ações nos deixam um legado imaginário e simbólico que são essenciais para a preservação dos valores que presidiram a constituição do corpo político.*<sup>20</sup>

Com efeito, Newton Bignotto defende o livre intercâmbio dos termos republicanismo cívico e humanismo cívico, no escopo semelhante ao raciocínio de Claude Lefort, quando este ressalta que o republicanismo *não significa somente o vínculo com uma certa forma de organização política que implica a participação dos cidadãos – em limites variáveis – na condução dos assuntos públicos*<sup>21</sup>. O republicanismo estaria expressado como um difusor de valores de liberdade política e igualdade que encontra as suas origens no humanismo cívico e na Florença republicana como instituidora de uma continuidade com a tradição da República Romana.

Valeria ainda ressaltar no campo da tradição republicana algumas distinções quanto ao que sejam ações de fundação e ações normais, considerando ainda na República seus costumes, vida política e caráter. Newton Bignotto assinala que as ações

<sup>17</sup> Idem, *Ibidem*, p. 22.

<sup>18</sup> Idem, *Ibidem*, p. 22.

<sup>19</sup> Idem, *Ibidem*, p. 28.

<sup>20</sup> Idem, *Ibidem*, p. 34.

<sup>21</sup> *Desafios da escrita política*, p. 188.

de fundação são *um momento especial da vida do corpo político, onde nem mesmo as leis servem de referência*<sup>22</sup>. São momentos especiais da História que carregam consigo uma carga de significados e uma capacidade de duração. Seria impossível – lembra o autor com vistas aos desafios que a Fortuna lança ao corpo político – *viver em uma República na qual os problemas postos pelos atos fundacionais se repetem ao longo de sua existência.*<sup>23</sup>

Se é inaplicável no contexto das sociedades industriais da atualidade, a sucessão de atos heróicos exigidos pela República, bem como a abdicação contínua exigida dos cidadãos, deve-se reconhecer que estes descrevem um ideário típico de momentos históricos do passado, ressaltando porém Bignotto, que, *o ato heróico faz parte da tradição republicana, mas ele serve para descrever um momento da vida política que é aquele da fundação, e não o cotidiano de uma República.*<sup>24</sup>

Caberia então anotar, sob os escritos de Claude Lefort, que a República seria, quanto aos costumes, o regime no qual a virtude cívica supõe o sacrifício do interesse pessoal, devendo se considerar até mesmo o sacrifício da vida do cidadão ao bem comum. O que nos leva à vida política na República, onde a concórdia passa a proporcionar o maior dos bens, dela nascendo a estabilidade das instituições, onde ressalva o autor, o perigo passa a residir na existência e rivalidade das facções. Assim, segundo Lefort, o caráter da República seria que esta não se constitui em um regime entre outros, mas sim no bom regime em si. Defendendo sua liberdade, o cidadão republicano defende a liberdade de todos.

Tendo presentes estas considerações, lembramos que a República encontrou surgimento no Brasil a 15 de novembro de 1889, como resultado de um golpe de estado. Instituído o novo regime de governo, passavam a coexistir pelo menos três projetos republicanos. O primeiro destes projetos enformava um modelo de República liberal, que ao final do século XIX possuía exemplificação mais viva nos Estados Unidos da América do Norte, país no qual a maioria dos partidários desta corrente espelhava-se. Seus próceres defendiam a conservação da estrutura sócio-econômica que vigorara no Império e adotavam uma postura de feições spencerianas, advogando o darwinismo social.

<sup>22</sup> Problemas atuais da teoria republicana, p.37.

<sup>23</sup> Ibidem, p.37.

<sup>24</sup> Problemas atuais da teoria republicana, p.38.

Outra idealização de República era a proposta pelos positivistas, na forma de uma República sociocrática defendida pelos seguidores da doutrina de Auguste Comte, mas que divergindo na adaptação desta ao caso do Brasil, encontravam-se divididos entre ortodoxos 'comtianos' e heterodoxos. Vertente filha do iluminismo, o positivismo apresentava-se como um projeto civilizador para o Brasil ao final de século.

José Murilo de Carvalho<sup>25</sup> nos esclarece que havia no Brasil do final do dezenove, um certo comprometimento entre as idéias dos liberais spencerianos com as dos partidários dos ideais positivistas, pois se os primeiros *pagavam tributo verbal à democracia, mas na prática nada faziam para torná-la realidade*, para os positivistas *a representação parlamentar era uma farsa que devia ser substituída pela ditadura republicana*<sup>26</sup>.

O terceiro e último dos modelos pretendidos de República era a de viés jacobina. Os jacobinos constituíam-se, via de regra, num setor da população urbana formado por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes, que tendia a projetar sobre a monarquia brasileira os mesmos vícios imputados ao antigo regime francês, pautando-se por valores abstratos em favor de igualdade, liberdade e participação, sendo partidários da liberdade à antiga; a República deveria ser feita na praça pública.

Corrente política de considerável sucesso junto à mocidade acadêmica da época, veio a encontrar maiores condições de expressar-se no combate à revolta da armada, iniciada em 6 de setembro de 1893.

Na Capital da República, o Contra-Almirante Custódio de Mello apossara-se dos melhores e mais modernos navios da esquadra, tornando-se virtualmente o senhor das águas da baía da Guanabara, criando um sério problema diplomático, além de ameaçar a sede do governo com bombardeios, que não demorariam a ocorrer, com propriedades atingidas, o que feria interesses de casas comerciais estrangeiras.

Uma população algo descrente com as 'coisas da política', alheia a qualquer mobilização que não se referisse a festas religiosas tratava de deixar aquele cenário tumultuado.

Floriano Peixoto, cujo governo anteriormente ao conflito, já andara determinando a baixa de preços de gêneros alimentícios e o tabelamento de aluguéis,

<sup>25</sup> CARVALHO, A formação da alma: o imaginário da república no Brasil, 1987.

<sup>26</sup> Idem. Brasil 1870 - 1914: a força da tradição. In: Pontos e bordados: escritos de história e política., p. 121.

passa, com o início das hostilidades, a colocar à disposição da população galpões à margem da estrada de ferro, além do antigo palácio Isabel e de um quartel construído nos terrenos da Quinta da Boa Vista; além disto determinara à Prefeitura o fornecimento de alimentação à população pobre que se ausentasse da capital, assim como de passagens gratuitas de ida e volta na Estrada de Ferro Central do Brasil, até a última estação dos subúrbios.

No momento mais crítico da revolta, as oligarquias estaduais, lideradas pelos paulistas, mas também suas dissidências, emprestavam o tão necessário apoio logístico a Floriano Peixoto, com vistas à cobrança em um prazo curto, da realização de eleições. Com estes estava o presidente de Minas Gerais, Afonso Pena, um antigo conselheiro do Império convertido à causa republicana, e que claramente percebia a necessidade de contemporização com o republicanos radicais.<sup>27</sup>

Dentro deste quadro de acontecimentos, o periódico ouropretano *O Estado de Minas* publicava a 15 de dezembro de 1893 a notícia de um manifesto do Almirante Saldanha da Gama. A leitura de tal manifesto mostrava a possibilidade da revolta naval assumir compromisso com uma possível tentativa de restauração monárquica.<sup>28</sup>

A linha mestra do manifesto do Almirante Saldanha da Gama ao aludir a uma possível tentativa de restauração monárquica produziria na vertente popular do jacobinismo uma forte reação, além de um irresistível poder de aglutinação que fez com que fossem à praça pública decidir sobre os rumos da República.

Na velha Ouro Preto de dezembro de 1893, a reação àquele estado de coisas seria imediata. Forma-se um batalhão patriótico, o qual acreditamos ter indicações, constituía-se majoritariamente pela mocidade acadêmica de Ouro Preto, possuindo também integrantes que eram alheios às escolas superiores, como funcionários públicos da administração estadual.

Os batalhões patrióticos seriam uma espécie de milícia formada para defender a República, sendo criados ainda na época do Governo Provisório, quando se temia uma reação ao novo regime.<sup>29</sup>

O ‘Silva Jardim’, batalhão acadêmico formado em Ouro Preto seguia a regra geral da formação dos batalhões patrióticos<sup>30</sup>, e tinha como seu comandante, o ‘capitão’

<sup>27</sup> HANER. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889 – 1898)*, p.138 - 142.

<sup>28</sup> *O estado de Minas*, Ouro Preto, p.1, 15 dez. 1893.

<sup>29</sup> QUEIROZ. *Os radicais da república*, p. 133.

<sup>30</sup> O historiador Lincoln de Abreu Penna relacionou alguns batalhões que atuaram no cenário da capital federal, encontrando nestes

Costa Malheiros, secundado pelo ‘tenente’ Públio Ribeiro e o ‘alferes’ Alfredo Cajado .

Devemos lembrar que Silva Jardim, um símbolo do republicanismo radical, visitara ao final do Império, a então província de Minas Gerais como parte da longa viagem que empreendera através do território nacional com o objetivo de detratar o Regime Monárquico e a figura do Imperador, fazendo a apologia do regime republicano. Seu sucesso junto aos acadêmicos de Ouro Preto fora estrondoso. Acolhido com entusiasmo, em companhia de Antonio Olinto dos Santos Pires, visitara as escolas de Farmácia e de Minas<sup>31</sup>.

Em 1891, ano da sua morte por motivo de haver caído acidentalmente na cratera do vulcão Vesúvio, quando visitava a Itália, seu falecimento receberia destaque na imprensa ouropretana<sup>32</sup>

É através da publicação do ofício de um dos voluntários de Ouro Preto, o amanuense Manoel Apolo, da secretaria do interior do Estado de Minas Gerais, que tomamos conhecimento de como se dera o ato de formação do batalhão patriótico naquela cidade. Em documento datado de 11 de dezembro de 1893, Manoel Apolo solicitava licença ao Presidente do Estado, Afonso Pena, para junto *com a mocidade republicana seguir para qualquer parte em que a pátria exigir os meus serviços*<sup>33</sup>

Ainda através de documento da lavra de Manoel Apolo, tornado público pelo jornal ‘O Estado de Minas’, sabemos sobre a criação do batalhão patriótico ocorrer após um ‘meeting’ convocado pelos acadêmicos de Ouro Preto.

A propósito, à época da publicação do documento de Manoel Apolo, o jornal ‘O Estado de Minas’ encontrava-se sob as ordens de Antonio Olinto dos Santos Pires, que o fundara naquele ano e ocuparia a sua direção até 1894.

O ato, ao que tudo indica, guardaria as características da prática dos jacobinos em constituir comissões de agitação pública, tendo a convocação e divulgação dos ‘meetings’ uma estreita ligação com a imprensa do republicanismo radical.

Levando isto em conta, chamamos atenção para a redação do funcionário da secretaria do interior, que pode conter reflexos decerto provenientes dos discursos inflamados ouvidos na noite anterior. Manoel Apolo julgava que iria defender a *República que brasileiros degenerados pretendem derrocar e dizia possuir convicção*

---

funções de comando e especializadas. PENNA. O progresso da ordem: o florianismo e a construção da república, 1997.

<sup>31</sup> Oitiam. A propaganda republicana em Minas, p.127.

<sup>32</sup> *A ordem*. Ouro Preto, p.2, 11 jul. 1891.

<sup>33</sup> Ofício de Manoel Apolo ao Ilmo e Exmo Sr. presidente do estado. *O estado de Minas*. Ouro Preto, p.2, 30 dez. 1893.

*indestrutível de que a forma de governo que adotamos é a única forma capaz de fazer o engrandecimento da pátria e a felicidade de seus filhos*<sup>34</sup>.

Não menos representativo do discurso do republicanismo e nacionalismo extremados de Manoel Apolo, características sem as quais as ações representativas da neojacobinos ficam ininteligíveis, seria a decisão expressa por Henrique Lessa, funcionário da Secretaria de Obras Públicas.

No seu documento datado de 24 de dezembro de 1893, Henrique Lessa expunha ao presidente do estado de Minas Gerais que *como brasileiro, não posso conservar-me indiferente diante da insaciável e negra revolta de 6 de setembro último, que transforma a nossa ondulante baía de Guanabara em teatro de covarde pirataria*<sup>35</sup>.

Através do seu documento, Henrique Lessa, como funcionário do estado, pedia permissão ao presidente de Minas Gerais para fazer parte do batalhão Silva Jardim, criado em Ouro Preto. Desejava *defender, a peito descoberto, as nossas sagradas instituições, representadas fielmente na pessoa do honrado e insuperável patriota marechal Floriano Peixoto*<sup>36</sup>.

O jornal 'O Estado de Minas' publicava na sua edição de 30 de dezembro de 1893 a chegada ao Rio de Janeiro do batalhão patriótico Silva Jardim, que iria constituir-se na 5ª bateria do batalhão Benjamin Constant. Os rapazes do Benjamin Constant foram receber na estrada de ferro seus irmãos de armas e de ideais que chegavam de Minas Gerais. Estes ficariam alojados na rua Santo Amaro, no bairro do Catete, onde passaram a ter seu quartel provisório. Defenderiam, inicialmente, o morro do Castelo.

Pelo historiador Pedro Calmon sabemos que foram os voluntários dos batalhões patrióticos Benjamin Constant e 23 de novembro, juntamente com os batalhões policiais e da Guarda Nacional, os responsáveis por haver fracassado a tentativa dos revoltosos em apoderar-se a 9 de fevereiro de 1893, da cidade de Niterói, no chamado 'combate da Armação'. Calmon observa que caso os marinheiros de Saldanha da Gama tivessem conseguido tomar de assalto aquela cidade, a luta poderia ter tomado outros rumos, ao invés, de como sabemos, do seu prosseguimento para o sul do Brasil.<sup>37</sup>

Em 21 de abril de 1894, dias após o término da revolta da armada, a mensagem

<sup>34</sup> Ofício de Manoel Apolo ao Ilmo e Exmo Sr. presidente do estado. *O estado de Minas*. Ouro Preto., p.2, 30 dez. 1893.

<sup>35</sup> Ofício de Henrique Lessa ao Exmo Sr.dr presidente do estado. *O estado de Minas*. Ouro Preto., p.2, 30 dez. 1893.

<sup>36</sup> Idem. Ibidem. p. 2.

<sup>37</sup> CALMON. História do Brasil, p. 1974-5.

do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro fazia menção à vitória da legalidade.<sup>38</sup> Afonso Pena não deixaria de mencionar a atuação que tiveram os batalhões patrióticos *onde se notaram representantes de todas as classes sociais*<sup>39</sup> ao lado das forças regulares e dos batalhões da guarda nacional. Considerava, confirmando sua fé na República, que o ciclo histórico da instituição monárquica se encerrara.

Afonso Pena não fazia qualquer menção ao emprego da força pública fora dos limites das fronteiras de Minas, o que possivelmente não deve ter ocorrido, a considerarmos a informação de John Wirth no qual a força pública mineira, inferior à época às suas congêneres de São Paulo e Rio Grande do Sul, via-se *em papos de aranha para policiar um Estado que tinha aproximadamente o dobro do tamanho das duas outras unidades*.<sup>40</sup>

À falta de menção de uma possível atuação direta desta no episódio da Revolta da Armada, entendemos que a atuação dos mineiros na capital federal, restringiu-se aos rapazes do batalhão patriótico Silva Jardim.

Ao término da Revolta da Armada, os grupos das camadas médias urbanas que haviam se mobilizado em defesa da República, simbolizada na resistência de Floriano Peixoto, passam à edição de periódicos e a manifestar-se continuamente, ocupando as ruas. Em relação aos periódicos, os mais conhecidos foram os que circularam na Capital federal, sobretudo ‘O Jacobino’ e ‘A Bomba’ (que depois passaria a se denominar ‘O Nacional’), editados respectivamente por Deocleciano Martyr e Anibal Mascarenhas, ambos ex-integrantes do Batalhão Patriótico Tiradentes.

Minas Gerais também conheceria experiência semelhante da imprensa do republicanismo radical. Os ex-integrantes do Batalhão Patriótico Silva Jardim, reunidos na Sociedade Anonima Treze de Março – data representativa da vitória contra o que pretendiam ser uma tentativa de restauração monárquica – criavam o periódico ‘Treze de Março’, cujo primeiro número passou a circular em 13 de março de 1895. Da sua comissão redatora, faziam parte Públio Ribeiro e Costa Malheiros, os quais haviam retornado às lides acadêmicas da Escola de Minas. Pretendiam que seu periódico viesse à luz duas vezes ao mês.

O Jornal ouropretano era produzido em moldes semelhantes aos citados

<sup>38</sup> *Mensagem do presidente do estado de Minas Gerais ao congresso mineiro na 4ª sessão da 1ª legislatura*, 21 abr. 1894. Ouro Preto.

<sup>39</sup> *Idem*. *Ibidem*.

<sup>40</sup> WIRTH, John. *Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional (1889-1937)*. In: História geral da civilização

periódicos fluminenses, mas não incluía anúncios, e a regra geral era a ocupação das suas imutáveis quatro páginas por longos editoriais que invariavelmente expressavam uma visão de História nacionalista, onde a República era uma velha aspiração que inscrita numa ‘longa duração’ fora postergada por um período monárquico. A República surgida a 15 de novembro de 1889 e consolidada a 13 de março de 1894 era o grande bastião a ser mantido.

O ‘Treze de Março’ sustentava-se na contribuição dos seus assinantes, denominados sócios, os quais contribuía com 3\$000 por semestre. Aparentava viver em dificuldades, as quais se somavam à dependência de imprimir o jornal na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, o que fazia com que parasse de circular por meses. Em março de 1897 ainda era publicado, pretendendo-se semanal, desaparecendo logo após.

Outro periódico defensor do republicanismo radical era ‘O Dilúculo’, que passou a circular a partir de 13 de junho de 1896. Lembramos que dilúculo significa o crepúsculo matutino, a alvorada. Tomado em acepção mais geral, crepúsculo pode significar um ocaso ou decadência. Não obstante, entendemos que pelas bandeiras empunhadas em prol da República nascente, ‘O Dilúculo’ liga-se à luz que precede o nascer do Sol, com o significado de um novo tempo, uma nova era.

Não temos conhecimento se os seus articuladores participaram ativamente do combate à revolta da armada, mas quando do reaparecimento do ‘Treze de Março’ o qual deixara de circular por alguns meses, os redatores ‘diluculinos’ davam ao *estimado collega*, [o] *batalhador e valente periódico, as boas vindas*, [almejando-lhes] *longa e ininterrupta existência para vemo-lo como sempre na vanguarda dos defensores da Republica*<sup>41</sup>

Suas páginas traziam constantemente referências a eventos da História brasileira, e seus editoriais defendiam acirradamente os interesses nacionais diante de potências estrangeiras, onde deixava transcender um nacionalismo extremado, intransigente, opondo-se ao direcionamento dado a questões políticas de relevo por parte do governo de Prudente de Moraes.

Com efeito, a participação do batalhão patriótico de Minas não fora de forma nenhuma inexpressiva, pois seus integrantes haviam contribuído para um movimento

---

brasileira; o Brasil republicano. 5. ed. São Paulo: Difel, 1989. Tomo III, v. 1. p. 85.

<sup>41</sup> Treze de Março. O Diluculo. Ouro Preto, p.3, 13 mar. 1897.

popular de afirmação das virtudes do cidadão da República. Ao término das suas ações, a República estaria melhor integrada à praça pública? Senão, doravante poderiam apresentar-se como defensores da República, havendo justificado a existência de sociedades que julgavam de pleno direito a participação direta nas coisas da República.

Haviam escrito uma legenda, pois defenderam sob enormes sacrifícios em 09 de Fevereiro de 1894 a Cidade de Niterói, evitando que esta caísse em mãos da esquadra revoltada. Receberiam a menção de salvadores da República da lavra de Floriano, para eles, o modelo de cidadão republicano.

Em suma constituiriam uma imprensa radical e buscariam a consecução de ações que visavam a hegemonia política num período no qual a República estava se consolidando, no que tentavam imprimir a esta República os moldes do seu projeto: o de uma República jacobina, nacionalista e ditatorial, e que efetivamente, sabemos, não se concretizou, encontrando seu ensaio imperfeito durante o governo Floriano Peixoto, mas sob o suporte logístico dos cafeicultores paulistas.

Em seu estudo intitulado ‘Os subversivos da República’<sup>42</sup>, Maria de Lourdes Mônaco Janotti identificou diferentes projetos de República convivendo em choque, transcorridos os primeiros cinco anos de experiência republicana. Naquele ano de 1894, a burguesia paulista, capitaneando o projeto de República liberal conservadora, avaliava que Júlio de Castilhos e Francisco Glicério estariam identificados com o ‘carro’ da revolução jacobina. Para os planos de ação da burguesia paulista conviria portanto, desbaratar as conexões entre o jacobinismo popular e as oligarquias do Partido Republicano Federal, via de regra as componentes da dissidência nos seus Estados.

Considerava-se ainda uma ameaça, a qual se revelou mais imaginária que real, de restauração monárquica. Cabe assinalar que as relações dos monarquistas com o governo, o qual encontrava-se pressionado para concessão de anistia aos revoltosos da Armada e Revolução Federalista causava insatisfação nos jacobinos, expressada em seus jornais e nos *meetings*, no que apontava-se Prudente de Moraes como compactuador com a subversão, momentos nos quais se utilizava a imagem de Floriano Peixoto para detratar o presidente civil.

A autora demonstrou que os jacobinos pretendiam dar fim a este estado de contemporização com os monarquistas, revertendo a situação por meio da criação de

---

<sup>42</sup> JANOTTI. Os subversivos da República.

uma nova ditadura de caráter militar, com manobras que pareciam cada vez mais perto do sucesso, na medida que se desenrolava o ano de 1897, sendo que nas festividades do dia 7 de setembro, Prudente de Moraes e seu Ministério foram afrontados pela multidão com vivas a Moreira César, Júlio de Castilhos e ao Marechal Floriano. Prudente de Moraes só teria conseguido reverter tal situação após o atentado frustrado de 05 de novembro; atentado contra a sua vida, mas que causou no entanto a morte do seu ministro da Guerra. A comoção popular resultante deste momento possibilitou a Prudente a decretação do estado de sítio, que se estenderia até fins de fevereiro de 1898.

Com tais aportes em vista, tomaremos como exemplos, e de forma não arbitrária, para a problematização histórica que nos propomos, os estudos de Renato Lessa e Maria Efigênia Lage de Resende, autores que transitaram nas fronteiras do nosso objeto de estudo.

O nosso recorte temporal encontra-se compreendido entre o ano de 1893, o quarto ano da experiência republicana, e 1899, considerado como o início do pacto oligárquico conhecido por modelo Campos Sales. Encontra-se compreendido portanto na chamada primeira década republicana. Estudando os inícios da República no Brasil, Renato Lessa concluiu que a abolição, em 16 de novembro de 1889, dos nexos precisos entre governo, *polis* e *demos*, abriram caminho para uma experiência política qualificada pelo autor como entrópica, qual seja, por uma ausência de mecanismos institucionais minimamente rotinizadores e pelo comportamento errático dos atores, que no tratamento das fontes de instabilidade acabaram por introduzir ainda mais incerteza e confusão<sup>43</sup>.

A idéia de entropia apareceria incorporada à noção de tragédia, relacionando-se esta à dilatada quantidade de desafios apresentados aos protagonistas dos ‘anos entrópicos’, no que impediu aqueles atores a posse de um mapa cognitivo capaz de erradicar a ignorância sobre o que se passava. Mais potente ainda que a idéia de caos ou de entropia seria para Lessa a idéia de absurdo, pois para o autor a República não teria sido produto de uma necessária manifestação de alterações estruturais da sociedade, no que o fez concluir que a República consolidada a partir de Campos Sales não teria sido construída como um contraponto à ordem imperial, mas como expiação de seu passado imediato, ou seja, o da primeira década republicana.

---

<sup>43</sup> LESSA. A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira.

Nesse sentido, cumpriria ressaltar que o período de governo de Floriano, não obstante o apoio das bancadas paulista, mineira e gaúcha, as relações do governo com a nação pautaram-se por uma extrema anarquia. Neste contexto, a Revolução Federalista e a Revolta da Armada seriam exemplos de metáfora clássica do inimigo externo, apresentado como ameaça monarquista.

Por seu turno, a historiadora Maria Efigênia Lage de Resende também não escolheu como foco específico de sua análise<sup>44</sup> o jacobinismo, não obstante tenha utilizado o conceito em seu trabalho com bastante propriedade. Neste, os radicais da República aparecem para compor um quadro bem maior, pois seu objeto foi a história política de Minas Gerais articulada à trajetória do Partido Republicano Mineiro entre os anos de 1889 e 1906. Maria Efigênia ao desenvolver seu objeto de estudo abordou a crise política de 1897, apontando para *uma dissidência ao nível das elites políticas*<sup>45</sup>. Defendeu então que embora a ala dissidente possuísse uma bandeira de cunho eminentemente ideológico – o combate ao falseamento do sistema representativo – ela era inócua quanto à capacidade de atingir no estado de Minas Gerais, uma população em sua maioria dispersa nas áreas rurais e vivendo em condições de dependência.

Maria Efigênia percebeu então que limitado o conflito ao nível das elites, e verificada a inexistência de incompatibilidades virtuais, a dissidência tendeu a se anular pela facilidade com que os menos radicais se acomodavam à situação dominante. No processo, os irredutíveis como Mendes Pimentel e Antonio Olinto dos Santos Pires, apontado como sendo chefe de uma facção de republicanos radicais, juntamente com outros, seriam eliminados.

Poderíamos então problematizar, partindo da premissa que diante de uma ausência de mecanismos institucionais minimamente rotinizadores combinada com o comportamento errático de atores, como quer Renato Lessa, pode ter se tornado extremamente perigoso aos interesses da oligarquia agroexportadora, representada pelo bloco cafeeiro, a exploração desta fonte de instabilidade pelos neojacobinos, os quais por sua vez entendiam como sintoma de complacência, fraqueza ou desvio moral o posicionamento do Governo de Prudente de Moraes diante da propaganda monarquista.

E neste caso, a vertente popular do jacobinismo teria, digamos, reais incompatibilidades, com a situação política que ameaçava cristalizar-se, pelo seu

<sup>44</sup> RESENDE. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889 – 1906).

<sup>45</sup> Idem, *Ibidem*, p.152.

compromisso de sincero apego à uma República que pretendiam de modelo jacobina.

À medida que ia ocorrendo um descolamento da sua ala composta pela dissidência oligárquica, o jacobinismo em sua vertente popular passava a ficar destituído dos elementos constituídos legalmente no aparato jurídico-político estatal. Esta vertente popular no entanto, conseguia manter-se a duras penas politicamente ativa, pela ação dos seus periódicos e associações cívicas.

Fazendo uso de uma categoria '*habermasiana*'<sup>46</sup>, categoria esta que seria a formação de um 'público que julga' ao invés de um público de 'leitores – receptores', consideramos que a partir da sua imprensa, os jacobinos buscaram após o término da Revolta da Armada, a ampliação dos quadros do republicanismo radical antiliberal. Estes quadros reunidos em associações estruturadas e dispostas à direta intervenção na política, com o tempo se tornariam propugnadores da ditadura republicana.

Cultuadores de uma determinada visão da História, se constituiriam em sério obstáculo aos interesses representados no governo de Prudente de Morais.

Fizemos portanto, uma escolha: um estudo de caso do jacobinismo popular em Minas Gerais, Estado da Federação ressaltado tradicionalmente na historiografia, pela atuação de suas elites políticas. Intentamos seu desenvolvimento levando em consideração as especificidades de um estudo de História e Cultura Política que deve possibilitar a convergência de respostas de fontes as mais diversas, para cuja abordagem necessariamente utilizaremos suportes teóricos também bastante variados.

Para atingir estes resultados selecionamos inicialmente uma parte do *corpus* documental onde iremos buscar a significação do discurso codificado dos jacobinos, a partir do seu vocabulário, palavras-chave e fórmulas repetitivas sob a perspectiva da História dos conceitos, com o tempo expressado por metáforas temporais. Nesse sentido, levaremos em conta que a cultura política se inscreve no quadro de normas e valores que acabam determinando a representação feita por uma sociedade em seu presente, passado e futuro.

Dessa forma, a comparação mútua das categorias campo de experiência e horizonte de expectativa correspondentes, elas mesmas metáforas temporais, prestam-se à inquirição acerca da função política e social dos conceitos, possibilitando à análise sincrônica tematizar a situação e a época.

---

<sup>46</sup> Jurgen Habermas, Op. Cit. p. 40 – 41.

O escopo de exigência da metodologia da História dos conceitos comporta ainda a análise diacrônica, momento no qual a análise sincrônica do passado se completa pela redefinição fundamentada da classificação dos significados passados das palavras, momento privilegiado para articular esta carga semântica aos traços constitutivos da cultura política do jacobinismo, a saber, o nacionalismo, a xenofobia, o anticlericalismo, o voluntarismo, o culto do herói, o interesse pela instrução pública e o aspecto matricial de suas organizações.

No primeiro capítulo encontra-se destinado à teorização do jacobinismo, o que fazemos partindo dos modelos propostos para o jacobinismo histórico ocorrido na Primeira República Francesa, ao qual somamos as diversas apropriações do evento fundador da modernidade que acabaram por converter a teoria do jacobinismo em parte de uma teoria da revolução. Articulados a este aporte passamos então a considerar, em função da tensão semântica existente nos documentos analisados, as possibilidades da história dos conceitos com vistas a intervir em nosso *corpus* documental.

No capítulo seguinte passamos a inventariar os autores mais representativos na historiografia que gravitou sobre o tema, com ênfase para as contribuições pós 1960, no que tentamos contrastar suas idéias acerca do jacobinismo, onde buscamos iniciar um diálogo que possibilite inscrever nossas apreensões, tendo em vista experimentar suas teorias diante de algumas das nossas fontes primárias.

Nesta tarefa, tentamos nos guiar pela perspectiva defendida por Koselleck onde, se por um lado se torna impensável uma reescrita da história sem alguma forma de reprodução ou retroação a estados de experiências já fixados em outro momento, por outro lado considera ser no momento da revisão que passam a ser empregados necessariamente novos métodos os quais possivelmente deveriam ser inexistentes em escritas anteriores da representação histórica.

O terceiro capítulo procura a necessária compatibilização da teoria tratada no capítulo inicial, para instrumentalizá-la junto às nossas fontes primárias, em ações articuladas com as conclusões provenientes do diálogo travado com a historiografia. Teremos por foco a atuação dos partidários do jacobinismo popular nas suas ações e retórica em prol da instituição de um modelo de República de inspiração rousseauiana, radical e antiliberal, no que fica privilegiado Minas Gerais como seu cenário de atuação, face a distribuição dos periódicos de Ouro Preto.

Intentamos ainda tratar dos traços definidores do que estamos considerando como a cultura política do jacobinismo, o que se configura como um trabalho de artífice, paciente e metuculoso adentrar ao passado, para, munido da necessária alteridade, tentar ouvir os ecos das velhas e esquecidas canções, apreciar as poesias extintas e os arruinados lugares comuns sob o desafio de extrair deles as explicações que o presente histórico reiteradamente nos exige.

## 2 - Os alicerces de um problema

Os anos finais do Século XVIII trouxeram mudanças qualitativas na forma de entendimento do mundo, na maneira de se pensar a História, e imbricado a essa nova cosmovisão<sup>1</sup>, a participação de maneira organizada e consciente de grupos antes excluídos de qualquer processo de decisão política.

Concorreram para que isto se processasse a idéia de nação que doravante caracterizou toda a realidade política, e a noção de Estado-Nação, em torno do qual passaram a se organizar os atos históricos.

Constituído como o quadro obrigatório da existência social, o Estado-Nação, enquanto representação política expressava a idéia das populações constituintes de uma sociedade num mesmo território reconhecerem-se como pertencentes a um poder soberano que delas é emanado, tendo este quadro surgido a partir da Revolução Inglesa do século XVII, e se universalizado com as Revoluções Americana e Francesa.

Para os intransigentes jacobinos, facção que protagonizou a vida política francesa e européia de abril de 1793 a julho de 1794, a nação ficaria expressa na dinâmica popular verificada em exercício de democracia direta, motivo pelo qual um dos seus comitês – o de Salvação Pública – refutou a separação dos poderes ao assumir a posição dominante no processo revolucionário, exercendo um poder sem partilha.

Considerados o embrião do partido político moderno, constituído por quadros e massas, e dotados de hierarquias locais de base territorial, os jacobinos haviam ganho este apelido dos seus adversários por congregarem-se no convento dos dominicanos, mas sobretudo, por difundirem uma ideologia puritana e austera, defendida por eles como a ditadura da virtude.

Defendiam ainda que haveria uma linha direta a ligar o grupo dirigente com a vontade popular, e isto poderia ser materializado como prova nas ações de heroísmo, no rigor contra os agitadores, ainda que estes fossem amigos, mas também na coragem da tomada de decisões impopulares. E se esse agir constituía-se em demonstrativo de virtude republicana, para Saint-Just, um dos grandes líderes jacobinos, seria a integridade moral dos possuidores de virtudes republicanas que justificaria o terror, no

---

<sup>1</sup>Empregamos o termo cosmovisão no sentido atribuído pela discussão antropológica, utilizada por Clifford Geertz para designar os aspectos cognitivos e existenciais de uma dada cultura ou civilização. GEERTZ. A interpretação das culturas, p.141-

que se criava em teoria, um elo de ligação entre a vontade popular e o terror, sendo seu eixo as virtudes.

A nação seria para Maximilien Robespierre o povo como força unificada-unificante, a qual encontrava sua consistência numa concepção de território cujas fronteiras fossem naturais, em idéia adequada às especulações do século XVIII acerca da natureza. Mas nesse território abstrato, um catalizador se faz necessário a que se torne real, sendo este ingrediente a imposição de uma unidade administrativa e política, onde fica definido um espaço de atuação no qual mediante regras codificadas, as trocas sociais e econômicas passam a ser efetuadas.

As convicções expressadas por Robespierre, na premente necessidade de inaugurar o temível e glorioso reino da justiça e virtude, com todos os cidadãos iguais perante a nação, o que julgava poder ver concretizado após o povo liquidar seus traidores, iria unir de maneira definitiva os rumos da Revolução pelas ações do 'incorrupível', a certa obra de Jean-Jacques Rousseau.

Por extensão, face às heranças e recepções delas resultantes, concorreria para mostrar o caminho aos radicais pequeno burgueses afetados em todo o mundo pelos ideais revolucionários e que ao longo de todo o século XIX revelaram-se extremados defensores do regime republicano e do nacionalismo como instrumentos das promessas do reino da virtude junto a um povo reunido num todo orgânico, idealizado e abstrato.

Aos nossos objetivos, importará conhecer inicialmente os temas que gravitam pelas páginas 'Do Contrato Social', motivação que julgamos pertinente por estarmos trabalhando nosso estudo de caso em uma perspectiva que privilegia os aspectos da cultura política jacobina. Afinal, se nossos neo-jacobinos acreditavam estar reeditando no Brasil do final do dezenove as cenas da 'Grande Revolução', torna-se necessário conhecer a matriz intelectual com a qual os jacobinos históricos dialogaram.

A segunda tarefa proposta liga-se à necessidade de conhecer os desdobramentos historiográficos sobre a relação existente entre jacobinos e Revolução, onde tentamos um resumo sintético, mas de esforço elucidativo que objetiva a colocar o estado atual de um tema que por haver engendrado o terror, às vezes ameaça ultrapassar as fronteiras da serena discussão acadêmica.

Nosso terceiro momento fica destinado ao entendimento do jacobinismo como uma das vias revolucionárias de tomada do poder. Ora, se a cultura política é formada por um conjunto homogêneo de componentes diversos, cumpre entender os aspectos organizacionais voltados para a ação, e com os quais se articularam e interagiram as bases filosóficas ou doutrinárias dos grupos jacobinos.

Por fim, passamos a esboçar nossa estratégia para intervir em nosso *corpus* documental face às especificidades do problema formulado.

## I

Em 'Do Contrato Social', publicado no ano de 1762, Jean-Jacques Rousseau tratou daquilo que se relaciona com a vida interna do Estado, lançando-se ao problema político no plano da moral racional, no que tomou como ponto de partida a diferença entre a condição natural do homem e a sua condição social. O divisor de águas desta diferença teria sido o 'contrato social', pedra-de-toque de Rousseau para a noção sob a qual constrói a idéia de nação.

O contrato social seria uma hipótese explicativa encontrada por Rousseau para justificar o abandono pelo homem da sua condição natural, em benefício da sua condição social, onde o problema seria *encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes*<sup>2</sup>, no que deve ser observado que tal liberdade difere da liberdade natural primitiva, configurando-se a partir do contrato como uma liberdade convencional.

A manutenção desta liberdade aparece como uma das idéias centrais e perspassa a partir de então toda a obra, articulando-se a temas como a representação política, a soberania, a formação das facções e a ditadura. Deve ser ressaltado que a essência do pacto social seria que cada um poria *em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral*<sup>3</sup>, recebendo *enquanto corpo, cada membro como*

<sup>2</sup> Do contrato social ou princípios do direito político. P.69-70.

<sup>3</sup> Idem, ibidem, p.71.

*parte indivisível do todo*<sup>4</sup>, e indivisível porque não seria nestas circunstâncias admissível para Rousseau a existência independente de indivíduos, mas sim de indivíduos que pela aceitação do pacto submetem-se – condição que é igual para todos – aos padrões coletivos.

Esta igualdade básica em Rousseau teria por objetivo não comprometer a própria sociedade, sendo que aqueles que desejassem reservar-se parte dos antigos direitos naturais estariam se colocando automaticamente à margem da sociedade.

Bem entendidas as condições deste pacto, cabe precisar as consequências advindas deste ato de associação que produz, segundo Rousseau, *um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembléia*<sup>5</sup> que na realidade não possui existência concreta, simbolizando apenas da parte dos componentes do corpo social uma tomada de consciência da sua condição. Dessa forma, é pelo ato de associação do qual veio a resultar o contrato social, que ficou possibilitado instituir o soberano, o que valeria dizer a República ou corpo político, formado pelos particulares que o compõem, e que não necessitaria, de acordo com Rousseau, *de nenhuma garantia em face de seus súditos, por ser impossível ao corpo desejar prejudicar a todos os seus membros*<sup>6</sup>, pois este ‘soberano’ não representa uma potência adversa à liberdade individual, sendo uma força que existe pela integridade do contrato.

Não obstante, caberia ao soberano garantir-se contra a usurpação – tema recorrente em Rousseau – de poderes por parte dos indivíduos ou de certos indivíduos como classe privilegiada. E a salvaguarda desta garantia se concretiza quando se passa a inculcar nos comportamentos individuais a consciência da vontade geral, a qual deve prevalecer sobre a vontade particular, de impulso egoísta. A vontade geral, contrariamente, tende à igualdade, e à compreensão desta por todos faz por sua vez avultar o papel da educação, o que vale dizer, que na visão de Rousseau, a preocupação com os problemas gerais voltados para a ética, acaba por propor cuidados com a educação, no que podemos inferir uma educação não excludente, pública e geral.

Rousseau defendia que o pacto social dava ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus, sendo esse mesmo poder que, dirigido pela ‘vontade geral’, ganha o

---

<sup>4</sup> Idem, ibidem, p.71.

<sup>5</sup> Idem, ibidem, p.71.

<sup>6</sup> Idem, ibidem, p.74.

nome de soberania. Ao soberano cabe decidir sobre a vida e a morte do cidadão, pois se sua vida, desde o contrato social – que lembramos teve por finalidade a conservação dos contratantes – gozou em segurança, foi por um dom condicional do Estado. Não sendo juiz do perigo deve o cidadão, quando necessário e útil ao Estado, se for o caso, morrer servindo à sua Pátria, tarefa considerada por Rousseau bela demais para ser confiada a mercenários. Aliás, seria pelo mesmo motivo de conservação que pode o Estado dispor da vida dos seus cidadãos, caso se tornem por seus crimes uma ameaça, sendo considerados rebeldes e traidores da pátria, no que deixam de ser um de seus membros, ao violar suas leis.<sup>7</sup>

No entendimento de Rousseau, é portanto possível o exercício da soberania do povo, desde que este valorizando a sua liberdade realize suas ações por meio das leis, sendo estas atos autênticos da vontade geral. A concretização disto se faz quando o povo unanimemente reunido, exerce os direitos da soberania, mas também uma parte dos direitos do governo, ao tratar de certos assuntos e julgar certas causas, apesar das dificuldades intrínsecas da reunião de um povo numeroso. Mas existiria uma ressalva que prende-se à convocação das assembleias do povo, pois a sua legitimidade de reunião e das deliberações e atos votados tornam-se nulos caso a própria ordem de reunião não emane da lei. Assim, assembleias do povo deveriam ser convocadas por *simples data* ou pelos magistrados designados para esse fim.

Contudo, Rousseau alerta para o fato de que *a lei da ordem pública nas assembleias não está tanto em nelas manter a vontade geral, quanto em fazer com que sempre seja consultada e sempre responda*<sup>8</sup>, o que significaria dizer que tal lei deve significar a regra moral imposta pelo interesse público, que produz por sua vez reações morais que impeçam as coalizões facciosas, que desviando a consulta à vontade geral, adulteram a sua resposta. Rousseau ressalva que

*quando se propõe uma lei na assembleia do povo, o que se lhes pergunta, não é precisamente se aprovam ou rejeitam a proposta, mas se estão ou não de acordo com a vontade geral que é a deles; cada um, dando o seu sufrágio, dá com isso a sua opinião, e do cálculo dos votos se conclui a declaração da vontade geral. Quando, pois, domina a opinião contrária à minha, tal coisa não prova senão que eu me enganara e que aquilo que julgava ser a vontade geral, não o*

<sup>7</sup> Do contrato social, p.102.

<sup>8</sup> Idem, ibidem, p. 201.

*era. Se minha opinião particular tivesse predominado, eu teria feito uma coisa diferente daquela que quisera; então e que eu não seria livre.*<sup>9</sup>

Expressão central no pensamento de Rousseau, a vontade geral é o que traduz aquilo que existe de comum em todas as vontades individuais, prendendo-se somente ao interesse comum. À vontade geral cabe a direção das *forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum*.<sup>10</sup>

Dessa forma, a soberania torna-se o exercício da vontade geral, não podendo ser alienada, pois o soberano enquanto ser coletivo só pode ser representado por si mesmo, pois pode o poder transmitir-se, mas não a vontade. Neste sentido, deve ser presumido que as ordens das autoridades estejam de acordo com a vontade geral, desde, esteja claro, que esta silencie. A soberania passaria a ser então a vontade declarada do corpo do povo, não sendo necessário que seja unânime, sendo no entanto preciso que todos os votos sejam apurados, pois qualquer exclusão formal romperia com a generalidade. Ora, caso isto ocorra, a vontade declarada deixaria de ser lei, não passando, anotou Rousseau, de uma vontade particular, um ato de magistratura ou, quando muito, um decreto.

Mas se o povo deseja sempre o seu próprio bem, nem sempre sabe onde ele está, e se jamais se corrompe o povo, também é possível que o povo seja induzido ao erro, e assim logrado, desejar aquilo que é mau. Disto se conclui que a vontade geral só seria garantia de acerto quando esclarecida. De onde fica evidenciada a necessidade da livre circulação de idéias, pois quando o povo suficientemente informado delibera, não tivessem os cidadãos nenhuma comunicação entre si, do grande número de pequenas diferenças resultaria sempre a vontade geral e a deliberação seria sempre boa.

Se a soberania é o exercício da vontade geral, e portanto inalienável, cumpre precisar o papel das funções legislativa, executiva e judiciária, separação que é admitida na prática por Rousseau, mas que se constituem na realidade em emanações da vontade geral, meras deputações, pois. E se, como quer Rousseau, o povo passe a se reunir unanimemente? Como ficaria o papel das deputações? Ora, é o próprio Rousseau quem resolve este problema para nós, pois onde se encontra o representado, não mais existe o

---

<sup>9</sup> Do contrato social, p.205.

<sup>10</sup> Idem Ibidem, p.85

representante. Assim, para Rousseau, *os deputados do povo não são nem podem ser seus representantes, não passam de comissários seus, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo diretamente não ratificar; em absoluto, não é lei.*<sup>11</sup>

Com efeito, após defender a possibilidade de reunião de um povo, mesmo que numeroso, Rousseau retorna aos exemplos práticos da Antiguidade, em especial Atenas e Roma, onde mesmo quando um senado preparava as leis, estas só adquiriam vigor depois de serem submetidas diretamente ao povo. Neste sentido, esclarece Rousseau que *não sendo a lei mais do que a declaração da vontade geral, claro é que, no poder legislativo, o povo não possa ser representado, mas tal coisa pode e deve acontecer no poder executivo, que não passa da força aplicada à lei*, sendo que o Executivo somente *obra por meio de atos particulares*<sup>12</sup>.

Restaria refletir então sobre o tema da soberania e liberdade quando recai sobre o Executivo a tarefa de evitar a perda do Estado em crise, onde a ordem e a lentidão das formas exigem um lapso de tempo às vezes recusado pelas circunstâncias, o que para Rousseau poderá justificar a alteração da ordem pública pela instituição de uma ditadura, ressalvando-se que isto só se justifica diante de perigos muito grandes, como em situações que visem a salvação da pátria.

Rousseau defende que nessas circunstâncias,

*se o perigo for tal que o aparelho das leis represente um obstáculo a evitar, nomeia-se então um chefe supremo que faça com que todas as leis se caíem e, por um momento, suspenda a autoridade do soberano. Em tal caso, a vontade geral não é duvidosa e evidencia-se, como primeira intenção do povo, que não pereça o Estado. Dessa maneira, de modo algum a suspensão da autoridade legislativa abole a vontade geral: o magistrado que a faz calar, não a pode fazer falar; domina-a, sem poder representá-la – pode fazer tudo, menos leis.*<sup>13</sup>

Disso decorreria que intacta e intransferível por sua própria natureza, porém silenciosa, a vontade geral guarda seu exclusivo poder de ditar as leis para quando voltar a exprimir-se, de onde infere-se que a Ditadura só pode instalar-se por breves

---

<sup>11</sup> Do Contrato social, p.187.

<sup>12</sup> Ibidem, p.188 – 191.

<sup>13</sup> Do Contrato Social, p.225-226.

períodos, dos quais *é preciso fixar sua duração num prazo bastante curto, que jamais possa ser prolongado.*<sup>14</sup>

A recepção de O Contrato Social em países como o Brasil foi entendida por Richard Morse como uma forma de recuperação da visão orgânica de sociedade, pré-existente no pacto de submissão escolástico, de onde o rousseunismo serviria como possibilidade à elite territorial na sua tarefa de legitimar um tipo de liberdade que seria a 'liberdade para obedecer', tendo sido Rousseau um dos mais férteis autores para uma pretendida mistura entre tradições e modernismo democrático<sup>15</sup>.

De uma linguagem rousseuniana de interpelação popular teria se valido o Imperador Pedro I em seus primeiros pronunciamentos, não obstante houvesse a firme disposição da elite territorial burguesa fiadora do novel trono a encastelar-se no poder. Esta utilização amputada do pensamento de Rousseau começaria a mudar a partir de 1870, quando uma nova burguesia passa a assumir papel de importância no cenário intelectual, bastante acanhado é verdade, mas que contava com seus lentes nas cadeiras das Escolas Normais e Superiores.<sup>16</sup>

Exemplificaremos a ligação entre a recepção acadêmica das teorias de inspiração rousseuniana e a opinião pública, no que apontamos inicialmente para a atuação de um professor chamado Hygino Rodrigues. Através das páginas de 'O Nacional', este obscuro neojacobino invocara sua superioridade intelectual para assumir uma cadeira de lente de francês na Escola Normal de Uberaba, onde fora preterido por um francês, fato que nosso infortunado professor tributava ao conceito que possuía de jacobino.<sup>17</sup>

Fora como deputado, mas com a autoridade fornecida pelo título de professor que Erico Marinelo da Gama Coelho colocava-se contra o reatamento das relações diplomáticas com Portugal, bem como do envio ao Brasil do seu representante diplomático, Tomás Ribeiro, literato pró monarquia, autor de 'Carta d'Alforria'. Erico Coelho seria homenageado com um retrato na primeira página da edição de 22 de maio de 1895, de 'O Nacional'.

---

<sup>14</sup> Ibidem, p.228.

<sup>15</sup> MORSE. O espelho de próspero: cultura e idéias nas Américas, p.71-95.

<sup>16</sup> COSTA. Contribuição a História das idéias no Brasil.

<sup>17</sup> HYGINO RODRIGUES. Escandalos de Uberaba. O Nacional. Rio de Janeiro, p.3, 15 mai. 1895.

E seria aplaudindo o abaixo assinado da mocidade da Escola de Farmácia de Ouro Preto, que seus lentes se posicionaram contra as ovações recebidas por Tomás Ribeiro.<sup>18</sup>

A Leitura de ‘O Contrato Social’ por Jürgen Habermas<sup>19</sup> atualiza Rousseau ao focalizar um aspecto capital da obra, qual seja, da relação mantida entre a opinião pública e a vontade geral. Habermas entendeu que a democracia rousseauiana postula o exercício manipulativo da força, e sendo assim, para que o espírito de facção não venha a subverter a vontade geral, torna-se necessário que a opinião pública – uma opinião pública sinônima de opinião popular, ‘de costumes simples e corações puros’ – seja esclarecida. E esclarecida contra as pretensões de um público esclarecido, de uma influência que desses advinda acabe se revelando corruptora.

Nesta perspectiva, para que a opinião pública e ‘popular’ seja esclarecida torna-se preciso que se coloque diante dos seus olhos as coisas como elas são, ou às vezes, como elas devem parecer ante ela.

Ora, sendo a vontade geral vista antes como um consenso dos corações do que dos argumentos e sendo a opinião corruptora do público esclarecido intermediada pela imprensa e pelos discursos de ‘salão’, cumpre para o estabelecimento da democracia direta que a vontade geral receba o incremento de um contraveneno que permita aos cidadãos reunirem-se na praça pública para a aclamação, tornando-se assim, a praça, o fundamento da constituição, e onde a vontade geral como *corpus mysticum* liga-se ao *corpus physicum* do povo unânime reunido.

Seria então no nosso entendimento, uma imprensa republicana radical que juntamente com clubes republicanos não menos radicais que passam a possuir esta função de contraveneno, típica de épocas revolucionárias, épocas nas quais – conforme anotou Habermas – *os jornais dos menores grupelhos políticos brotam por toda parte como capim*<sup>20</sup>.

Deu-se em tais situações de acordo com Habermas, uma refuncionalização da esfera pública, e sendo a imprensa na perspectiva do autor, a instituição por excelência da esfera pública, implica que a *priori*, os jornais na sua fase de refuncionalização

<sup>18</sup> Escola de Pharmacia de Ouro Preto. O Nacional. Rio de Janeiro, p.3, 29 Mai 1895.

<sup>19</sup> Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.

<sup>20</sup> Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa, p.216.

assumam a função de condutores da opinião pública enquanto meio de luta política, no que se cria uma imprensa pedagógica e intencionalmente didática, onde a intenção de obter lucros ficaria em um segundo plano.

## II

A partir da experiência histórica da Ditadura do ano II até a Comuna de Paris, criou corpo, fortificando-se durante um século, para usar-mos das palavras de Michel Vovelle, *uma teoria 'transhistórica' do jacobinismo como método de ação revolucionária*<sup>21</sup>, onde contribuíram com suas reflexões críticas, mas também apaixonadas, Marx, Lênin e Gramsci<sup>22</sup>.

Tendo os jacobinos conhecido a execração durante a era napoleônica, as jornadas revolucionárias de 1830 trouxeram de retorno a lembrança da revolução e dos seus republicanos mais intransigentes, lembranças que no entanto apresentavam-se associadas à nova reivindicação ligada à organização do trabalho. Entre 1848 e 1851 soldou-se verdadeiramente o bloco neojacobino atravessado por olhares hostis durante o segundo império. Após 1870, o jacobinismo parecia bastante abandonado, pois seu discurso e programa não estavam adaptados aos novos tempos.

Já no terceiro quartel do século XIX, a terceira república francesa tentaria recuperar dos antepassados, os jacobinos históricos, a precedência do cidadão sobre o homem privado, e o papel pedagógico do Estado, e portanto da escola, na formação do cidadão.

Marx apontara o anacronismo dos participantes das jornadas revolucionárias de 1848, considerando que haviam vivido sua revolução em ouropéis jacobinos e defendia ainda que os jacobinos históricos da primeira república francesa, por sua vez, tinham vivido a sua revolução sob ouropéis romanos; não obstante considerasse a ditadura jacobina como apoiada em suporte que emanava diretamente das massas populares, de onde encontram-se as referências em suas análises aos clubes e comitês de salvação pública.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> VOVELLE, Jacobinos e jacobinismo, p. 165 – 166.

<sup>22</sup> Idem, Ibidem. p.163-204 passim.

<sup>23</sup> MARX apud VOVELLE, Ibidem, p.200.

Exemplos relevantes acerca de eventos que tomaram os jacobinos como referencial seriam ainda a Comuna de Paris, que teria em seus Conselhos, juntamente com dezessete membros da Internacional, além de oito blanquistas, *trinta revolucionários 'sem doutrina social precisa' mas 'admiradores de 1793 e partidários da violência, o que os leva a serem denominados jacobinos'* <sup>24</sup>.

Cumpriria ainda lembrar que já em plena Terceira República, o Partido Republicano Radical mantinha com seus radicais socialistas *uma concepção do jacobinismo como defesa combativa da autoridade do Estado republicano contra as forças da reação e do clericalismo*, grupo para o qual 1793 ainda subsistia como imagem válida e balanço positivo, o que *os obrigava a reconhecer o terror como necessário, em nome das circunstâncias às quais ele respondeu*, consideração que para Michel Vovelle implicava *em uma apreciação positiva do jacobinismo como estrutura de combate pela salvação da república, e os manifestos, como o do partido radical de Camille Palletan em 1894, vangloriavam-se deste rótulo* <sup>25</sup>.

Michel Vovelle fez realce quanto as acepções diversas que o jacobinismo foi distinguido ao longo de dois séculos, no que buscou consubstanciar sua orientação em relação aos que se dedicam ao tema, defendendo a necessária prudência para aqueles que devem tratar lado a lado com ancestrais reais e criaturas imaginárias.

Do jacobinismo histórico fariam parte aqueles homens e mulheres que encontraram-se no contexto histórico-geográfico da França revolucionária.

O outro modelo abordado por Michel Vovelle constitui o jacobinismo transhistórico, que postulando como representação a herança direta do jacobinismo histórico, acaba contextualizado no entanto ao seu cenário de atuação, fator que garante à sua idéia-força, vida e eficácia autônomas. Isto faz com que, *a priori* fique permitido que ao se partir de uma experiência inscrita precisamente na década revolucionária francesa, tomando-se aquele modelo de revolução como exemplo, torne tal modelo transponível ao tempo que a sucede.

Além disto, ao revestir-se de um significado mais geral - de uma atitude, comportamento e visão de mundo, o jacobinismo passa a não remeter diretamente a um

---

<sup>24</sup> VOVELLE, jacobinos e jacobinismo, p.185

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 191 – 192.

sistema social determinado, e apesar de imbricar-se ao sistema de valores nascidos com a revolução francesa, ter seu conteúdo democrático não universalmente reconhecido. O que lhe rendeu aproximações e inimigos.

Na verdade, o grande pomo da discórdia entre a historiografia dedicada a Revolução Francesa foi e continua sendo os jacobinos, melhor dizendo, o seu papel histórico e a sua herança. A historiografia da Revolução Francesa, e principalmente homens como Alphonse Aulard, Albert Mathiez – de cuja obra Antonio Gramsci tirou lições sobre os jacobinos – e Georges Lefebvre, ocupantes da cátedra de História da Revolução Francesa da Sorbonne elaboraram uma leitura social da Revolução Francesa, no que colocaram progressivamente em cena as massas rurais e depois as urbanas.

O esquema explicativo proposto era então o de uma ‘Revolução burguesa com sustentação popular, proposta que buscava evidenciar a originalidade do caminho revolucionário francês. Tal leitura, constituída como síntese temática da Revolução encontraria seus defensores principalmente no grupo que Michel Vovelle denomina como ‘campo jacobino’<sup>26</sup>. Foi a partir da década de 1960 que as vozes discordantes se tornaram mais obstinadas, pois se o ‘campo jacobino’ contava com um marxista como Albert Soboul, o grupo dos revisionistas com François Furet e Denis Richet defendia que a Revolução Francesa deveria ter *suas verdades estabelecidas totalmente revistas*.

Para Furet,

*o ‘deslize’ da Revolução Francesa, que aconteceu para o autor de 1790 a 1794, deveu-se à intrusão incongruente das massas populares urbanas ou camponesas, mobilizadas na base de suas reivindicações tradicionais, em questões agrárias ou de subsistência, num programa passadista.*<sup>27</sup>

Em nosso estudo, procuraremos face aos nossos objetivos, utilizar daquilo que foi produzido, seja pelo ‘campo jacobino’, seja nas hostes do revisionismo, as contribuições que nos permitam construir a dinâmica e a estruturação do jacobinismo, no que pretendemos fazer uso destas como modelo teórico, no que buscaremos diálogo com François Furet, Antonio Gramsci e Crane Brinton. Num segundo

<sup>26</sup> Combates pela Revolução Francesa.

<sup>27</sup> Idem, *Ibidem*, p.89.

momento, torna-se-á necessário o debate com a sociologia histórica de Samuel Huntington, Décio Saes e Luiz Werneck Vianna.

Na sua perspectiva revisionista, François Furet concentrou seu ataque à Revolução Francesa, resumida por ele ao fenômeno jacobino, como crítica à visão que fez da Revolução Soviética a herdeira das promessas não realizadas pela ancestral, ao ver com reservas uma Revolução que fazia desta Revolução do século XX, a garantidora da igualdade real<sup>28</sup> - como acredita a esquerda intelectual francesa - em substituição à igualdade formal dos revolucionários franceses. E seria o terror revolucionário, e mais especificamente a justificação do terror e caminho para a ditadura, os contrapontos colocados por Furet.

Nessa vertente de raciocínio, François Furet buscou apoio em pensadores do século XIX, fazendo-se acompanhar de Joseph De Maistre, para quem o jacobinismo e o terror seriam a própria Revolução, e Benjamin Constant que definia o que havia de nefasto na Revolução pelo terror jacobino. Aliás, para Constant, o jacobinismo seria apenas uma perversão provisória, acobertada pelo pretexto da salvação pública. Furet assinala que o jacobinismo passou a aparecer a partir de então nos escritos contra-revolucionários como estando associado à anarquia e ao esgotamento.

Ao longo do século XIX teriam sido as opiniões e julgamentos pró ou contra a Ditadura do ano II, do governo revolucionário da salvação pública e do exercício do terror que mobilizam os debates. Em suma, o jacobinismo pela avaliação dos escritos deixados pelos homens do século XIX teria sido mais um período do que propriamente um conceito, assim como seria considerado mais um acontecimento da História francesa<sup>29</sup> - aquele período que une o culto do estado ao culto da nação em torno de valores igualitários e da luta pela salvação pública - , como resumiu Furet<sup>30</sup>, do que um objeto de análise.

Por sua vez, François Furet considerou o jacobinismo como um *produto imprevisto do curso da revolução*<sup>31</sup>. Ao escrever seu verbete 'Jacobinismo'<sup>32</sup> às vésperas das comemorações do bicentenário da Revolução Francesa, Furet destacou a

<sup>28</sup> VIANA. Verbetes jacobinismo como dérapage. In: Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens. p. 260 - 261.

<sup>29</sup> Grifo nosso.

<sup>30</sup> Combates pela Revolução Francesa. Bauru, p. 23.

<sup>31</sup> Jacobinismo. In: FURET, François, OZOUF, Mona. Dicionário crítico da revolução francesa, p. 774.

dinâmica de um clube no qual seus integrantes encontravam-se *decididos a se colocarem de acordo quanto ao comportamento que deviam observar antes das sessões da Assembléia* no que entendeu tratar-se de prática anglo-saxã que muito veio a contribuir para a coesão e a vitória da comunas sobre as duas ordens privilegiadas<sup>33</sup>.

Havendo servido como modelo de revolucionários que encontraria muitos imitadores, o jacobinismo faria parte do século XIX

*não apenas da legenda da revolução, mas também de suas lições: as sociedades revolucionárias de militantes convencidos de que a transformação do homem e do mundo eram o que lhes alcançaria a ação, foram um patrimônio neo-jacobino comum a toda a Europa Ocidental do século XIX*<sup>34</sup>

E seria dessa forma que o jacobinismo teria se transmitido à posteridade como legenda, História, tradição, teoria e prática. Dessa herança, Furet, consubstanciando sua análise, esclarece que na Terceira República Francesa, embora tivessem que aceitar a idéia da existência de um senado, os republicanos da época tiveram que conservar como encarnada na representação a soberania popular. Neste sentido, a Terceira República conservara ainda *a precedência do cidadão sobre o homem privado, e o papel pedagógico do Estado, e portanto da escola, na formação do cidadão*.<sup>35</sup>

Havendo direcionado sua atenção para a atuação do Clube Jacobino de Paris, Furet concluiu que esta associação possuía uma vocação de sociedade matricial, constituindo rapidamente uma *caixa nacional de ressonância, única em seu gênero, da política revolucionária, na medida em que se cercou nas províncias de sociedades afiliadas, previstas em seu regulamento* <sup>36</sup>. Com o tempo e o avanço do processo revolucionário, o clube armou-se de uma organização interna mais forte, acrescentando aos comitês que já eram existentes ( o principal era o comitê de correspondência), um comitê de relatórios e um comitê de fiscalização.

Na ditadura jacobina, os escrutínios purificadores designavam os vencidos antecipadamente, denunciando-os à opinião, e *o clube havia-se tornado uma máquina produtora de unanimidade, ocupando por procuração, todo o espaço da vontade*

---

<sup>32</sup> Idem, ibidem.

<sup>33</sup> Ibidem, p.764.

<sup>34</sup> Idem, ibidem, p.774.

<sup>35</sup> Idem, ibidem, p.772.

*popular*<sup>37</sup>, momento no qual se inaugurava uma democracia direta inédita na qual os jacobinos representavam a ficção revolucionária do povo: povo unânime, em estado de auto-expurgo permanente, já que a exclusão tinha por fim purgar o soberano de seus inimigos ocultos e de restabelecer assim a unidade ameaçada; votava-se de mão erguida, pois o segredo só convinha aos complôs.

### III

Razões mais ligadas à intervenção na política do que propriamente por questionamentos acadêmicos levaram o pensador e militante comunista italiano Antonio Gramsci a aproximar-se de teorizações envolvendo o jacobinismo, que seria para ele a exemplificação de como se formou concretamente e atuou uma vontade coletiva, e pelo menos por alguns aspectos, uma criação que lhe parecia original.

Gramsci defendia que a formação da vontade coletiva nacional popular somente seria possível se as grandes massas camponesas irrompessem simultaneamente aos grupos sociais urbanos que alcançaram um determinado nível de cultura histórico-política, na vida política. A este movimento deveria ligar-se o que Gramsci denominou por reforma intelectual e moral, cujo propagandista deveria ser o moderno príncipe, que seria um organismo – o partido político – que já estaria determinado pelo desenvolvimento histórico.

Este propagandista e organizador da reforma intelectual e moral deveria assumir a tarefa de *criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna*.<sup>38</sup> Contra a formação de uma vontade coletiva nacional-popular atuariam, sobretudo a partir de 1815, as classes tradicionais, ou seja, a aristocracia latifundiária e, em geral, o latifúndio, visando a manutenção do poder 'econômico-corporativo' num sistema internacional de equilíbrio passivo.

E teriam sido justamente as análises histórico-políticas realizadas por Antonio Gramsci que o levariam à conclusão sobre o esgotamento da fórmula revolucionário-

---

<sup>36</sup> Ibidem.p.765.

<sup>37</sup> Ibidem.p.768.

<sup>38</sup> GRAMSCI. Maquiavel, a política e o estado moderno, p.8-9.

jacobina. Gramsci defendeu serem frequentes nas análises histórico-políticas, os erros na avaliação causal, onde ocorrem a superestimação, seja daquilo que ele considerava as causas ligadas a uma estrutura, a que chama de 'orgânicas', daquelas causas ligadas a conjuntura, ou causas mais imediatas, onde o elemento voluntarista e individual acaba ressaltado. Nesse sentido, o pensador marxista italiano apontava para a justa relação do que seria 'orgânico' em relação aquilo que seria 'ocasional', para que não sejam superestimadas nem as causas 'mecânicas', nem o elemento 'voluntarista' e individual, sejam em casos regressivos ou de crise aguda, sejam de desenvolvimentos progressistas ou de prosperidade.

Considerou então que,

*o nexó dialético entre as duas ordens de movimento e, portanto, de pesquisa, dificilmente pode ser estabelecido exatamente; e, se o erro é grave no que se refere à historiografia, mais grave ainda se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a História passada, mas de construir a História presente e futura<sup>39</sup>*

Antonio Gramsci defendia então que nos anos 1870 – 1871, com a tentativa da Comuna de Paris, tornaram-se esgotados em termos históricos, os germes nascidos em 1789, ou seja, perderam eficácia o conjunto de estratégia e tática políticas que haviam nascido em 1789, se desenvolvido ideologicamente em torno de 1848, e sintetizados sob a fórmula da revolução permanente, um conceito político surgido antes de 1848, que se prestaria no entanto para expressar cientificamente a elaboração das experiências jacobinas ao longo do processo revolucionário francês.

A fórmula da revolução permanente estaria definida como sendo,

*própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava, por assim dizer, no estado de fluidez sob muitos aspectos: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou numa só (Paris para a França); aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal; determinado sistema de forças militares e do armamento nacional; maior autonomia das economias nacionais no quadro das relações econômicas do mercado mundial, etc. No período posterior a 1870, em virtude da expansão colonial européia, todos estes*

---

<sup>39</sup> Idem, *Ibidem*, p.47.

*elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e maciças.*<sup>40</sup>

Assim, para Gramsci, no período posterior a 1870, a fórmula jacobino-revolucionária da revolução permanente se encontrará superada, sendo elaborada na ciência política a fórmula conhecida por hegemonia civil.

Quanto ao processo de hegemonia civil, Antonio Gramsci apontou para os pressupostos que devem ser levados em conta. Deve haver certo equilíbrio de compromisso, onde considerando os interesses e tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, o grupo dirigente passa a aceitar sacrifícios de ordem econômico-corporativa, sacrifícios que porém não se relacionam com o essencial. Na verdade a hegemonia tem caráter ético-político, não deixando também de ser econômica, onde o grupo dirigente exerce função decisiva, devendo ser excluídos apenas os interesses econômico-corporativos estreitos.

A hegemonia contudo, passa a ser exercida não no plano corporativo, mas num plano universal. Na hegemonia de determinado grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados,

*o Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais'. O grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis ( no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados.*<sup>41</sup>

Não menos importante para os aspectos que animarão os nossos questionamentos seria a diferenciação dos conflitos no campo e na cidade, o que acaba por repercutir na pressão que a classe terratenente desenvolve, seja sobre o camponês pobre, seja às classes altas urbanas para que estas venham exercer controle sobre as médias e baixas camadas urbanas, consideradas o foco da instabilidade na visão do patriciado rural.

Ficaria ressaltado dessa forma em Gramsci, o papel explicativo do supra-

<sup>40</sup> Idem, Ibidem, p. 91 - 92

<sup>41</sup> Idem, Ibidem, p.50.

estrutural em relação à ruptura com a ordem burguesa. Igualmente ficaria bastante evidenciado o papel dos intelectuais, qual seria o de organizar a teia de tranças e relações institucionais e sociais denominada por hegemonia. A conceituação dos intelectuais encontra em Gramsci uma definição bastante ampla e que inclui todos aqueles que tem uma função organizacional no sentido amplo, e que comporta tanto os intelectuais tradicionais, ou comprometidos com uma tradição que remonta a um período histórico mais antigo, quanto os intelectuais orgânicos que seriam aqueles que qualquer classe progressista necessitaria para a organização de uma nova ordem social.

Remo Bodei, um dos estudiosos do pensamento de Antonio Gramsci assinalou que a visão do pensador marxista na sua maturidade experimentou uma evolução acerca do jacobinismo, passando a considerá-lo como a função de contraveneno em relação a toda forma de revolução passiva<sup>42</sup>. Assim, os jacobinos teriam deixado de ser os déspotas abstratos para constituir-se em ultra-realistas atentos à realidade concreta em movimento.

Gramsci entendeu o conceito de revolução passiva a partir da dedução de dois princípios fundamentais da teoria marxista, a saber: que nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram encontrarem lugar para um ulterior movimento progressista; e, que a sociedade não assume compromissos para cuja solução ainda não tenham surgido as condições necessárias. No que passamos a reportar os três momentos distintivos de uma situação ou equilíbrio de forças, sendo estes: 1. Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura; 2. Uma relação das forças políticas; e, 3. Uma relação das forças militares.

Na perspectiva gramsciana devem ser dados ao segundo momento, ou seja, ao equilíbrio das forças políticas e, especialmente ao terceiro momento, ou equilíbrio político-militar, a máxima valorização.<sup>43</sup>

Dois fatores de grande importância num contexto de revolução passiva parecem ser para Gramsci o problema da consciência da missão política – o que fará do seu condutor um político realista, por conhecer também a missão do seu oponente – ou um apóstolo iluminado. Com efeito, no processo de revolução passiva, ocorrem

<sup>42</sup> Gramsci: vontade, hegemonia, racionalização. In: FERRI, Franco (Org.) Política e história em Gramsci. v. 1. p. 73 - 115. Antonio Gramsci tendeu inicialmente a considerar esta corrente política como a anulação abstrata das peculiaridades históricas e despotismo de uma minoria disposta a tornar os homens livres e virtuosos por decreto.

modificações na composição precedente das forças, modificações moleculares que acabam por tornar-se matriz de novas modificações. E Gramsci passa a defender que *na oposição dialética só a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até atrair para si os chamados representantes da antítese*, consistindo nessa formulação, para o autor, *a revolução passiva ou revolução restauração*.<sup>44</sup>

A revolução passiva pode ocorrer quando

*a ausência entre as forças radicais-populares de uma consciência da missão da outra parte, impediu-as de ter plena consciência da sua própria missão e, portanto, de pesar no equilíbrio final das forças em relação ao seu efetivo poder de intervenção e, finalmente, de determinar um resultado mais avançado, num sentido de maior progresso e mais moderno.*<sup>45</sup>

Ao ilustrar com fatos a resultante de processos de revolução passiva, Gramsci focalizou o processo revolucionário francês de 1789-1799, onde Napoleão representaria, *em última análise, o triunfo das forças burguesas organizadas contra as forças pequeno-burguesas jacobinas*. Considerou o cesarismo materializado nas figuras de Napoleão I, mas também na de Napoleão III como uma *solução 'arbitral', confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica* [que contudo] *não tem sempre o mesmo significado histórico*, podendo haver cesarismos mais progressistas ou mais reacionários, tratando-se para tal definição de se ver na dialética 'revolução-restauração' qual o elemento prevalecente, se o elemento revolução ou o elemento restauração.

A situação na qual o cesarismo costuma ocorrer é a de forças em luta, as quais se equilibram de modo catastrófico, o que pode levar a uma destruição recíproca. Portanto, se nem a força progressista, nem a força reacionária possuem condições de vitória, surge esta terceira força, operada por uma personalidade 'heróica'.

Os jacobinos históricos – trata-se de uma concepção ressaltada por Remo Bodei acerca da obra de Antonio Gramsci – teriam ousado, não sem forçar a situação, empurrar os burgueses, levando-os além de suas aspirações espontâneas e imediatas, obrigando a burguesia a tomar o poder, passando a não se contentar com uma vitória tática e a não pensar somente nos seus interesses imediatos.

<sup>43</sup> GRAMSCI, *ibidem*, p.75.

<sup>44</sup> GRAMSCI, *ibidem*, p.78.

Gramsci entendera que o jacobinismo histórico repousara sobre a união cidade-campo, embora desse atenção ao front comum das camadas urbanas, e ao concluir sua avaliação defendia ter sido a concepção nacional popular do jacobinismo histórico de 1793 que teria faltado aos herdeiros tardios do jacobinismo no século XIX.

Assim como Antonio Gramsci, o historiador inglês Crane Brinton começou a interessar-se pelos jacobinos nos anos 1930. Sua obra, 'Anatomia das Revoluções' constitui ainda hoje referência obrigatória as teorias da revolução, sendo na opinião de Lawrence Stone, *uma das melhores aproximações*<sup>46</sup> quando o problema seja as etapas sociais de uma 'Grande Revolução'. Apesar de haver realizado um estudo comparativo das revoluções inglesa, americana, francesa e russa, Brinton pensou especialmente na revolução francesa, sendo seu foco principal os jacobinos, enquanto grupo extremista radical e seu comportamento nas fases da revolução.

Brinton observava então que a primeira fase da revolução estaria dominada por elementos burgueses moderados, os quais seriam substituídos pelos radicais. Com esses ocorreria um reinado do terror e uma reação termidoriana culminando com o estabelecimento de uma forte autoridade central sob direção militar que visaria consolidar os limitados ganhos da revolução<sup>47</sup>.

A luta entre moderados e extremistas radicais, papel este que na Revolução Francesa corresponde em Crane Brinton aos jacobinos, começaria logo após a derrubada do antigo regime, e o processo pelo qual os extremistas chegaram ao poder nas revoluções estudadas por Brinton guardam certas constantes entre as quais encontram relevância certas organizações que constituiriam verdadeiros governos ilegais, entre as quais figuram os clubes jacobinos. Assegurando-se do controle de instituições desse tipo, o que fazem mediante um monopólio, os extremistas obteriam, não sem antes expulsar qualquer adversário ativo, a chave do sucesso, no que viram tais instituições contra o governo legal – dos moderados – num golpe de estado decisivo<sup>48</sup>.

Ficariam evidenciadas em tais operações para a tomada de poder – por um grupo que se destaca pela exiguidade numérica, e disto muito se orgulha – a disciplina, a unidade de propósito e a centralização de autoridade, características identificadas por

<sup>45</sup> GRAMSCI, Pp. 80.

<sup>46</sup> Causas da revolução inglesa: 1529 – 1642.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 64.

Brinton nos extremistas triunfantes, e que após o golpe de estado passam a ser aperfeiçoadas no governo legal, o qual assume por sua vez as características da organização que o originou. No caso dos jacobinos franceses, o autor encontrou seus clubes “*organizados em linhas parlamentares, tinham regimento para regular os debates, tinham comissões, secretários, atas, em suma, todo o aparelhamento de uma legislatura*”.<sup>49</sup>

A exiguidade numérica que ressaltamos, aparece em Brinton como uma das grandes fontes de força dos extremistas radicais. No caso dos jacobinos o autor exemplifica que havendo herdado do iluminismo a crença na bondade natural do homem comum, existiria – embora limitado por este contexto um certo desprezo pelos homens comuns, os quais se cansariam demasiado cedo das lides políticas. Dedicados à sua causa, os jacobinos teriam se destacado justamente por suportar os martírios da tensão física, moral e mental inevitáveis no período de crise de uma revolução<sup>50</sup>.

O que exigiria muita disciplina, que não se tratava segundo Brinton, de disciplina militar, sendo porém

*muito rigorosa e lembrava a disciplina imposta por um grupo religioso a seus membros. Os jacobinos estavam sempre inspecionando os seus filiados, submetendo-os a frequentes processos de depuração. O mais leve desvio em relação às normas estabelecidas poderia acarretar advertência ou expulsão*<sup>51</sup>.

Em grupos assim, a habilidade disciplinada passa a ser posta a serviço dos objetivos revolucionários, sendo as técnicas de tais grupos, as consideradas como de eficiente pressão, incluindo propaganda de idéias, desfiles, lutas de rua e pressão direta sobre magistrados, entre outras. E o princípio da liderança percorreria, fato ressaltado pelo autor, toda a organização, onde os extremistas costumam acompanhar seus líderes com dedicação e unanimidade.

Vitorioso o golpe de estado, chegaria finalmente o momento do objetivo derradeiro, ou seja, da liberdade plena e sem limitações para todos. Mas, adverte Brinton, *essa liberdade nas circunstâncias significaria que homens corrompidos pelo*

---

<sup>48</sup> BRINTON. Anatomia das revoluções.

<sup>49</sup> BRINTON. Anatomia das revoluções, p.188.

<sup>50</sup> Idem, Ibidem, p.180.

<sup>51</sup> Idem, Ibidem, p.183.

*regime antigo poderiam realizar seus planos malévolos, restaurar as más instituições antigas e frustrar o trabalho dos homens bons*<sup>52</sup>. Haveria uma fronteira entre o militante extremista revolucionário e os não militantes, ou seja, os cidadãos comuns durante o período de crise da revolução, denominado por esse historiador como ‘reinado do terror e da virtude’, período que seria terrivelmente árduo para o homem comum, onde a realidade da política passa a aparecer sob a forma de comemorações dos novos cultos revolucionários, encenados de forma espetacular. Crane Brinton lembra em relação a isto, que os revolucionários franceses obtiveram inspiração nos dias virtuosos da república romana, em abstrações iluministas, mas também nos seus líderes e mártires. Caberia como tarefa mais importante numa situação como essa, apagar o passado contaminado de um regime decaído. Com efeito, a virtude no período do terror torna-se a palavra de ordem, sendo a denúncia a forma de sua instrumentalização.

Brinton defendeu ainda que haveria uma espécie de ascetismo no terror, que liga as ações revolucionárias paralelamente às crenças religiosas, onde *o militante encontra em seu dedicado serviço à revolução muitas das satisfações psicológicas geralmente oferecidas pela religião*, pois se o homem sofre hesitações e dúvidas quando cobrado em sua cota de sacrifício pela *implantação do reino da virtude na terra*<sup>53</sup>, o fiel extremista revolucionário assim permanece até o fim, ainda que tal fim seja a guilhotina, o fuzilamento ou o exílio.

O jacobinismo pareceu a Crane Brinton uma doutrina rigidamente determinista, onde o que acontece encontra-se predeterminado e predestinado a um curso inalterável por nenhum ser humano. A crença inalterável dos jacobinos possuiria seus pilares edificados sobre a natureza e a razão. Tais certezas dariam aos revolucionários o convencimento de serem os eleitos, o que faz dos seus adversários não somente inimigos políticos, mas homens equivocados e corrompidos, aproveitadores da política que na vigorosa intolerância extremista dos revolucionários aponta para a justiça não apenas da derrota, da debandada, mas da eliminação.

Brinton creditou às crenças absorvidas pelos diversos grupos sociais à prática dos rituais revolucionários, entendendo o ritual jacobino como uma *estranha mistura de*

---

<sup>52</sup> Idem, *Ibidem*, p.193.

<sup>53</sup> BRINTON, p.210.

*elementos católicos, protestantes e outros, com credos republicanos, batismos e preces republicanas, até mesmo um sinal-da-cruz revolucionário em nome de Marat, Le Pelletier, La Liberté ou La mort*<sup>54</sup>, rituais que contavam ainda com a indumentária simbólica do barrete frígio da liberdade ou do nível de carpinteiro simbolizando a igualdade.

Colocadas as teorizações de caráter geral, passamos a considerar igualmente importante a forma de operacionalizar o estudo do jacobinismo brasileiro, esta especificidade transhistórica, no que impõe-se a abordagem de autores como Samuel Huntington e Luiz Werneck Vianna.

Samuel Huntington<sup>55</sup> chegou a considerações sobre o jacobinismo ao estudar os processos de modernização política de sociedades submetidas a rápidas transformações estruturais. Huntington utilizou-se do termo sociedade pretoriana para designar sociedades nas quais ocorreram a politização de forças que não se limitam à participação dos militares, mas também de outras forças sociais explicáveis pela ausência ou fragilidade de instituições políticas efetivas.<sup>56</sup>

Huntington explica que em conjunturas como estas, o enfrentamento entre os grupos se faz na ausência de instituições políticas mediadoras capazes de refinar e moderar a ação política destes grupos. Distinguiu três fases ou níveis das sociedades pretorianas, que seriam: a sociedade pretoriana oligárquica, a sociedade pretoriana radical de classe média e a sociedade pretoriana de massas.

O autor considerou o advento da república no Brasil como a transferência de uma monarquia tradicional no poder, para um pretorianismo de classe média, sendo esta transferência feita à semelhança da mudança oligarquia pretoriana - pretorianismo radical, por intermédio dos militares, considerados como sendo tipicamente a força mais moderna e mais coesa na burocracia de uma monarquia centralizada.

Neste caso, o golpe na monarquia, que acaba levando a classe média militar ao poder, torna-se um rompimento com as práticas anteriores e uma sangrenta inovação nas técnicas políticas. Defendeu Huntington que com a intensificação das questões e o aprofundamento das divisões entre o grupo que perpetrou o golpe, no devido tempo os

---

<sup>54</sup> Idem, p.222.

<sup>55</sup> A ordem política nas sociedades em mudança.

<sup>56</sup> Idem, *Ibidem*, p. 214.

*elementos jacobinos mais radicais tentam arrebatam o poder dos moderados num golpe de consolidação*<sup>57</sup>, sendo neste tipo de golpe que *os novos elementos da classe média estabelecem o seu predomínio na cena política*<sup>58</sup>.

Está claro que devemos entender a última década do século XIX como descortinando-se para o Brasil num elenco de mudanças não somente na ordem política, foco das análises de Huntington, mas também de um redimensionamento do mercado de trabalho em grande medida vinculado a mudanças institucionais. Destas mudanças, o advento republicano é tradicionalmente considerado por parte da historiografia como uma expressão política articulada ao bojo de transformações estruturais, pois a tônica do discurso republicano encontrava-se perpassada pela defesa da ordem e do progresso.

Devemos ainda entender por ordem naquele contexto a preeminência dos interesses da classe terratenente, a qual constituía-se, nas palavras de Luiz Werneck Vianna, na *coadjuvante insubstituível da perspectiva das elites políticas para o controle das variáveis-chave como território e população*.<sup>59</sup>

Não obstante, sabemos que a defesa do progresso, a segunda linha forte do discurso republicano era entendida como índice do crescimento econômico enquanto expansão da economia capitalista em curso, servindo tal índice como expressão da emergência dos ideais da burguesia, nos quais a ampliação da participação política devia passar a assumir, em teoria, um papel fundamental na reelaboração das relações de dominação.

Luiz Werneck Vianna assinala como um aspecto esclarecedor no pensamento de Antonio Gramsci as reflexões que consideram a variável-chave sobre os processos de revolução passiva, as quais consideram encontrar-se no elemento jacobino o portador da antítese de tais processos. Sob este paradigma, a maior ou menor presença do jacobino nestes processos não clássicos de realização do domínio burguês deve corresponder a uma forma mais avançada ou mais atrasada do processo de revolução passiva.

Dessa forma, é a maior ou menor presença ativa do jacobino, com o seu intelectual orgânico a interpelar o público em geral, que passa a qualificar o resultado final do processo, pois a ação do partido jacobino levará a burguesia ao alargamento

<sup>57</sup> Idem, *Ibidem*, p. 217.

<sup>58</sup> Idem, *Ibidem*, p. 217.

<sup>59</sup> A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil, P.14.

de sua hegemonia sobre setores populares, no que passam a ser introduzidos elementos de progresso acolhidos em razão de exigências populares expressas em movimentos de protesto inorgânicos e esporádicos. Gramsci teria entendido ainda, segundo Luiz Werneck Vianna, que a ultrapassagem do ator pelos fatos aparece como caracterizadora da versão mais atrasada da revolução passiva. Nesta, o ator se comporta como um apóstolo iluminado, não utilizando-se dos critérios de realismo político.

Seria ainda importante lembrar que no Brasil, nos passos iniciais do novo regime, a igualdade e a liberdade tinha que se sustentar no aparato jurídico da primeira constituição republicana, ou seja, nos limites de um liberalismo que, devendo manter-se imune às tentações jacobinas, deveria recusar-se a realizar interpelações para baixo e a procurar pontos de ruptura com a elite territorialista, o que acabava por mascarar a continuidade do privilégio de classe<sup>60</sup>.

Foi sob o rol de indagações trazidas por essa última questão que Décio Saes<sup>61</sup> estudou a formação do Estado burguês no Brasil. Saes considerou que a transformação burguesa do Estado brasileiro deu-se por etapas, sendo a primeira a extinção legal da escravidão, onde uma nascente classe média fez-se portadora da ideologia jurídica burguesa e logrou reorganizar o movimento de revolta escrava, colocando-o a serviço de seus objetivos políticos: a transformação burguesa do Estado, mas bloqueando a formação de uma frente escravo-camponesa contra o latifúndio, impedindo a revolução política burguesa de ser acompanhada de uma revolução agrária.

A segunda etapa estaria constituída pela reorganização burguesa do Estado, ocorrida após a proclamação da república, onde o Estado burguês assumiu a sua forma de federação.

Num terceiro momento, a república federativa, sob a vigência da constituição de 1891, proporcionava o acionamento nos Estados de instrumentos políticos materializados na autonomia financeira, capacidade tributária e numa força armada própria - as forças públicas estaduais, instrumentos estes que acumularam forças para liquidar, em 1894, a ditadura militar burguesa, vitória ocorrida quando conseguiu-se

---

<sup>60</sup> VIANNA. Op.Cit. passim.

<sup>61</sup> A formação do estado burguês no Brasil (1888 - 1891).

subtrair ao grupo militar o controle imediato do aparelho de estado, retirando à classe média a condição que fora mantida ao longo do período chamado jacobino.

- IV -

A História, defende Koselleck<sup>62</sup>, é constituída por uma tensão reflexiva que impera entre o discurso e a ação, o falar e o opinar, entre a linguagem e a realidade. Mas acoplada à experiência histórica original, ocorre sempre um hiato entre os acontecimentos que constituem essa História e o que se diz acerca deles quando uma História passa a ser articulada, onde se tornam latentes as possibilidades de explorar o potencial da História dos conceitos.

Koselleck<sup>63</sup> entendeu que uma vez que um conceito foi cunhado, passa a conter em si mesmo a possibilidade de ser usado de forma generalizante, no que ficam evidenciados seu interesse para a História e sua capacidade de transpor-se aos seus contextos específicos de enunciação, gerando assincronias semânticas, no que se constata que a História dos conceitos não se tratando de uma subsidiária da História social, abre a possibilidade em nosso estudo para explorarmos com maior acuidade a emergência de eventos do final do século XIX brasileiro, amparados sobre um aumento da oferta de fontes escritas, sobretudo periódicos, a um público leitor que já se aglomerava nas principais cidades brasileiras.

Nesta perspectiva nos inclinamos contudo a concordar que nem sequer a melhor fonte escrita seria idêntica à História cujo conhecimento o historiador persegue, tendo sido demonstrado pela História dos conceitos que todas as épocas de crise conhecidas por meio de fontes escritas testemunharam uma luta semântica pela definição de posições políticas ou sociais, sendo que em virtude desta luta, foi mantida ou modificada a ordem.

Neste sentido, nos explica Koselleck que lutas desta natureza se agudizaram e sofreram modificações estruturais desde a Revolução Francesa, pois os conceitos já não serviam somente para o entendimento dos fatos, mas projetavam-se em direção ao futuro, o que quer dizer, que tinham sido cunhados de forma progressiva, conceitos de

---

<sup>62</sup> *Cambio de experiencia y cambio de método. Um apunte histórico-antropológico. In: Los estratos del tiempo. p.73.*

<sup>63</sup> *Los estratos del tiempo. p.16.*

futuro, que formulados linguisticamente, não correspondiam a nenhuma experiência real<sup>64</sup>. Passado e futuro a partir de então teriam que coordenar-se sempre mutuamente, e a História seria experimentada como um tempo novo, e complementares ao conceito moderno de História apareciam os de revolução, destino, progresso e desenvolvimento. Não parece despropositado portanto que conceitos ligados a estes, como civilização, liberdade, despotismo, monarquia e república tenham transitado num longo aprendizado por todo o século XIX, e se transformado em pomo da discórdia, pois vinculados ao tempo histórico o qual possui um sentido próprio, pois articulado a unidades políticas e sociais de ação, ou seja, a homens que atuam no cenário da História, e a instituições e organizações humanas possuidoras de modos de realização a si inerentes e de um ritmo temporal próprio<sup>65</sup>.

A tematização do tempo histórico encontra portanto na experiência e na expectativa duas categorias adequadas, pois entrecruzam o passado e o futuro. Estas categorias seriam adequadas também para descobrir o tempo histórico no campo da pesquisa empírica, pois enriquecidas em seu conteúdo, dirigem as unidades concretas de ação na execução do movimento social e político, pois existem as experiências históricas, as quais estão de posse dos atores históricos. O campo de experiência e a expectativa remetem à temporalidade do homem e metahistoricamente a da própria História, constituindo-se em conceitos que encontram-se contidos na execução concreta da História, ajudando esta a 'avançar', sendo categorias que tratam de determinações que explicam o andamento dos eventos da História e produzem a explicação da execução destes eventos para o nosso conhecimento Histórico.

Não obstante, devemos ter pleno conhecimento acerca do campo de experiência e do horizonte de expectativa como categorias metahistóricas, no que urge a explicação do significado metahistórico e portanto antropológico destas categorias, pois as aplicações destas expressões na investigação empírica sem uma determinação metahistórica que aponte a temporalidade da História, faria com que caíssemos, adverte Koselleck, no torvelinho infinito da historicização.

---

<sup>64</sup> *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*, p.105 e seguintes.

<sup>65</sup> *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*, p.105 e seguintes

Para o autor, a 'experiência' trata-se de um passado presente cujos conhecimentos foram incorporados e podem ser recordados. Nesta experiência se juntam tanto a elaboração racional, quanto as formas inconscientes de comportamento que não devem ou não deveriam já estar presentes no saber, na experiência de cada indivíduo, transmitida por gerações ou instituições onde sempre encontra-se contida e conservada uma experiência alheia. Por seu turno, a expectativa liga-se a personagens, sendo por vezes impessoal. A expectativa se efetua hoje, sendo o futuro feito presente, apontando todavia para o não experienciado, no que somente se pode descobrir, fazendo parte do seu universo a esperança e o temor, o desejo e a vontade, a inquietação, mas também a análise racional e a visão receptiva ou a curiosidade.

E um aspecto desta diferenciação torna-se nitidamente visível quando pensamos que apesar de tratar-se de metáforas temporais – única forma possível de expressar-se o tempo – o campo de experiência e o horizonte de expectativa distinguem-se sobretudo pela presença do passado ser diverso da presença do futuro, sendo a experiência procedente do passado espacial, por estar reunida, formando uma totalidade na qual estão presentes muitos estratos de tempos anteriores, sem referência nestes do seu antes ou do seu depois. Já o 'horizonte' seria a linha atrás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, que ainda não pode ser contemplado. Se das experiências podemos esperar hoje que se repitam, não podemos em relação a uma expectativa esperar do mesmo modo.

O que estaria caracterizando a experiência seria que, encontrando-se formulada sobre acontecimentos do passado, pode a experiência trazê-los ao presente, à realidade, vinculando o comportamento às possibilidades cumpridas ou falhas. E se a expectativa não pode ser deduzida totalmente a partir da experiência, porém há que se basear a expectativa na experiência.

A diferença indicada nestas duas categorias nos remete a uma característica estrutural da História, na qual sabemos sempre que sucede algo mais ou menos do que está contido em dados prévios.

Sempre poderá no entanto suceder, aponta Koselleck, algo distinto daquilo que se espera, do que se deduz que o futuro histórico não pode derivar por completo do passado histórico. Coerente com a visão de História até aqui explanada, devemos ainda

lembrar que não se pode narrar um acontecimento sem representar alguma estrutura ou descrever algum processo, sem que se tenha que aplicar conceitos históricos que permitem conceber o passado<sup>66</sup>.

Conceitos históricos seriam palavras providas de um sentido relevante do ponto de vista da História dos conceitos e portadoras de um conteúdo indicador de sua formulação sob um certo nível de teorização<sup>67</sup>. Porém, cada conceitualização abarca mais que a singularidade passada, a qual ajuda a conceber. Esta relação entre acontecimento e estrutura, implícita a pretensão desta última e é procedente do uso ineludível dos conceitos históricos.

Koselleck explica que conceitos que possuem a pretensão de permanência, de um uso repetido ou empirismo efetivo, passam a atuar de forma a desbloquear o caminho e possibilitando que determinada História em certo tempo venha a adquirir contornos de realidade, dando-lhe hoje inteligibilidade e possibilidade de manifestação para que possa vir a ser representada<sup>68</sup>.

Reinhart Koselleck concebeu o que denominou por estrutura fundamental temporal de possíveis histórias a partir de um par antitético central na obra de Heidegger, a saber, o estar posto no mundo, ou 'o ser lançado no mundo', considerado empiricamente o nascimento de cada ser humano e o percurso da morte, que significa em termos empíricos a noção de finitude, traduzida na idéia que todo ser humano possui do final de sua própria existência.

A partir deste contributo de Heidegger, Koselleck buscou completar com outras determinações antitéticas, a definição de um horizonte temporal de nossas experiências de finitude com maior rigor, mas também de uma forma diversa, o que fez passando ao estudo de cinco categorias bem conhecidas e aceitas enquanto pares antitéticos para tematizar algo que o autor denomina como uma estrutura fundamental temporal de possíveis histórias<sup>69</sup>. Ao par 'estar lançado' – 'estar sujeito à morte' da expressão de Heidegger, Koselleck acresceu o 'poder matar', para ele dotado de tanta proveniência quanto o estar sujeito à morte, ainda que se trate do *dasein* como um *dasein* histórico,

<sup>66</sup> *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos.*

<sup>67</sup> KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos.

<sup>68</sup> *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos.*

<sup>69</sup> História y hermenéutica.

haja visto que a manutenção e a preservação da paz ou ainda seu restabelecimento após uma guerra se constituir para o autor também numa conquista histórica.

Outra oposição apresentada por Koselleck é a de amigo e inimigo. O autor entendeu que devemos ter claro que o par antitético amigo/inimigo considera de um modo inteiramente formal finitudes que se manifestam sobre um fundo comum de todas as histórias que envolvem a organização das sociedades humanas. O decorrer da História, o devir histórico pressupõe sempre o par antitético amigo/inimigo. A contraposição interior/exterior aparece como constituidora da espacialidade histórica do *dasein* de Heidegger, no que Koselleck considera que a teoria da História deve completar a determinação espacial no sentido de considerar todo *dasein* histórico dividido em um espaço interior e outro exterior, não havendo para o autor nenhuma unidade de ação social ou política que não se constitua delimitando outras unidades de ação.

Assim também seria com a contraposição público/segredo, necessariamente entrecruzadas, e constituindo aspecto particular da determinação antitética interno/externo. A mesma formalidade e força explicativa que os anteriores pares antitéticos apresenta senhor/escravo, referindo-se a relações hierárquicas de cima a baixo, pertencendo as mesmas determinações de finitude. O objetivo declarado de Koselleck seria a de enumerar as condições mínimas transcendentais de pares antitéticos capazes de ilustrar as estruturas de finitude que por excluir-se mutuamente, passam a evocar tensões temporais necessárias às unidades de ação e dentro destas.

Articulada a esta estrutura fundamental temporal de possíveis histórias, constituída pelos cinco pares antitéticos acima citados, passam a ser considerados os conceitos contrários assimétricos os quais tratam-se de expressões saturadas de realidade, pois formados na tensão entre atores históricos e estabelecidos como categorias alternativas de significados. Ao excluir-se mutuamente, os conceitos contrários assimétricos passam a constituir campos de significação mais concretos, sendo delimitados cada vez de forma mais estreita.

Caberia ainda acrescer que os conceitos contrários assimétricos fazem alusão a um significado depreciativo na qualificação do outro, onde este outro sentindo-se aludido, não se sente no entanto reconhecido. São assimétricos os conceitos quando

ajustados em sentidos desigualmente contrários, sendo aplicados de maneira unilateral.<sup>70</sup>

A eficácia da mútua classificação, torna-se possível em termos históricos, segundo Koselleck, quando articula-se a grupos cuja simples referência causa delimitações e exclusões. Assim, o patriotismo remeteria à traição, a Monarquia remeteria à República e os monarquistas aos jacobinos. Aliás, pelos discursos de Manuel Apollo e Henrique Lessa, cujas linhas tivemos oportunidade de reproduzir na introdução ao nosso estudo, parece ficar evidenciado que os mesmos não se reconheceriam diante da rotulação de abdicadores da soberania nacional, da qual os jacobinos eram acusados pelos monarquistas.

Com efeito, Koselleck aponta para o fato que unidades sociais ou políticas fiquem constituídas através de conceitos em virtude dos quais tornam-se delimitadas, e por sua vez passam a excluir outras unidades sociais e políticas. É no conjunto proveniente desta situação que o grupo que promove a conceituação passará a determinar a si próprio, constituindo sua própria identidade.

Torna-se necessário esclarecer que a História dos conceitos começou como uma crítica à transferência despercebida ao passado, de expressões da vida social do presente, no que pretendeu fazer uma crítica à História das idéias, impulsos que acabaram conduzindo a História dos conceitos a uma precisão de métodos, em razão que na História de um conceito se comparam mutuamente o campo de experiência e o horizonte de expectativa da época correspondente, ao inquirir sobre a função política e social dos conceitos e de seu uso específico neste nível.

E se a análise sincrônica tematiza conjuntamente a situação e a época, é através da permanência, da alteração ou da novidade dos significados das palavras, que a História dos conceitos, sob uma perspectiva diacrônica constitui sua área particular de estudos<sup>71</sup>.

Dessa forma, antes que os significados das palavras sejam aplicados às estruturas sociais ou a situações de conflito político, como indicadores de conteúdos extralinguísticos, é necessário conhecer da sua permanência, modificação ou novidade

<sup>70</sup> *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*, p.206.

<sup>71</sup> *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*, p.113-115.

vistos sob um prisma temporal, onde podemos ordenar os conceitos políticos e sociais sob três grupos, que seriam: - os conceitos de tradição, como os da teoria aristotélica das formas de governo, mas também de conceitos que se transformaram de maneira visível, apesar de continuar possuindo os mesmos significantes; - os conceitos que só se tornam alcançáveis historicamente, pois seus significados apenas são comparáveis e possíveis de alcançar historicamente, como é o caso do próprio conceito de História, ou de classe, à diferença da *classis* romana. E haveriam ainda os conceitos frutos de neologismo, como é o caso do jacobinismo, os quais aparecem como resposta a determinadas situações políticas e sociais cuja novidade pretendem registrar ou provocar. Koselleck assinala que a História do conceito de democracia pode ser considerada sobre estes três aspectos.

De acordo com Koselleck, se da democracia antiga da pólis grega, suas determinações e formas de procedimento ainda se pode encontrar a inspiração nas democracias atuais, também é constatado que o conceito teria sofrido uma atualização para fazer frente à descrição das novas formas de organização dos grandes Estados modernos, sob o peso de suas cargas sociais, o que significou a modificação e assimilação de antigos significados onde deveriam ser colocados a plenitude da lei ou o princípio da igualdade, ou seja, a confrontação da liberdade com a igualdade.

Quando os conceitos possibilitam recursos a antigas experiências, ou ainda, a meras expectativas projetadas pelo passado, trazendo à luz idéias que ainda não encontravam suporte no real vivido, onde ainda não poderiam ser experimentadas enquanto possibilidade real, temos os conceitos criadores de experiências<sup>72</sup>.

Tais conceitos ao elaborar experiências imprecisas e ocultas, encontram-se contidos de um potencial de prognóstico que passa a estender um novo horizonte de expectativa. Koselleck aponta que até por volta do ano 1800, do ponto de vista da Filosofia da História, ainda eram suficientes para elaborar experiências políticas os três modos aristotélicos de governo – monarquia, aristocracia e democracia – em suas formas puras, mixtas ou decadentes.

Após esta época, estes três tipos de organização encontram-se forçados a uma alternativa que seria o ‘despotismo’ ou a república, contendo estes conceitos

---

<sup>72</sup> *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*, p.353.

alternativos um indicador temporal<sup>73</sup>. O autor defende que, afastando-se do despotismo do passado, o 'sentido da História' deveria conduzir a uma República do futuro, fazendo um antigo e amplo conceito político – o de *res publica* – que antes podia englobar modos de governo como a monarquia, a aristocracia e a democracia, adquirir um caráter restrito, de exclusividade e de referência ao futuro.

Colocadas estas considerações teóricas, cabe esboçarmos a metodologia da Histórica dos Conceitos, cujo passo inicial é a adoção de uma perspectiva, sendo que o foco a ser adotado privilegiará a análise de conceitos que transitaram nas páginas de dois periódicos da imprensa republicana radical de Ouro Preto, ou seja, de parte das fontes que recenseamos para o nosso estudo, o que fazemos por considerá-los textos comparáveis. Devemos então, a partir desta perspectiva, elencar as quatro observações vincadas por Koselleck para o trabalho empírico na História dos Conceitos.

A primeira, prende-se à consideração de que todo conceito só pode enquanto tal, ser pensado, falado ou expressado uma única vez, pois a 'formulação teórico-abstrata de um conceito é única; não obstante, se a palavra pode permanecer a mesma, isto não impede que o conteúdo por ela designado se altere substancialmente.

Em seguida, deve ser entendido que a produção de novos conceitos encontra-se associada a novos conteúdos, ainda que as palavras empregadas para designá-los possam ser as mesmas. De onde se segue que devemos saber que aquilo que é dito, ou seja, aquilo que se pensa e diz para o conhecimento alheio só pode ser compreendido sob o conhecimento da semântica, a qual é fundamental para o conhecimento prévio do significado das palavras, semântica que lembramos, é imprescindível para a comunicação linguística e para o uso pragmático da língua e que nos é dada, pois é pré existente a este uso pragmático.

E por fim, devemos saber que em cada utilização específica de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais não se tem nenhum poder, e que se expressam pela semântica. Com efeito, Koselleck assinala que a diacronia estaria contida na sincronia, sendo que a força diacrônica deve ser possível de ser mensurada ao longo do trabalho com as fontes. Desta feita, face às observações levantadas, torna-se possível o estabelecimento, no trabalho empírico, de algumas pautas, que usadas na

---

<sup>73</sup> Ibidem, p.354.

totalidade ou não, em virtude das reais necessidades, passam a executar esta metodologia, sendo estas pautas as seguintes: 1) Até que ponto era comum o uso do termo?; 2) Seu sentido era objeto de disputa?; 3) Qual era o espectro social do seu uso?; 4) Em que contextos aparece?; 5) Com que termos aparece ligado, sendo estes termos seu complemento ou oposto? 6) Quem usa o termo, para que propósitos, e a quem se dirige?; 7) Por quanto tempo esteve em uso?; 8) Qual é o valor do termo dentro da estrutura da linguagem política e social da época?; 9) Com que outros termos se superpõe?; e, 10) Converte com o tempo, com outros termos?

Contudo, podemos, sempre que as nossas fontes primárias acenam como possível, articular uma análise de fatores culturais como ajuda à compreensão da ocorrência de comportamentos políticos não explicáveis somente pelas vontades, interesses ou ações no plano racional, e que surgem visando ao desvendar dos mecanismos de funcionamento do poder, das estruturas responsáveis pela criação de imagens, das representações existentes em função da necessidade de conferir ao mundo uma ordem que passe a dotar a realidade de algum sentido<sup>74</sup>.

O que nos leva a indagar quais seriam os laços de pertencimento entre esses neo-jacobinos e os jacobinos históricos; pergunta que certamente encontra como implícita o tratamento da questão como uma manifestação de cultura política. Ora, isto nos torna compelidos a dialogar não somente com a semântica dos tempos históricos proposta por Koselleck, mas também com as estratégias de decodificação dos discursos nos quais o vocabulário utilizado, bem como as palavras-chave e as fórmulas repetitivas passam a constituir-se em portadoras de alguma significação, fazendo com que canções, poemas, preces cívicas, mitos políticos, ritos e símbolos passem a ser analisados sob os contributos provenientes da aproximação da História com a antropologia.

O conceito de República, saturado de experiências e utilizado histórica e teoricamente se convertia a partir do advento da Revolução Francesa em um conceito de expectativa. Esta realidade não seria diferente para a facção popular do neojacobinos de Minas Gerais, em seus ensejos de mobilização em prol da causa republicana, a praça pública como seu plebiscito permanente. Mas a efetivação de uma República de

---

<sup>74</sup> MOTTA, a história política e o conceito de cultura política, p.84.

inspiração rousseauística devia levar – como intentavam os jacobinos e teorizavam os positivistas – a uma ditadura republicana.

No que interessará ao nosso estudo, e mais especificamente quanto à análise de algumas fontes primárias consideramos ainda necessário elencar dois tópicos os quais encontram-se imbricados com a mutação do conceito de República acima tratado. São estes a nova concepção e valorização do mito e o novo interesse pela História<sup>75</sup>. Se tal valorização foi assinalada por Ernst Cassirer como proveniente da luta entre o Romantismo e o Iluminismo ao longo do século XIX<sup>76</sup>, Raoul Girardet apontou para uma notável *efervescência mitológica* que não cessou de acompanhar as perturbações políticas dos dois últimos séculos da História europeia<sup>77</sup>.

Girardet referiu-se logicamente aos mitos políticos, que o autor considera se tratar de fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real, não obstante nos assinale que, sendo o mito político uma narrativa legendária passa no entanto a exercer *também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos*<sup>78</sup>.

Isto posto, ficaria estabelecida uma consistente ligação entre o novo interesse pela História, frisado por Ernst Cassirer, a língua impressa e a concepção de nação como sendo formada por indivíduos que tendo facilidade para identificar-se entre si, não o façam apenas por isso, mas também por aquilo que Montserrat Guibernau<sup>79</sup> denominou por consciência nacional, que seria fruto de valores, tradições, planos para o futuro e lembranças do passado.

Ora, disto parece ficar claramente ressaltado que a cultura escrita e o conhecimento de uma História nacional passam a assumir um papel fundamental. Afinal, de acordo com a autora, os critérios de definição da identidade nacional seriam a continuidade no tempo e a diferenciação dos outros.

Assim passa a ficar mais visível a ligação entre a História, o nacionalismo e o culto do herói, pois na definição de Guibernau, a continuidade seria uma resultante de se

<sup>75</sup> CASSIRER. O mito do estado, p.215.

<sup>76</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>77</sup> Mitos e mitologias políticas, p.11.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>79</sup> Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX.

conceber a nação como uma entidade historicamente enraizada que se projeta no futuro e a diferenciação como proveniente da consciência de formar na comunidade que partilha certa cultura e liga-se a determinado território, no que se distingue os estrangeiros como ‘os outros’.

Desta feita, podemos entender a experimentação da identidade nacional pelo indivíduo como sendo apoiada e reafirmada enquanto sentimento coletivo pelo rito, ocasiões nas quais defende Montserrat Guibernau, haveriam poucas diferenças entre as cerimônias religiosas e civis – como as festas cívicas - em seu objeto, e onde os indivíduos mediante a sua identificação com a nação poderiam ser comparados aos fiéis das crenças religiosas, como na teoria de Crane Brinton acerca do ascetismo do terror como característica dos jacobinos, que explanamos algumas páginas atrás.

Neste sentido, Raoul Girardet defendeu que a festa revolucionária relaciona-se com o mito da unidade, com a comemoração da revolução redentora, ligando-se às iniciativas voltadas à modificação da substância do homem, a fim de torná-lo identificado com a forma de governo. Pois vontade pedagógica, a festa revolucionária torna-se a professora da nação, a formar corações e almas, com seus rituais e seu caráter repetitivo, a impor hábitos morais e rudimentos de disciplina coletiva, não deixando nenhum corpo heterogêneo na República.

Isto empresta sentido às romarias aos túmulos dos ‘heróis da pátria’ ou às alvoradas festivas, bem como dos ritos seguidos, ano a ano, com a eficiência e prontidão de uma ‘ordem de serviço’, pois os rituais, os quais sabemos ser empregados símbolos como elementos-chave, devem reunir os membros da nação a intervalos regulares.<sup>80</sup>

Não obstante, manuais escolares podem tornar-se testemunhas significativas de uma pedagogia de finalidades ideológicas precisas.<sup>81</sup> Sabe-se que a Terceira República Francesa empenhou-se na produção e divulgação de manuais escolares da História nacional, que com seus títulos, capas e apresentação destinavam-se a ‘imprimir’ nas memórias coletivas das classes primárias à escola secundária, a noção de unidade nacional, as lutas que envolveram a sua formação e o compromisso tácito que deveria existir contra a sua fragmentação<sup>82</sup>.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p.93.

<sup>81</sup> GIRARDET. *Mitos e mitologias políticas*, p.156.

<sup>82</sup> *Ibidem*, *Ibidem*.

O conhecimento da História nacional também teria sido uma das preocupações mais constantes dos nossos partidários do republicanismo radical antiliberal, ou neojacobinos, como quisermos denominá-los, os quais fosse nos seus periódicos ou em publicações de caráter pedagógico, tornaram evidente uma preocupação que os perspassava, que seria a tentativa de galvanização de certa visão da História, com finalidades um tanto semelhantes às da Terceira República Francesa, República que na verdade fora um dos modelos possíveis para os republicanos brasileiros da primeira década do regime.

Passada esta tumultuada primeira década de República, uma longa noite de trinta anos iria se seguir, onde os próceres do sistema oligárquico pregavam um regime conservador como única verdade possível, e onde conseqüentemente, a noção de História viesse a se pautar pelos feitos dos grandes vultos e eventos inoculados da participação popular.

Retornando aos nossos afazeres metodológicos, torna-se necessário precisar que a natureza de algumas fontes a serem abordadas em nosso estudo passam a requerer a adoção de uma metodologia capaz de explorar os vários e ricos traços que compõem o matiz de uma cultura política.

Exemplificando tais contributos ressaltamos a vertente analítica da filosofia das formas simbólicas, entendida por Ernst Cassirer em 'Linguagem e Mito' como fenomenologia do conhecimento, no que devemos precisar, o termo conhecimento foi entendido pelo autor num amplo sentido de uma apreensão humana do mundo.

O autor defendeu para as formas artísticas o status de formas simbólicas especiais provenientes de um autodesdobramento do espírito, mantendo-se contudo apenas uma realidade. Isto significaria que os poemas e canções, assim como outras formas artísticas componentes do nosso *corpus* documental, passam a ser consideradas para as finalidades metodológicas do nosso estudo, não mais meras imitações da realidade, mas elementos dessa mesma realidade, se considerarmos, como assinalou Cassirer, que só por meio de formas assim, o real pode converter-se em objeto de captação intelectual, tornando-se visível aos nossos olhos.

Trataremos portanto de personagens históricos cujo modelo de República acabou derrotado, personagens quando muito citados ligeiramente mesmo em obras que

tematizaram o jacobinismo. Obscuros componentes da facção popular do jacobinismo, defensores de uma forma de República que não se realizou, tornam-se no entanto na perspectiva do nosso estudo, os atores principais da nossa trama. Possivelmente foram os que mais sinceramente se apegaram à causa republicana, e possuíram a acreditarmos em seu discurso e na autenticidade de suas ações, que somos convidados a partir de agora a investigar, uma fé aparentemente inquebrantável nas virtudes de cidadãos que julgavam incorruptíveis.

### 3 - O contínuo refazer de um tema

A subjetividade que perspassa a produção histórica torna a verdade essencialmente histórica, mesmo quando o historiador, rigoroso em sua prática, busca estruturar a sua subjetividade munindo-se da teoria e metodologia da história adequadas ao seu tema. Isto equivale a dizer que em cada presente histórico – tempo vivido pelo historiador - a relação mantida com cada passado, acaba por dotar este passado de um sentido, o qual acabaria por se anunciar diverso nas sucessivas versões históricas que dele se escreve.

Adam Schaff refletiu sobre os motivos que podem levar a uma reescrita da história, no que acabou concluindo que para que a História venha a receber uma nova versão, necessita o historiador de instrumentos disponíveis para hipóteses, mas também de princípios orientadores que somente se encontram disponíveis em seu presente histórico.

Nesta perspectiva proposta por Schaff, a qual achamos lúcida e atraente, passam a assumir um papel preponderante na reescrita da História as transformações das concepções dominantes que ocorreriam, de acordo com o autor, de forma concomitante às transformações da cultura, no que passam por sua vez a surgir novos pontos de vista, onde torna-se possível finalmente, observar, avaliar e ordenar os dados disponíveis. Esta seria a forma pela qual o historiador movido pelo desenvolvimento da ciência, e da ciência histórica em particular, consegue determinar um novo enfoque para velhos problemas, tendo por consequência a História reescrita de outra forma.

Tomadas estas considerações iniciais, buscamos ainda agregar como norteamento da nossa prática a perspectiva de Reinhart Koselleck, historiador que defende ser a reescrita da História tão exclusiva e singular quanto a primeira versão da mesma História. Reescrita que no entanto, ressalva Koselleck, deve seguir determinadas exigências para garantir a sua qualidade de inovadora e de oposição em relação à História até então conhecida <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Los estratos del tiempo, p.68.

Koselleck fundamenta sua teoria partindo da articulação, mediante diferenciações antropológicas, dos conceitos de experiência e método, possibilitada na perspectiva do autor, pela premissa de que a História enquanto tempo vivido e a historiografia enquanto processamento consciente da realidade estão sempre coimplicadas e se justificam reciprocamente, sem que sejam absolutamente deriváveis uma da outra. Neste sentido, torna-se necessário precisar estarmos tratando a experiência como sendo o passado presente, cujos acontecimentos foram incorporados, podendo ser restituídos à lembrança.<sup>2</sup>

Dessa forma, defende o autor que das três formas de experiência consideradas possíveis, podemos encontrar nas duas primeiras, ou seja, nas experiências de curta e média duração, a ligação a uma forma pessoal de aquisição, as quais seriam as experiências como surpresa e as experiências que se repetem. Tais formas, escreveu o autor, tratam-se de experiências de uma mesma geração, as quais incluem ao mesmo tempo, vencedores e vencidos, ainda que estes percebam e processem de formas distintas tais experiências, na medida em que estas possam ser processadas.

Torna-se importante ressaltar ainda que é na dimensão das ações do presente que a experiência enquanto passado presente entrecruza-se com a expectativa, a qual não se deixa derivar da experiência, por sua insuficiência, pois a dimensão da expectativa incluirá a esperança, mas também o terror, o desejo, e o cálculo racional.

Assim, achamos relevante a abordagem dos escritos daqueles que eram contrários aos homens que defendiam o regime republicano – e sobretudo à República almejada pelos jacobinos. Encontramos então na República recém-instituída um grupo bastante respeitado de intelectuais monarquistas que negava-se de forma veemente a aceitar o novo regime de governo, do qual tornaram-se críticos acerbos, tematizando a República, e seus mais radicais representantes, os jacobinos.

A historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti dedicou a tais intelectuais monarquistas um belo estudo intitulado '*Os subversivos da República*', cunhando expressões poéticas para denominar seus atores históricos como as de '*guerrilheiros da palavra*' ou '*militantes da esperança*'.

---

<sup>2</sup> Espacio de experiencia y horizonte de expectativa dos categorias históricas. In: Futuro pasado: para una semántica de los tiempos

Ao que nos interessará no sentido de ampliar o conhecimento sobre os nossos radicais da República, será a leitura de obras escritas pelos defensores da monarquia, como diríamos, no calor dos acontecimentos, dignos documentos da época, pois validados enquanto experiência como surpresa, no que selecionamos para análise dois respeitadores escritores monarquistas e ácidos críticos da República, a saber, Joaquim Nabuco e Visconde de Taunay.

Joaquim Nabuco assestara golpes na jovem República sob a forma de artigos publicados no Jornal do Comércio, durante o mês de agosto de 1895, os quais formariam reunidos anos mais tarde um opúsculo. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*<sup>3</sup> consistiu em severa crítica ao governo de Floriano Peixoto e ao ‘Marechal’ em particular, pois continha a indisfarçada intenção de desqualificar Floriano Peixoto e a imagem mitificadora de ‘Consolidador da República’ que os jacobinos cultuavam dessa personagem.

Nas palavras do autor, *este livro não é senão a história da dualidade, da astúcia e das adaptações dessa diplomacia dilatória à qual acima de tudo ele [ Floriano Peixoto] deveu o triunfo*<sup>4</sup>.

No bojo desse ataque, Joaquim Nabuco visara também atingir o símbolo daquilo que os jacobinos consideravam sua maior conquista: a vitória contra a Revolta da Armada. Nabuco colocava dúvidas no mérito de eventos históricos caros aos jacobinos, como o ‘9 de fevereiro’ – o combate da Armação – e o ‘13 de março’ – a vitória final do governo de Floriano sobre a esquadra em revolta; para os jacobinos a vitória da República contra uma tentativa de restauração monárquica. No seu intento, Nabuco acabou por atingir a auto-imagem jacobina e lançar ataques ao culto do herói, no qual os neojacobinos encontravam-se empenhados, o que por sua vez derivava para a inutilização do discurso jacobino de salvadores da pátria e defensores da República.

Na sua perspectiva, Joaquim Nabuco tentava argumentar que o nacionalismo jacobino zombara da soberania nacional e realizara acordos que não pretendia cumprir, além de usar o terror contra a população civil. A vitória do governo deveria ser

---

históricos, p.333 – 357.

<sup>3</sup> A primeira edição desta obra data de 1896.

<sup>4</sup> NABUCO. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*, p.262.

creditada à 'proteção' que lhe foi proporcionada pelas esquadras estrangeiras, em momento no qual os revoltosos encontravam-se de posse de maiores forças. Nabuco desautorizava a versão oficial da Revolta, brandindo como contraponto para a fraternidade demonstrada pelos portugueses na pessoa de Augusto de Castilhos, o comandante da corveta 'Mindello', que proporcionara ao fim da Revolta asilo aos oficiais comandados por Saldanha da Gama.

O oposto de tal demonstração fora para Nabuco, a belicosidade americana, expressada nas ações do Almirante Benham, além de ressaltar que a esquadra legal era composta de mercenários estrangeiros, indisciplinados e ébrios, sob o comando de um Almirante aposentado. Mas o principal alvo dos escritos de Nabuco, juntamente com os jacobinos seria o Marechal Floriano, cultuado como ditador jacobino pelos radicais da República. O autor não negaria a Floriano algumas qualidades, a seu ver de primeira ordem, como a tenacidade e a solidez férrea, no que conseguira a obediência, fidelidade e submissão do Exército, convertendo-o em instrumento nas suas mãos.

Mas o teria feito, segundo Nabuco, utilizando-se de processos incompatíveis com o próprio instinto militar, subordinando o Exército *não pelo espírito de disciplina, nem pelo amor de glória, mas por uma adesão pessoal mantida à custa de todos os princípios e obrigações do espírito militar*<sup>5</sup>. Na acusação de Joaquim Nabuco, de alto a baixo, invertera-se a hierarquia, e criara-se *ao lado das forças regulares um exército revolucionário de segurança*<sup>6</sup>, uma alusão aos batalhões patrióticos.

Afinal, corra perigo a República? Para o monarquista Joaquim Nabuco, certamente que sim, porém na sua avaliação os perigos passados e presentes do Regime eram obra dos próprios republicanos que, como Floriano, haviam aumentado o perigo da bancarrota, da carestia, da prodigalidade e da tirania, aos quais deveriam se somar o *perigo revolucionário, aumentado pelo predomínio e ascendente de um elemento que se chama a si mesmo jacobino, e o perigo estrangeiro, tornado palpitante pela abdicação temporária do princípio de soberania*<sup>7</sup>, referência à intervenção das forças navais estrangeiras durante a Revolta da Armada.

---

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*, p.259.

<sup>6</sup> Idem, *Ibidem*, p.259.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p.271.

Sobre esta Revolta e o Marechal Floriano haviam ficado para Joaquim Nabuco uma certeza: a legenda positivista e jacobina do vice-presidente em exercício, que lograra matar *no gérmen a reação monárquica* e ‘salvar’ a *República do perigo da restauração*, tradição que deveria ser incorporada *ao Credo republicano pelo menos enquanto durar a influência dos atuais diretores do positivismo*. Quanto à legenda jacobina, Nabuco acreditava que *a sua duração seria curta: o jacobinismo não é mais do que uma moda da época, um pastiche histórico*<sup>8</sup>.

As acusações de Nabuco a Floriano se traduzem num somatório de fatos que haviam – no entendimento do autor – de forma desnecessária, criado *para as instituições republicanas o perigo, aliás imaginário, que se diz que elas atravessaram*<sup>9</sup>, pois no julgamento de Joaquim Nabuco, Floriano Peixoto perturbara quase todos os Estados com o sistema de deposições, *cada uma das quais era uma conspiração do governo central, uma missão militar secreta, incompatível com a disciplina*<sup>10</sup>, causando com sua política local no Rio Grande do Sul, ao colocar no poder partidários do golpe de 3 de novembro de 1891, uma guerra civil, passando a proceder em relação a esta guerra *como um antigo terrorista e não como o chefe de estado de uma nação moderna*<sup>11</sup>, havendo compactuado com um sistema de ‘represálias assassinas’, não apurando responsabilidades e colocando *o Exército e o Tesouro da União às ordens de Júlio de Castilhos*.<sup>12</sup>

Em defesa dos monarquistas, afiançava não ter sido a revolta naval na baía do Rio de Janeiro uma revolta restauradora, mas uma dissensão no meio dos próprios republicanos; se nela ocorrera o manifesto Saldanha da Gama, este deveria ser interpretado como expressão da *opinião individual de um homem que julgou ter o direito, ao oferecer a sua vida, de fazer aquele testamento da sua fé política*<sup>13</sup>, no que alegava ainda que *a simpatia dos monarquistas pela revolta foi um fato, mas igual simpatia tiveram eles pelo 23 de novembro e até pelo Golpe de Estado: o que quer dizer que eles viviam na esperança de um termidor que amortecesse o espírito revolucionário*

<sup>8</sup> Idem, *Ibidem*, p.263.

<sup>9</sup> A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893, p.264.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p.263.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p.264.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.265.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.268.

*e eliminasse os terroristas. Agindo dessa forma, concluía Joaquim Nabuco, eles iludiam-se esperando, e ao governo cabia ver que eles se iludiam, e não tratar um cálculo otimista, uma pura quimera de proscritos, como um perigo nacional que justificasse até o apelo ao estrangeiro.*<sup>14</sup>

Mas caberia da parte de Joaquim Nabuco, reforçar o embotamento da auto-imagem jacobina, o que deveria ser feito pelo evidenciamento da extenuação das forças da revolta, do 9 de fevereiro como uma vitória sem brilho e do 13 de março como o resultado da inutilização do poder agressivo da esquadra no Porto do Rio de Janeiro, de setembro de 1893 a janeiro de 1894.

Para Nabuco, as forças da revolta encontravam-se debilitadas e extenuadas, tendo aceitado por força da limitação de um acordo intermediado pelas forças navais estrangeiras, uma luta parcial, inglória e inútil que fora o duelo contra as fortalezas legalistas, em vez de preferir o bloqueio no momento que tinha a posse das águas, no que concluía que,

*não pode haver nada mais errôneo do que pretender-se que a revolta foi sufocada pelo entusiasmo republicano. Decerto, os batalhões voluntários e a Guarda Nacional prestaram bons serviços ao Governo ( não tantos quanto o recrutamento no Norte), repelindo os ataques como o da Armação, a grande vitória, porém, não foi ganha por batalhões em terra, foi ganha pela fortificação da cidade, e essa fortificação o marechal Floriano Peixoto só a levou a cabo graças ao braço forte que em outubro e mesmo em setembro a esquadra estrangeira lhe prestou indiretamente.*<sup>15</sup>

A comparação entre o Império e o regime republicano então instaurado, no qual procurou-se apontar as mazelas e contradições tornara-se objeto de reflexão de primeira grandeza, ao qual veio juntar-se Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle, o Visconde de Taunay. A obra que agora abordaremos, 'Império e República', foi o resultado de reunião pelo filho do autor, o historiador Affonso de Escragnolle Taunay, de artigos que encontravam-se esparsos, pois publicados na imprensa periódica entre os anos de 1890 e 1896.

Nestes artigos, o visconde de Taunay teria por objetivo sustentar uma idéia central que perspassa seus escritos, qual seja, enaltecer e demonstrar a necessidade de aprofundamento de relações com a Europa, apontada por ele como o centro da

---

<sup>14</sup> Ibidem, p.269.

civilização, estreitamento de laços que seriam cristalizados e muito antigos - lembra o autor - , por devermos aos portugueses a obra da nossa colonização.

A nova situação política trazia temor a Taunay que observava avizinhar-se do horizonte a ditadura e com esta o terror, o obscurantismo e os abusos dos arvorados em donos do poder, os riscos frequentes dos '*pronunciamentos*' ao feitio das Repúblicas sul americanas e a decorrência para o autor mais perversa disto tudo: o afastamento progressivo da civilização em direção à barbárie e o risco da fragmentação territorial.

Taunay enaltecia então a estabilidade do Império, bem como a prosperidade e moderação que para o autor encontravam-se representadas pela Monarquia e pela ação pessoal do imperador. Importava a Taunay contrastar ao antigo estado das coisas, as mudanças instituídas pela República, que no seu entendimento colocara na linha de frente um grupo bastante radical.

É a este grupo que o Visconde passa a destilar críticas que vão de uma fina ironia a uma causticidade contundente. Os jacobinos e o jacobinismo, tomado aqui como suas formas de ação recebem os golpes mais certos ao longo dos artigos, e Taunay daria ainda golpes mais direcionados sempre aos traços mais visíveis das ações jacobinas que saltavam à vista aos expectadores daquela cena histórica, que seria o nacionalismo exacerbado, para o qual Taunay utilizava a expressão nativismo.

É através da deslegitimação deste nacionalismo jacobino que o autor, utilizando-se da crítica às ações daqueles radicais, tomados como símbolos do cidadão republicano, consegue detratar a República com mais eficiência. Conservador, para o Visconde de Taunay os assuntos de maior relevância da vida política nacional seriam o monopólio de um estado-maior da elite territorial europeizada. Manifestações sociais e trabalhistas, como as nascentes greves operárias eram tomadas como uma macaqueação daquilo que ocorria na Europa, resultantes da mudança de rumo inesperada ocorrida devido à instituição da República no Brasil.

Taunay fundamentava suas opiniões sob uma visão monarquista da História do Brasil. É a partir de conceitos como república, monarquia, nacionalismo, despotismo e federação que se torna mais claro seu pensamento.

---

<sup>15</sup> A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893, p.255.

Um primeiro aspecto a ser observado encontra-se na disputa entre monarquistas e republicanos pelo direito de evocar a figura de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, no que Taunay acusava a estes últimos de arrogar-se o direito de monopólio sobre a imagem do Alferes. Assim se expressava Taunay:

*Aquelle protomartyr da independência do Brasil pertence-lhes; é um symbolo, não tanto de republicanismo, como de propriedade; bandeira que só se póde desfraldar entre gente de feição exaltada, exaltadíssima em seus objetivos ultra democráticos, a tal ponto que nesse nome se devem resumir e concretisar todo o programma e intuitos do jacobinismo entre nós*<sup>16</sup>.

A independência do Brasil, ou a *libertação da terra natal*, teria sido para Taunay um sonho de Tiradentes, mas que somente os monarquistas teriam podido e sabido realizar. Portanto, Tiradentes também pertenceria aos monarquistas, sendo *um nobre typo de patriota grato aos nossos corações de brasileiros*.<sup>17</sup> Assim, deveríamos a nossa independência a Dom Pedro I, que para o Visconde de Taunay, *deu corpo e vida á formosa esperança de Tiradentes; não foi senão o continuador, feliz e poderoso, do esforço, mallogrado e minimo, do conspirador mineiro*.<sup>18</sup>

Mas, apesar do esforço ‘malgrado e mínimo’ do Alferes, Dom Pedro II, *o nobilissimo soberano de que o Brasil guarda no intimo o mais fervoroso culto, jamais desperdiçou occasião de mostrar quanto honrava a memoria de um homem que pagou com a existência um sonho de idealista, impellido por grandes sentimentos*<sup>19</sup>. Pois, na perspectiva de Taunay, aos olhos de Portugal, tanto o Alferes quanto Dom Pedro I teriam sido inconfidentes, mas no caso do antigo príncipe regente, somos obrigados a entender Portugal como as Cortes Portuguesas, e não exatamente como a monarquia bragantina, empenhada – voltemos ao texto de Taunay – na defesa *dos interesses da metropole em peso, que buscava, por todos os meios, guardar a mais preciosa das suas gemmas coloniaes*<sup>20</sup>. O alferes fora *eliminado da vida*, não por seu caráter de

<sup>16</sup> Império e república, p.5.

<sup>17</sup> Ibidem, p.6.

<sup>18</sup> Ibidem, p.7.

<sup>19</sup> Ibidem, p.6.

<sup>20</sup> Ibidem, p.7.

conspirador, qualidade que Taunay encontrava em outros *de muito mais importancia politica e social*<sup>21</sup> e que no entanto haviam tido suas penas de morte comutadas.

O alferes Tiradentes havia sido sacrificado *pela qualidade especialissima que tinha de militar e pela acção que tentou exercer sobre o espirito da tropa armada, companheiros e subordinados*<sup>22</sup>. Em relação a Tiradentes, portanto, teria havido um *agravante de inexcusable gravidade perante as leis marciais do mundo inteiro*<sup>23</sup>.

O regime republicano, ou a *formula republicana* seria para Taunay somente possível aos sonhos da Inconfidência, de um Tiradentes em sua *fé de bom catholico e amante à terra natal*. A República real estaria sujeita à antíteses de tais sonhos, nas *exaggerações terroristas e jacobinicas*<sup>24</sup>. A palavra 'federação', quando unida a sua colateral 'republica' traria nas palavras de Taunay o enveredamento *por caminhos cheios de perigos e sombras as intelligencias mais perspicuas e bem preparadas*<sup>25</sup>. Se acompanhada pelo qualificativo de sul americana, trazia para si o descrédito do mundo inteiro.

As republicas federativas sul americanas seriam então para esse monarquista conservador o espaço de instrumentalização do militarismo e do caudilhismo, da falta de liberdade, pois ambiente propício ao abuso e ao despotismo, uma ilusão dourada, de *visões cambiantes e miragens versicolares, mas também pasto certo dos mais atrozes desenganos à medida que os annos se adiantem*<sup>26</sup>. A instituição da República federativa no Brasil, devíamos a ação de *dous ou tres propagandistas laboriosos e de talento, que souberam insufflar e fazer render o desgosto do exercito de terra*<sup>27</sup>.

Na avaliação de Taunay,

*nunca tanto se affirmou a magia, o deslumbramento da simples palavra republica, nunca actuou com maior imposição a idéa oca da integralização da America, como nos primeiros dias do regimen novo, embora revestisse elle as fórmulas de ferrenha dictadura militar*

<sup>21</sup> Ibidem, p.7.

<sup>22</sup> Império e república, p.7.

<sup>23</sup> Ibidem, p.7.

<sup>24</sup> Ibidem, p.9-12.

<sup>25</sup> Ibidem, p.17.

<sup>26</sup> Ibidem, p.20.

<sup>27</sup> Ibidem, p.20-29.

Situação que deveria ser contraposta a um passado recente, ou seja, ao regime monárquico, pois no Brasil imperial havíamos continuado

*como prudentes herdeiros inspirados no mesmo amor de família, a portentosa obra dos portugueses; zelavamos com extremos esse precioso legado que elles haviam sabido transmitir-nos a poder de muita luta, energia e vigilância, e mantinhamos essa admiravel unidade de vistas e ideaes num vastissimo, mas bem preparado organismo nacional*<sup>28</sup>.

O nacionalismo seria para Taunay um pernicioso influxo, *sentimento pequenino, deprimente e conturbador* de deletéria ação, o qual medrando, levaria ao monopólio e à injustiça, fazendo crescer o terror e o ódio, constituindo-se em entrave ao desenvolvimento e ao progresso da civilização, caminho certo para o obscurantismo. A defesa do nacionalismo econômico, pretendido pelos jacobinos, era assim desconsiderada por Taunay:

*o nativismo, dirão, fomenta a industria das nações jovens, impulsionando-lhes o trabalho proprio, arreda dellas a tutela estrangeira, ampara-as contra a exploração dos forasteiros...os mesmos Estados-Unidos, contudo, estão hoje reconhecendo quanto, em these e na prática economica, têm na materia errado os seus políticos e primeiros homens da administração, e já assentaram um principio que é o golpe de morte a todas as deducções de nativismo nesse mesmo terreno industrial - a protecção não protege a ninguém*<sup>29</sup>.

Em suma, o nativismo para o Visconde de Taunay teria por sinônimos o egoísmo nacional e o mau patriotismo, sendo o bom patriotismo para o autor, o amor pela pátria, constituída na sua concepção pela *agregiação de milhares de famílias*, devendo-se provar tal patriotismo por *actos de dedicação, desinteresse, sacrificio e abnegação*, ficando por conta do nativismo, os *actos de tacanhice, de mal-querença, de ciumes, de inveja e odio contra os estrangeiros*<sup>30</sup>.

Como experiência de média duração acerca da República e dos jacobinos, passamos a considerar duas obras que vieram a lume quando o regime republicano consolidado se auto-arguia, momento propício portanto ao embate de idéias. Isto nos

---

<sup>28</sup> Ibidem, p.42-43.

<sup>29</sup> Ibidem, p.49.

<sup>30</sup> Ibidem, p.50.

leva a abordar duas obras pinçadas como exemplares de certa abordagem vigente nos anos 1920 e 1930, sendo seus autores José Maria dos Santos e João Pandiá Calógeras.

Nesta tarefa entendemos ser útil nos apoiarmos em revisões construídas pela lavra de três historiadores, a saber, Rosa Maria Godoy Silveira<sup>31</sup>, Suely Robles Reis de Queiroz<sup>32</sup> e Francisco Iglésias<sup>33</sup>, havendo as duas primeiras produzido sínteses da historiografia republicana.

José Maria dos Santos foi um jornalista e historiador paraibano, do qual pouco se sabe a respeito<sup>34</sup>, além do fato de ter sido oficial do Exército, havendo inclusive participado da Campanha de Canudos, fato que Francisco Iglésias anota como curioso, por não tratar dela nos seus três livros de História.

O mais conhecido deles, e que será objeto de nossas atenções é A Política Geral do Brasil, de 1930. Compunha o autor a chamada linha conservadora da historiografia nacional, e conservadora frisamos, naquilo de mais retrógrado que o adjetivo poderia denotar, pois José Maria dos Santos não tomou conhecimento da renovação dos estudos históricos que ocorria com bastante alarde pelo menos desde o começo da década de 1920, década aliás da qual a sua obra, não obstante haver sido publicada na década de 30, é representativa.

José Maria dos Santos não estava voltado para a compreensão social da realidade brasileira, seguindo o modelo da interpretação subjetiva<sup>35</sup>, não conseguindo ultrapassar a crônica e por sua exposição andar próxima desta, encontrar-se às vezes, distante da História<sup>36</sup>. Suely Robles o classificou como monarquista, incluindo-o como participante da polêmica Monarquia *versus* República que vigorava na década de 1920, década na qual o jacobinismo seria uma 'lembança esfumada'<sup>37</sup>.

Monarquista, ou somente saudoso do Império por admirar o sistema parlamentar e odiar o presidencialismo, José Maria dos Santos, no intuito de polemizar, trata do período monárquico atendo-se principalmente à *obra do segundo reinado*. Para ele, a

<sup>31</sup> Republicanismo e Federalismo: um estudo da implantação da República brasileira (1889-1902).

<sup>32</sup> O jacobinismo na historiografia republicana. In: Lapa, José Roberto do Amaral. (org.) História Política da República.

<sup>33</sup> Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p.176.

<sup>35</sup> SILVEIRA, p.9.

<sup>36</sup> IGLÉSIAS, p. 179.

<sup>37</sup> QUEIROZ, P.73.

Proclamação da República teria sido, a todos respeitos, um acontecimento lamentável<sup>38</sup> pois considerada por ele tributária da Questão Militar; deveríamos a nossa República ao *accidente de 15 de novembro...*

Afinal, para o autor, se nos tempos da Monarquia se podia discutir as questões nacionais em *grandes movimentos de opinião*, com *segurança de argumentação e uma liberdade de pensamento*<sup>39</sup>, Floriano Peixoto, vice-presidente em exercício que passaria à História como consolidador da República seria *apenas um tyranno*, havendo se constituído *em poder de facto* – uma alusão à polêmica sobre a autenticidade do mandato do Marechal – o qual *repudiava as regras que lhe davam esta qualidade, mas como simples usurpador de função que lhe não cabiam*<sup>40</sup>. A História é bem conhecida, pois o Marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente eleito pelo Congresso, não completara, quando da sua renúncia a 23 de novembro de 1891, o mínimo de dois anos de poder constitucional.

Não obstante, o Marechal Floriano Peixoto apegara-se à garantia das disposições transitórias da Constituição de 1891. A República, e com ela o presidencialismo na figura de Floriano, colocaria o Brasil, no entendimento do autor, ao mesmo pé das nações da América espanhola. Por isto, para José Maria dos Santos,

*o que Floriano estava a fazer não teria nada de maior nem de espantoso. Elle apenas começava a realizar entre nós o typo commum do grande homem providencial, que no dizer dos eternos adoradores da força victoriosa, sabe contrapôr a sua vontade inquebrantavel à destruidora vaga da demagogia... mas, num paiz com os antecedentes historicos do Brasil, foi uma immensa tristeza.*<sup>41</sup>

Tudo isto levava José Maria dos Santos a entender a República como um regime político desacreditado, fosse pela desonestidade ou pela incompetência, dando oportunidade a que as memórias fizessem aguçar a *saudade, uma amarga e profunda saudade do velho imperador e dos methodos politicos que elle symbolizara.*<sup>42</sup>

A essa altura do seu texto, nosso historiador, saudoso do Império não hesita em tecer comparações diretas entre a estabilidade imperial, parlamentar e conservadora e a

<sup>38</sup> SANTOS, José Maria dos. A política geral do Brasil.

<sup>39</sup> Idem, *Ibidem*, p. 266.

<sup>40</sup> Idem, *Ibidem*, p.271.

<sup>41</sup> Idem, *Ibidem*, p.273.

ameaça constante de pronunciamentos e risco da tirania sob a República. Assim, escrevia Santos que *a Republica era a delapidação systematica da fazenda publica e as armas do Exercito voltadas contra o povo. A monarchia chegara a ser a negação permanente de tudo aquilo.*<sup>43</sup>

Contemporâneo de José Maria dos Santos seria João Pandiá Calógeras, um conhecido político mineiro, embora tivesse nascido na capital fluminense em 1870. Pandiá Calógeras cursara a Escola de Minas em Ouro Preto, sendo diplomado engenheiro em 1890. Diferentemente de José Maria dos Santos, e por não ser um saudosista do Império, tinha uma visão menos pessimista da República, sendo várias vezes deputado federal, ministro da Agricultura, Fazenda e Guerra.

A sua 'Formação Histórica do Brasil' teria servido inicialmente como obra de divulgação para estrangeiros, sendo produzida sob a égide do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a finalidade de conferências. O historiador Francisco Iglésias considerou que esta obra de síntese e de tratamento erudito constitui-se numa tentativa de compreensão de longa trajetória<sup>44</sup>, apesar de não inovadora.

Seu autor seria mais um escritor do pensamento conservador e temeroso do povo, de cujas ações não conseguia entender o sentido social. Assim, abordaremos 'Formação Histórica do Brasil', elitista, liberal ortodoxa e preconceituosamente racista, entendendo que esta impõe-se mais pelo que silencia – a perspectiva que estivera aberta para uma 'outra República' do que pelo que acrescenta para a compreensão do jacobinismo no Brasil, expressão que aliás, Calógeras evita, preservando no entanto a imagem, cara aos jacobinos, do Marechal Floriano Peixoto.

Com efeito, Calógeras desenha a imagem de Floriano com indisfarçada simpatia. Para ele, o Marechal tinha sido o 'chefe nato', 'impávido e calmo' a impor sua vontade 'pela frieza, pela previsão e pelo cálculo', com 'a inflexibilidade de um teorema'. É verdade que expressa também uma respeitosa admiração pelo Imperador, mas não tanto pelas instituições monárquicas. A concessão feita à Monarquia seria a de ter servido

---

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*, p.274.

<sup>43</sup> Idem, *Ibidem*, p.274.

<sup>44</sup> *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. P.161.

como principal agente da nossa Independência, pela figura de D. Pedro I, herdeiro da coroa portuguesa.

Mas a República seria a aspiração, desde os tempos coloniais, fosse pela fuga das 'soluções originais' ou pela tendência a copiar exemplos franceses e norte-americanos, o que teria levado os brasileiros a simpatizar com a idéia republicana. Fazendeiros, Igreja e Forças Armadas havendo sucessivamente se desafeiçoado das instituições monárquicas teriam feito com que estas ruíssem, menos pelo ataque republicano que pela falta de defensores. Mas, instituída a República, avulta a figura de Floriano, o qual frisa Calógeras, teve o papel mais importante por consolidar e tornar definitivo o regime; e mais, por haver conseguido presidir *à eleição de seu sucessor, um civil, o Senador Prudente de Moraes, cuja escolha só foi possível porque seu predecessor 'havia trabalhado e sofrido e sacrificado sua saúde até ficar mortalmente ferido', para assegurar a vitória da constituição republicana*<sup>45</sup>.

Pandiá Calógeras punha a sua pedra na pavimentação do mito do salvador da República possivelmente para nas páginas seguintes poder reduzir o alcance da participação jacobina, vocábulo ausente do seu texto. Dessa forma, os jacobinos seriam indivíduos fautores de *uma mentalidade especial*, que sobrevivera às operações militares da guerra civil. Deste grupo fariam parte, quer os combatentes das forças regulares, quer os voluntários, a se considerarem *heróis, apóstolos de um credo político, agentes únicos do triunfo da nova fé*, 'psicologia' incompreensível para Calógeras, pois cessada a guerra civil, *ao invés de voltar aos níveis antigos, tal afeição espiritual ainda permanecia em armas, mobilizada, por toda parte enxergando 'inimigos da República', julgando tudo segundo metros formados pelos dias de perturbação*.

Desta culpa, segundo Calógeras, o Marechal Floriano estaria isento, o que serviria como prova o fato do Vice-presidente não haver pensado seriamente na possibilidade de um golpe de Estado, e de haver se retirado do poder, quando, de acordo com o autor, *lhe sobriariam força e recursos para ficar no governo*. Calógeras retoma o tema quando trata do episódio de Canudos, momento no qual segundo nosso historiador, teriam convergido o ressentimento do Vice-presidente Manuel Vitorino,

---

<sup>45</sup> P.324. O grifo é nosso!

tornado 'chefe da oposição' a Prudente de Moraes quando este reassumiu seu cargo de forma inesperada, e os insucessos do governo federal em conter o fanatismo sertanejo na Bahia.

A crença de que tais insucessos teriam sido proporcionados pelos inimigos da República, teria levado a uma quase insurreição. Essa crença num complot monarquista, alimentada pela 'imprensa partidária' teria criado, na avaliação do nosso autor, o combustível necessário para o atentado de 5 de novembro de 1897.

Koselleck defende que os diversos estratos temporais das modalidades de experiência passam a encontrar sua correspondência na elaboração metodológica quando um historiador transforma as experiências surpreendentes ou inovadoras, experiências estas que podem ser de felicidade ou de terror, em conhecimento histórico.

Os anos 1940/1950 inauguram a terceira forma de experiência que pode ser encontrada no longo prazo, sendo tal forma de experiência impossível de ser percebida sem os métodos historiográficos.

Desta feita, o historiador se obriga a proporcionar justificações duradouras a médio e longo prazo para a explicação de experiências únicas. Com efeito, posto diante da análise dos acontecimentos, o historiador se obriga a formular hipóteses, sendo que esta formulação passa a obrigar por sua vez a produção de explicações que confrontam a realidade com o que a tornou possível.

A reescrita da História comportaria articulações com a tripla classificação temporal de aquisições de experiências, no que os procedimentos metodológicos desta reescrita passam a se referir. Assim, em relação a determinação original dos fatos, bem como a fundamentação recebida inicialmente, devem segundo Koselleck, ser novamente articulados, quando menos, de forma diversa da versão histórica originalmente produzida, pois se assim não o fizéssemos, estaríamos tratando de uma continuação da tradição anterior, apesar de que, deve se ressaltar, não ser pensável ou possível, para esse historiador, uma reescrita da História sem alguma forma de reprodução, ou seja, sem retroagir-se a estados de experiências já fixados em outro momento.

Dessa forma, encontramos nos capítulos iniciais de José Maria Bello, autor do primeiro esforço de síntese da História republicana<sup>46</sup>, os jacobinos num cenário de crises, pacificações e consolidações. Bello faz emergir os jacobinos, não lhes dando porém luz própria, pois os apresenta numa postura de passividade ante a figura de Floriano Peixoto, este sim, o protagonista da cena política, não obstante o Marechal seja apresentado pelo autor com uma visão ainda perspassada pelo psicologismo do início do século, por vezes configurando uma visão evolucionista da qual poderiam partilhar um Euclides da Cunha ou um Joaquim Nabuco.

Na visão de José Maria Bello, Floriano Peixoto era o homem da ‘raça cabocla’, *um irredutível desconfiado*<sup>47</sup> que por sua

*perfeita impassibilidade, como por outras virtudes e defeitos, lembra Benito Juarez, vindo da mesma origem ameríndia. Não tem brilho a sua inteligência, que é especialmente, a intuição divinatória dos homens. Escassa a sua cultura, quase reduzida aos vulgares conhecimentos técnicos da profissão. Não revela curiosidades intelectuais, dúvidas, aflições da vida interior. Desdenha o dinheiro; deixam-no completamente indiferente as comodidades materiais da vida. Despreza a Humanidade, e por isto mesmo, nivela facilmente todos os valores que o cercam. Confundindo-se de bom grado nas multidões humildes das ruas, conserva-se, entretanto, impenetrável a qualquer intimidade. A família, de pequeno estilo burguês, esgota-lhe, porventura, a capacidade afetiva.*<sup>48</sup>

Talvez por isso, o Marechal Floriano tivesse inspirado, como julgou José Maria Bello, *ardentes fanatismos e tremendos ódios*, num país que entendia o autor, havia quebrado o verniz da sua vida. País ‘primitivo’ que *encontraria perfeita correspondência com a fria, astuciosa e indomável psique do seu herói caboclo*, o qual *pôde ser por muito tempo, e um pouco ainda hoje, um símbolo da nação autêntica dos sertões imensos e brutos contra a nação artificial das cidades, que o Império alimentara e os bacharéis e jornalistas do Govêrno Provisório supunham intangível....*<sup>49</sup>. ‘Surpresa psicológica’ por ser tipo até então desconhecido na galeria dos vultos políticos nacionais, no que tendia *sempre à ambivalência, como todos os homens de sua família psicológica*<sup>50</sup> escreveu José Maria Bello que Floriano Peixoto

<sup>46</sup> História da República: 1889 – 1954. (Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira). A primeira edição é de 1940.

<sup>47</sup> História da República: 1889 – 1954. (Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira).

<sup>48</sup> Idem, Ibidem, p. 82-83.

<sup>49</sup> Idem, Ibidem, p.83.

<sup>50</sup> Idem, Ibidem, p.85.

*reproduzia, no atavismo das sua origens étnicas, o caudilho característico da América espanhola, o caudilho talvez da mais pura subespécie, taciturno, reservado, dúplice, desdenhoso de poucas pompas exteriores, amando o poder como uma forma de projeção da própria personalidade, não hesitando ante violências que julgasse necessárias, indo, se lhe parecesse útil, até a crueldade, mas, ao cabo, cuidadoso, como frequentemente se verifica com os militares, ainda em revolta contra a ordem constitucional, de certos formalismos regulamentares e burocráticos*<sup>51</sup>.

Em suma, todas estas pseudo-qualidades conjugadas às ações que desempenha quando chega ao exercício do poder, teriam feito, segundo o autor, com que Floriano fosse divinizado na sua figura de *republicano perfeito*, pelo *exaltado e mórbido nacionalismo dos jacobinos*, aos quais se juntavam os positivistas ortodoxos que haviam adotado Floriano como um símbolo da ditadura redentora.

Assim, o jacobinismo aparece na lavra de José Maria Bello sempre como uma espécie de caixa de ressonância do governo do Marechal Floriano, quando muito de alguns chefes políticos que parecessem poder ocupar-lhe o lugar. O jacobinismo, é ligase a alguma expressão pejorativa, sendo este na definição do autor uma *modalidade mórbida do nacionalismo, que se desenvolve nas crises revolucionárias dos países incultos e pobres, ou trabalhados por longa adversidade*.<sup>52</sup> Pois – na ótica do autor – estaria o jacobinismo sempre associado a paixões, sendo ‘delirante’, convertendo seu entusiasmo pelo Marechal em fanatismo e exaltação, inebriando-se com a vitória sobre as sublevações da Armada e Federalista, e incapaz do apaziguamento dos espíritos, no que enxergavam por toda parte *monarquistas conspiradores*<sup>53</sup>.

No decorrer dos anos 1950 e 1960 os estudos históricos no Brasil passaram a contar com novos aportes teórico metodológicos, advindos sobretudo das ciências sociais, e se tomarmos por base duas obras bastante representativas do período, a saber ‘Os Donos do Poder’ e ‘Formação Histórica do Brasil’ podemos nelas perceber de forma clara a influência das contribuições de Max Weber e de Karl Marx, respectivamente.

---

<sup>51</sup> Idem, Ibidem, p.84.

<sup>52</sup> Idem, Ibidem, p.123.

<sup>53</sup> Idem, Ibidem, p.128.

Raymundo Faoro acreditou que a dupla face da guerra civil, a saber a da Baía da Guanabara e a do Sul concorreram para consolidar o governo de Floriano Peixoto, antes cercado de desconfianças. Mantida ‘nominalmente’ a carta constitucional, Floriano conquista a liderança nacional, não obstante nos lembre o autor de ‘Os donos do poder’, tenha sustentado a luta coligando-se aos elementos armados das milícias estaduais, onde avultava o papel da Força Pública Paulista.

Neste contexto de luta, o jacobinismo seria a instrumentalização de todas as esperanças utópicas republicanas florescidas nos grupos acadêmicos, nas camadas médias, nos proletários e *declassés* a imprimir uma missão revolucionária mas sem objetivos claros na sociedade, sob o escudo militar, onde avultava o papel de jovens militares intoxicados pelo positivismo, e tendo em Floriano Peixoto o pólo de atração e o esboço do ditador central do comtismo.

Na opinião de Faoro, o apelo esboçado pelo jacobinismo às camadas médias não se mostrara viável, quer pela fraqueza interna do setor, quer pela preponderância dentro dele do tropismo liberal, ademais, para Faoro, se o escudo jacobino era militar, não se poderia identificar o Exército com as classes médias, o que nos faria inferir não poder este portanto adquirir num contexto, ainda que o mais favorável possível, feição jacobina.

Posicionamento diverso quanto à identificação do Exército com as classes médias assumiu Nelson Werneck Sodré<sup>54</sup>, autor que abordou a passagem do Império para a República entendendo a antiga forma de governo como a representação de uma velha estrutura, a qual já não tinha mais condições de vigência nos moldes tradicionais em que se anquilosara.

Por seu turno, a idéia republicana teria estado presente em todos os movimentos de rebeldia ocorridos no Brasil, tanto antes da conquista da autonomia política, quanto depois, sendo esta *idéia republicana, defendida pelos elementos letrados, e por isso mesmo da camada média da população*<sup>55</sup>, não encontrando sucesso em virtude da debilidade desta camada.

---

<sup>54</sup> Formação histórica do Brasil. A primeira edição é de 1962.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p.291.

Instaurado o regime republicano teria sido possibilitada a participação no poder, ainda que de forma transitória, da classe média; esta estaria associada em suas aspirações aos militares. A República por sua vez representava um extraordinário esforço do Brasil, pela alterações que introduz, em adaptar as condições internas do país àquelas externas do capitalismo em sua etapa imperialista. Nesse sentido, uma relação que Werneck busca ressaltar seria a de base/superestrutura, com o ingresso de trabalhadores como mão-de-obra barata para o esforço de uma precária industrialização, sem grandes perspectivas.

Seriam as diferenças suscitadas pelos interesses das classes sociais, ou entre a contradição existente nestes interesses, que viriam a causar uma séria crise na República, quando uma fração da classe dominante, representativa dos quadros da Monarquia aponta novamente no centro do poder, indicando com isto não haver incompatibilidade profunda com o que representavam, e a nova ordem política.

Neste sentido, o florianismo pareceu a Néelson Werneck Sodré como uma *representação típica de classe média, com a coloração militar a vincá-la. É a forma com que tal classe luta, após a mudança do regime, para resistir ao estabelecimento de uma situação condenada.*<sup>56</sup> Da aludida adaptação estrutural da economia brasileira, uma estrutura 'colonial' para Sodré, a uma estrutura externa do capitalismo em sua fase imperialista ocorreria uma sobrecarga atirada ao consumidor representado então pelas classes médias e a base da classe trabalhadora.

Neste contexto, o florianismo corresponderia para Werneck Sodré aos anseios espontâneos e nem sempre claros da classe média, onde os grupos desta classe, em torno e apoiando medidas enérgicas do chefe do governo para a manutenção da ordem e consolidação do regime, resistiria à pressão oligárquica, que estaria buscando alijar do poder a componente militar que nele representaria a classe média.

À classe dominante interessaria livrar-se de uma aliança espúria e eventual, no que as oligarquias agiram no sentido de ocupar o aparelho de Estado com o fito de controlar o câmbio e a desvalorização da moeda, que correspondia para os cafeicultores a privatização dos lucros nas exportações pela alta do câmbio, devendo corresponder na

---

<sup>56</sup> Idem, *Ibidem*, p.298.

queda dos preços do produto, a uma socialização das perdas, pela entronização da política de valorização do café. À desvalorização sistemática do café nos mercados internacionais as oligarquias encontraram saída na aliança com o capital financeiro, onde a valorização do café seria processada à base de empréstimos obtidos a alto preço.

Mas para que isso ocorresse, anota Werneck, teria que ser ultrapassada uma fase de transição representada pelo governo de Prudente de Moraes, com a liquidação dos florianistas remanescentes. Para a associação com o imperialismo, aliança que doravante deveria tornar-se ostensiva, a classe senhorial organizou-se internamente na forma adotada pela política dos governadores, cada Estado federado encontrando-se entregue à oligarquia regional dominante à qual satisfeita em suas solicitações, ficava responsável por solucionar com um banditismo semi-feudal ou com organizações assemelhadas a verdadeiros exércitos regionais qualquer manifestação de resistência.

Dessa forma, concluía Néelson Werneck que,

*o mecanismo de expressão caracterizado pela política dos governadores restringia a área em que podiam manifestar-se aquelas insatisfações, quase as deixavam limitadas aos meios urbanos. No campo, realmente, as relações feudais e semi-feudais permitiam uma aparente estabilidade. Mas, ainda assim, o episódio de Canudos surgia, logo depois do desaparecimento do florianismo, como um sinal de alarma. Sob o manto do fanatismo religioso, Canudos não foi mais do que manifestação violenta, e até heróica, de uma população relegada ao mais baixo nível e nele mantida por longo tempo.<sup>57</sup>*

A partir dos anos 1970 a historiografia passava a investigar com maior acuidade determinados temas da nossa História, sendo estes submetidos aos parâmetros utilizados para analisar sociedades em rápido processo de modernização, mas também sob os aspectos inerentes da luta de classes nas mudanças do jogo político.

Embora sem tomar o jacobinismo como objeto específico, mas compelido ao entendimento do jacobinismo como parte de um objeto de estudo maior que seria a primeira República brasileira, o historiador Edgard Carone<sup>58</sup> voltou-se para o estudo da complexa estrutura das camadas da classe média brasileira do início da República,

<sup>57</sup> Idem, *Ibidem*, p.306-307.

<sup>58</sup> A república velha: instituições e classes sociais, 1972. ( a primeira edição é de 1970).

apontando para o seu valor qualitativo e quantitativo como justificação dos processos de contestação que ocorrem no período e que acabariam por resultar na derrubada das oligarquias do café.

A interpretação de Edgard Carone para o período que nos interessa seria que o advento republicano, juntamente com a instabilidade social e política existente teriam possibilitado pela primeira vez, a ação das frações constitutivas da classe média na luta pela participação no poder, no que seus integrantes aproveitaram-se dos conflitos havidos entre as cúpulas político-agrárias e militares.

Nesse sentido, os governos de Deodoro e Floriano foram entendidos por Carone como um consentimento ‘momentâneo e tático’ que resultou numa co-participação no poder onde as classes agrárias em nome da manutenção da legalidade, aceitaram a presença de militares no governo, não obstante estes governos terem representado em certos aspectos, *atitudes de inconformismo pequeno burguês e antiagrário*<sup>59</sup>. Carone apontou para o período de governo de Floriano Peixoto como representativo desse inconformismo, pois *as manifestações pequeno-burguesas passam do plano das cúpulas políticas para manifestações de rua*<sup>60</sup>, no que adverte não ter sido este período de governo o criador de tais manifestações, as quais já existiam, e com todas as suas características ao fim do governo de Deodoro da Fonseca.

Para o autor portanto, Floriano Peixoto apenas galvanizou a tendência às manifestações de rua, às quais favoreceu e que permaneceriam após a sua morte. É isto que vai determinar, para Edgard Carone, a identificação de Floriano Peixoto com os movimentos ‘jacobinistas’ que surgem durante a Revolta da Armada, com um diferencial em relação ao governo de Deodoro, pois *até então, os movimentos populares são realizados por civis; a partir daí, militares participam também ativamente das manifestações de rua*<sup>61</sup>. Edgard Carone fundamenta sua perspectiva por considerar ter havido uma divisão ‘jacobinista’ após o contragolpe de 23 de novembro de 1891, onde a primeira desta facções, composta por militares, mas também por civis, e que constituía uma ala mais conservadora, tentou o retorno de Deodoro ao poder, havendo se

---

<sup>59</sup> Ibidem, p. 179.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 180.

<sup>61</sup> Ibidem, p.180.

movimentado em 10 de abril de 1892 – com o manifesto dos generais – além de ter produzido a revolta da fortaleza de Santa Cruz.

Por seu turno, a ala que se conservou no poder com Floriano, seria na avaliação de Carone, *mais radical e mais consciente do poder*. São eles – escreve o autor – *que, entusiasmados, participam das lutas em defesa do regime, e é de suas fileiras que saem os batalhões acadêmicos, o povo que luta pela defesa do Rio de Janeiro*<sup>62</sup>.

Coube ao brasilianista Steven Tópik (1970)<sup>63</sup> debruçar-se sobre a temática do jacobinismo brasileiro dos anos 1890, entendendo ter sido este tributário do fenômeno do crescimento do nacionalismo ao longo do século XIX. Desta feita, o nacionalismo teria servido como uma espécie de cimento ideológico para numerosos movimentos de massa.

O artigo de Tópik, que até hoje segundo nos consta, não possui tradução para a língua portuguesa, e apesar de ser considerado pioneiro, não se restringiu unicamente a analisar os jacobinos, abrangeu o marco temporal da duração de toda a Primeira República. O objetivo do autor fora então comparar o movimento jacobino com a Ação Nacionalista ocorrida nos anos 1920.

Ainda assim, Steven Tópik possui o mérito de ainda que de forma sintética, pois premido pelas dimensões de um pequeno artigo, abordar algo sobre a estrutura social dos jacobinos, sua plataforma de lutas e alguns dos traços mais importantes daquilo que hoje denominamos por cultura política. Encontrou ligações entre a formação de uma identidade nacional e a possibilidade de alguns grupos virem a utilizá-la como forma de ferramenta política. Sua proposição teria sido a de focar o nacionalismo, desviando a tradicional ênfase colocada no sutil domínio da ideologia pura para uma abordagem que viesse a permitir analisar as desordenadas condições do mundo social e econômico com vistas a compreensão daquilo que galvanizaria os seguidores dos movimentos considerados nacionalistas, incluso o jacobinismo.

No Brasil dos anos 1890, considerou Tópik que os jacobinos enquanto nacionalistas voltados para interesses ligados ao progresso - assim como os

---

<sup>62</sup> Ibidem, p. 180.

<sup>63</sup> Middle-Class brazilian nationalism in 1889 - 1930: from radicalism to reaction. *Social Science Quarterly*. v. 59, n. 1. jun. 1970. p. 93 - 104.

positivistas – defendiam um modelo de desenvolvimento econômico que privilegiasse a industrialização, unindo-se a grupos da classe trabalhadora, e elegendo como seus inimigos grupos tradicionais ligados a interesses agrários e internacionais, os quais identificaram como fatores de tentativas de restauração monárquica.

Steven Tópik identificou a organização das ações jacobinas à existência de clubes patrióticos, onde unidos pelo nativismo os jacobinos deliberavam sobre a pauta das suas reivindicações e incorporavam as aspirações da população urbana, havendo o autor tomado por base o Rio de Janeiro. Dessa forma, em face da situação vivida pela população mais pobre da antiga Capital Federal, o autor identificou tais aspirações na expansão do mercado de trabalho aos nacionais, em detrimento logicamente dos imigrantes estrangeiros, além do rebaixamento do custo de vida, que seria basicamente alimentação e aluguéis de moradia.

Tópik entendeu a emergência desta corrente política como uma resultante de certo desencontro ocorrido nas hostes oligárquicas ocorrida após à queda do Império, o que teria criado segundo o autor um vazio de poder, vácuo preenchido de imediato por governos militares. Neste sentido, Topik acabou produzindo certa inovação na análise produzida até então, pois ao articular os governos militares às camadas médias urbanas, parâmetro sob o qual teria ocorrido o governo do Marechal Floriano Peixoto, Topik acaba nomeando a estrutura dos quadros jacobinos, que da ocupação genérica e pejorativa de arruaceiros e fanáticos passa a ser composto por funcionários públicos, estudantes, empregados do comércio e jovens militares.

As conclusões do autor seriam que os jacobinos acreditavam na República enquanto expansão de oportunidades, no que consideravam esta forma de governo como uma espécie de abertura à mobilidade social e econômica. Seu nacionalismo era utilizado no estilo dos jacobinos franceses de um século atrás, mas, ao invés de exércitos invasores, tinham suas preocupações voltadas para o combate à subversão interna, prevenindo-se contra uma *liga estrangeira*, representada pela preeminência dos negócios ingleses no Brasil, a qual se juntava os grandes latifundiários da época do Império, que estariam a conspirar contra a República e os *bons republicanos*.

Nesse complô contra a República estariam incluídos os ingleses, mas principalmente os portugueses, os quais, mesmo quando assalariados faziam remessas de suas economias à Portugal, no que despertavam a potência das manifestações xenófobas jacobinas. A ascensão ao poder de Prudente de Morais, primeiro presidente civil, foi vista por Topik como uma transformação operada em favor dos interesses agrários dos exportadores de café em detrimento das camadas médias urbanas que estariam defendendo um governo centralizado, e voltado para os interesses nacionais e e que fosse comprometido, em tese, com a abertura de oportunidades ao talento.

De autoria da também brasilianista June Hahner é o artigo '*Jacobinos versus galegos*'<sup>64</sup> que abordou a origem, composição social e os objetivos dos jacobinos. Sua autora entendeu que a situação de rápido aumento dos preços ocorrida na década de 1890 exacerbou ainda mais a agitação urbana da época, prática que encontrou respaldo no nacionalismo econômico, e instrumentalização em medidas do presidente Floriano Peixoto.

Hahner considerou que muitas ações de Floriano que fizeram perdurar sua fama como a de um 'amigo do povo' encontram avaliação segura como atos de sabedoria política, feitos para assegurar apoio popular ou ainda como utilização de 'lenitivo psíquico'. As circunstâncias especiais da Revolta da Armada, onde ficaram alinhados os nacionalismos econômico, político e literário são consideradas pela autora as causas da xenofobia que resultou em ataques a portugueses.

Para Hahner,

*em suas tentativas para congregar os sentimentos patrióticos durante a revolta, os partidários de Floriano Peixoto encorajaram a crença amplamente enunciada de que a colônia portuguesa basicamente conservadora, segundo se afirmava, a inimiga das instituições democráticas, estava financiando a rebelião da marinha*<sup>65</sup>.

O jacobinos são qualificados como integrantes dos setores urbanos da classe média, os quais comportavam pequenos comerciantes, funcionários engajados em

<sup>64</sup> Jacobinos versus galegos: urban radicals versus portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890's. In: Journal of interamerican studies and world affairs, 18 (2), may, 1976.

<sup>65</sup> Idem, Ibidem, p. 132. " In their attempts to whip up patriotic sentiments during the Naval Revolt, Floriano's supporters encouraged the belief that the basically conservative Portuguese colony, allegedly the enemy of Brazil's democratic institutions,

competição direta com os portugueses, pequenos proprietários, professores, contadores, jornalistas, incluindo ainda alguns profissionais como médicos, farmacêuticos, engenheiros e estudantes, aos quais se juntavam os militares.

Mas um aspecto de suma importância passa a integrar a análise de Hahner acerca do governo do Marechal Floriano e a sua já mencionada fama de amigo do povo. A autora referiu-se a projetos de moradias populares na antiga Capital Federal que nunca saíram do papel, e mesmo as tão propaladas intervenções florianistas no comércio de gêneros alimentícios, como no caso das tentativas de contenção dos preços da carne fresca – aspecto bastante explorado à época – não produzira alterações substanciais por não ser o item mais importante na alimentação habitual do trabalhador urbano.

A verdade é que haviam muitas críticas às medidas administrativas e às ações do prefeito florianista Barata Ribeiro, acusado então de se colocar acima da lei na questão da demolição de edifícios e cortiços. Indo mais além de questões de subsistência, a autora informa que um dos pontos básicos a dividir os trabalhadores e o governo de Floriano Peixoto era a defesa por parte daqueles da substituição do Exército pelas milícias civis, pois os trabalhadores opunham-se ao recrutamento mediante manifestações em jornais, por tumultos de rua e em ataques a funcionários recrutadores.

Talvez elucidativo desta questão tenha sido a não condenação dos insurgentes da Revolta da Armada pelas entidades representativas dos trabalhadores, tendo ainda notado a autora que poucos trabalhadores juntaram-se às fileiras dos jacobinos, os quais caracterizou como virulentos ultranacionalistas, cuja ascensão à cena política teria sido facilitada pelas circunstâncias especiais daquela Revolta.

Entre tais circunstâncias ressaltamos o asilo dado aos chefes da Revolta em navios de guerra portugueses, o que conduzia a população a desconfiança quanto às ligações dos revoltosos com a colônia portuguesa.

Um aspecto a ressaltar no artigo de June Hahner seria a atenção dedicada aos batalhões patrióticos e sua estreita ligação com os clubes republicanos. Na opinião de Hahner teriam sido as paixões e temores republicanos ampliados pela Revolta da Armada, responsáveis não somente pela ascensão dos jacobinos, mas também para o

---

was now financing the rebellion of the fleet.”

aparecimento de uma espécie de milícia de cidadãos para a defesa da República em perigo. Os batalhões patrióticos, apesar de não serem exatamente uma novidade na jovem República, proliferaram no governo de Floriano Peixoto, que os armou e instruiu militarmente, dando-lhes *status* oficial, alguns dos quais parecem ter surgido de forma espontânea.

Parece ter ficado patente para Hahner que possuindo em seus quadros membros de clubes republicanos, os quais atuavam para a sua mobilização, tais milícias seriam na verdade uma extensão das ações de tais clubes, aos quais encontravam-se articulados. Sendo inevitável a comparação com seus homônimos franceses, a autora registrou não haver entre os jacobinos brasileiros, nenhum artesão ou mulher.<sup>66</sup>

Quanto aos objetivos políticos dos jacobinos, Hahner entendeu estarem expressos no desejo por um governo forte, com um poderoso chefe do Executivo atuando virtualmente sem interferência do Legislativo. Aliás, June Hahner esclarece que a necessidade do Legislativo seria negada posteriormente, momento no qual os jacobinos afirmavam a idéia de uma ditadura militar, pois liberdades civis ou políticas seriam fetiches de bacharéis, e uma desculpa à proteção dos interesses portugueses.

Assim, na avaliação da autora, os jacobinos unidos a outros adversários da oligarquia cafeeira teriam chegado muito próximo da derrubada do governo de Prudente de Moraes, valendo-se da Campanha de Canudos (1896 – 1897) que transformaram no imaginário social em revolta monarquista subsidiada.

O período crítico de agitação seriam os dias posteriores à chegada de notícias da derrota da expedição comandada pelo Coronel Moreira César, quando o terror da República em perigo foi instaurado na Capital Federal, levando a aglomerações e destruição de jornais monarquistas, momento no qual alguns batalhões patrióticos foram reagrupados.

Os artigos de Steven Topik e June Hahner constituíram-se em duas tentativas de interpretação do jacobinismo que comportaram contributos da história social, certamente mais elucidativos, pois menos esquemáticos que o texto de Edgard Carone, a quem, façamos justiça, embora não tenha explorado o jacobinismo como objeto

---

<sup>66</sup> “Unlike their french revolutionary namesakes, the Brazilian jacobinos and their action groups included far fewer artisans and no

específico, ao menos dedicou algumas páginas, no que entendeu o tema como relevante para a História política da Primeira República.

Com um texto apresentado inicialmente no seminário sobre o Rio Republicano ocorrido em 1984, e publicado no ano seguinte, Wilma Peres Costa<sup>67</sup> estudou o jacobinismo brasileiro definindo a sua abordagem como parte daquilo que seria um esforço que busca resgatar para a historiografia a reconstituição de movimentos de grupos localizados fora do espaço de determinação do poder.

Dessa forma, a autora entendia que se a corrente política jacobina acabou por ter suas ações redundadas em fracasso do ponto de vista da tomada do poder, a vitória do projeto político antagonista - o da oligarquia cafeeira - deve necessariamente passar a não mais ser autorizado como projeto político de vitória a priori determinada, como se o grupo vitorioso *tivesse a ominisciência de seu futuro e não precisasse construir sua hegemonia através de um processo muitas vezes conflituoso e permeado de concessões*.<sup>68</sup>

O jacobinismo brasileiro constituiu-se para Wilma Peres Costa num fenômeno político novo, pois os ressentimentos longamente represados dentro do Exército e no seio dos setores médios, bem como em alguns setores da massa popular urbana haviam se expressado pela primeira vez e conquistado espaço ao elaborar um projeto republicano alternativo ao redor da figura do marechal Floriano Peixoto. A idéia defendida pela autora seria que o movimento jacobino buscou ampliar seus círculos de apoio em setores sociais marginalizados da população civil, sendo um aspecto a mais na diferenciação deste movimento o fato dos militares o integrarem não como corporação, mas na figura de patentes médias e juventude militar, expressando no entanto estas, seu ressentimento corporativo.

A autora percebeu ainda, concordando com algumas das análises pretéritas sobre a temática do jacobinismo, um divisor de águas no combate à revolta da armada (1893 - 1894), momento que teve seu *locus* fundamental nos batalhões patrióticos que reuniram militares e voluntários civis sob um clima criado de “República em perigo”, para o qual

---

women.” P.136.

<sup>67</sup> Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro. Cadernos IFCH Unicamp. n. 16. Campinas, Jan. 1985.

<sup>68</sup> Idem, *Ibidem*, p. 4.

se associavam a esquadra revoltada e a luta federalista no sul do país com uma suposta ameaça de restauração monárquica. Dessa forma, estariam sendo mobilizadas uma camada heterogênea e recém egressa na participação política – as ocupações profissionais encontradas por Wilma Peres coincidem com os dos autores brasilianistas – definida pela autora como uma espécie de caleidoscópio de excluídos da sociedade oligárquica, que formariam a massa crítica do jacobinismo.

Para os nossos propósitos, um ponto de extremo interesse na análise da autora seria a ligação daquilo que ela define como um amálgama heterogêneo das camadas médias urbanas, ou seja, os quadros e simpatizantes do jacobinismo com o contorno geral da sua ideologia, fornecida e incentivada pelos jornais ‘O Jacobino’ e ‘O Nacional’, que buscavam relacionar a crença em um permanente risco que ameaçava a República, à indispensabilidade do grupo que a defendia, e do qual haviam sido reforçados os ressentimentos sociais durante a resistência à Revolta.

Neste sentido, Wilma Peres Costa defende que os jacobinos ganharam com sua participação ao lado de Floriano Peixoto, uma expressão política mediante sua experiência militarizada que acabou por lhes fornecer uma nova identidade, a de ‘heróis da pátria’ ou ‘salvadores da República’, República que os jacobinos afirmavam haver salvo em 1893, e sonhariam purificar e restaurar em 1897. Dessa forma, a justificativa para os próprios jacobinos da sua permanência e importância política encontrava fundamentação na idéia segundo a qual a República não estaria consolidada, pois seu retorno à obscuridade corresponderia ao abandono dos rumos da República nas mãos dos odiados bacharéis.

Defendiam assim que os inimigos da República continuavam alertas, havendo sido identificada uma homologia no discurso jacobino analisado pela autora, que permitia transformar inimigos da República também em inimigos do povo. Estes seriam o estrangeirismo, o cosmopolitismo, o clericalismo e o sebastianismo, não por acaso, as bandeiras contra as quais os redatores de ‘O Nacional’ predispunham-se a lutar, compromisso mantido permanentemente no cabeçalho desse periódico.

Aspecto relevante no estudo de Wilma Peres Costa seria ainda a constatação de uma ampliada circulação de ‘O Nacional’ em relação a ‘O Jacobino’. ‘O Nacional

possuía para Minas Gerais agentes e representantes em Conceição do Rio Verde, Ouro Preto, Angustura e Uberaba, além das localidades servidas pela estrada de ferro de Muzambinho e Minas&Rio. Ora, a autora nos remete à característica que direcionaria o periódico editado por Anibal Mascarenhas para os setores médios urbanos melhor situados, como funcionários públicos, profissionais liberais ou estudantes. Assim, com uma pregação cientificista e modernizadora, vazada – anotou a autora – de conceitos positivistas e teorias lombrosianas, chama a atenção o fato de ‘O Nacional’ estampar anúncios dos livros do seu redator-chefe, como ‘Lições de História Geral’, ‘O fabricante moderno de sabões, perfumes, velas e pomadas’, ou ainda o ‘Manual prático do destilador’.

Coube a Suely Robles Reis de Queiroz<sup>69</sup> abordar o jacobinismo numa ampla visão, no que a autora logrou explicar a emergência desta corrente nos anos iniciais da República, pela aproximação dos interesses da burguesia e dos setores médios das cidades e dos militares.

Suely Queiroz frisou o papel de Floriano Peixoto nas suas ações como nacionalista e consolidador da República e procurou realçar no jacobinismo brasileiro uma forte influência positivista. Ressalta a autora que os jacobinos em sua auto-imagem de ‘sentinelas vigilantes da República’ possuíam características que os vinculavam aos militares, possuindo uma crença na deterioração da ordem civil a qual era contrastada a uma pretensa superioridade da moral militar, o que fazia dos radicais da República um grupo antibacharelesco.

Os jacobinos defendiam como modelo acabado de ação pronta e sumária o governo de Floriano Peixoto, fazendo deste um contraste aos movimentos tortuosos e oscilantes de políticos ‘casacas’ que a nada conduziriam. No discurso jacobino, envolvido numa aura de mentalidade salvadora, só o governo da espada poderia purificar o sangue do corpo social corrompido, vindo daí a convicção jacobina de que os militares saberiam consertar as coisas, estando este conserto a um passo apenas.

Fundamentada nas obras de Raymundo Faoro e June Hahner<sup>70</sup>, Suely Robles definiu o militarismo como a prevalência da estrutura castrense na ordem política com a

---

<sup>69</sup> Os radicais da república: jacobinismo, ideologia e ação ( 1893 - 1897). São Paulo: Brasiliense, 1986.

consequente valorização do militar pela sociedade, cujo primeiro passo para a implantação seria a participação do militar no processo político-partidário, o que foi ardentemente defendido pelos jacobinos em geral, participação que consubstanciava-se na doutrina do soldado-cidadão, desenvolvida ainda à época do Império. A autora entendeu que de acordo com a definição acima, o militarismo não chegou a existir no Brasil, não tendo havido unidade de pontos de vista nas Forças Armadas que permitissem sua imposição à sociedade, sendo que até mesmo a participação de militares na política tornou-se objeto de contestação, sobretudo após a Campanha de Canudos.

Não obstante, em relação às hostes jacobinas, Suely Robles acha possível afirmar que suas características a faziam simpatizar com o militarismo. Assim, do desejo de impor um governo forte, da preocupação com o aumento das forças militares, do uso de expressões extremadas, do interesse na ação política, da convicção enfim, de uma missão revolucionária sob o escudo militar, não estariam ausentes, senão o objetivo, ao menos a vontade de um regime militarista<sup>71</sup>

Mas o grande pilar ideológico do jacobinismo foi o nacionalismo, tendo como temas constantes as idéias de soberania e unidade. Em uma perspectiva na qual o Estado soberano aparece como indissociável da unidade do grupo nacional, sendo que esta unidade passa a implicar a redução ou supressão de dissidências. Neste sentido, nas manifestações jacobinas fica claro para a autora que os portugueses apareciam como o grupo étnico prejudicial à unidade nacional, figurando ainda como afrontas à soberania os casos do Amapá, Ilha de Trindade e dos 'Protocolos Italianos', que serviam como combustível num processo que encontra expressão no chamado nacionalismo defensivo, ou seja, de sentimentos de preservação e defesa da integridade nacional ameaçada. Neste aspecto, a autora acreditou que este componente nacionalista poderia ser imputado em parte, à componente militar daquele grupo político.

Suely Robles encontrou no jacobinismo brasileiro, termo que aliás julgou haver sido utilizado de forma extremamente elástica, uma forte influência positivista. Desviando-se do comtismo utópico, civis e militares aderiram à vertente heterodoxa do

---

<sup>70</sup> Respectivamente 'Os donos do poder', p. 548, e 'Relações entre civis e militares', p.16.

positivismo, haviam selecionado os elementos que parecessem encontrar aplicação mais fácil à realidade nacional. Uma questão chave era o anseio por transformações, e se levaria tempo conseguir-se uma ditadura baseada na liberdade e no progresso que fosse livremente consentida, defendiam os jacobinos que se este regime fosse baseado na repressão, o tempo para consegui-lo estaria consideravelmente abreviado. Além da ditadura centralizadora, outros pontos de contato do discurso jacobino com os ideais dos positivistas heterodoxos aparecem no anticlericalismo, no culto ao herói, na posição que reservavam à instrução pública e na industrialização, tendo Suely Robles julgado não imaginar os jacobinos como esta se daria<sup>72</sup>.

Acerca da composição social do jacobinismo, a autora alinha-se a Edgard Carone, que vira neste grupo militares e civis de cúpula a orientar demonstrações de efeito, aos quais aderiram os integrantes de segmentos sociais mais baixos, como pequenos comerciantes, funcionários públicos, farmacêuticos, guarda-livros que comungavam das idéias e do grosseiro palavreiro de Deocleciano Martyr, acreditando-se ‘puros nacionalistas republicanos’. Tais segmentos fizeram com que o pronunciamento da palavra jacobino fosse associada às atitudes da malta que malhava portugueses, havendo sido criado pela imprensa que lhes era hostil o termo ‘jacobinada’.

Para Suely Robles de Queiroz, foi a aliança entre militares e civis de cúpula com este grupo heterogêneo, componente do que se poderia chamar de camadas médias urbanas da população, que deu ensejo ao jacobinismo popular, uma expressão de Edgard Carone adotada pela autora. No entendimento dessa historiadora, o movimento fora na verdade um só; os grupos é que seriam distintos socialmente, obedecendo a motivações diferentes, onde torna-se necessário complementar que os setores destituídos de capital e que exerciam atividades predominantemente não manuais – denominador comum encontrado por nossa historiadora para os integrantes do jacobinismo popular – sendo no entanto heterogêneos do ponto de vista ideológico, cultural e social. Tais aspectos levaram a autora a concluir que as bases sociais do

---

<sup>71</sup> Os radicais da república, p.222 – 226.

<sup>72</sup> Ibidem, p.121.

jacobinismo constituíram um amálgama heterogêneo cujo nacionalismo foi o cimento integrador de objetivos e motivações diversas.

Ligado a este aspecto, assume importante papel um apontamento de Suely Robles, no qual a ideologia se expressa concretamente através da *práxis*, o que a levou a ressaltar os *meetings* jacobinos com discursos em tons incendiários, e o papel que nestes tinham os clubes jacobinos, os quais por sua vez mantinham estreitas articulações com a imprensa radical. Por sua vez, seriam dos clubes jacobinos que saíam em grande parte os integrantes dos batalhões patrióticos. Dessa forma fica evidenciada para Suely Robles a importância desses clubes para o entendimento do jacobinismo. A articulação de tais clubes se daria devido ao trabalho de uma estrutura composta por presidente e vice-presidente, primeiro e segundo secretários, além de tesoureiro. Via de regra possuíam estatutos e mantinham atas de reunião, cujo desconhecimento da existência e teor representa para o pesquisador um óbice para o entendimento e funcionamento destas associações.<sup>73</sup>

José Murilo de Carvalho<sup>74</sup> reservou parte do seu trabalho para explorar as vinculações do movimento jacobino e seus acenos de participação popular com a formação de uma ‘nova cidadania’ nos anos iniciais do regime republicano, no que concluiu essas ações estarem vinculadas à construção de uma idéia de República.

José Murilo nos aponta que dentro do movimento republicano havia uma corrente radical de estilo rousseauiano que contrariamente aos chefes evolucionistas do Partido Republicano, fazia defesa da transformação revolucionária, feita nas ruas e com o apoio e participação popular, sob a retórica da Revolução Francesa.

Carvalho considerou então que

*mais pela simbologia da ação do que pelas idéias, radicais como Silva Jardim introduziram uma concepção de cidadania que se aproximava do modelo rousseauiano: a visão do povo como entidade abstrata e homogênea, falando com uma só voz, defendendo os mesmos interesses comuns*<sup>75</sup>

<sup>73</sup> Ibidem, p.83.

<sup>74</sup> Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (A primeira edição é de 1987).

<sup>75</sup> Idem, Ibidem, p. 47.

Nesta concepção estavam ressaltadas a inspiração platônica da corrente política, a salientar *antes os aspectos comunitários de integração de todos na vontade geral da soberania*,<sup>76</sup> onde o todo, ao contrário do contratualismo lockeano, passa a ser mais do que *a soma dos indivíduos que o formam, podendo por isso ditar o que seja a verdadeira vontade destes*<sup>77</sup>, o que, nos adverte José Murilo, adequa-se bem à idéia de ditadura republicana. Dentro desta concepção, o ditador encarna a vontade coletiva, instrumentaliza esta ação e torna desnecessárias eleições formais, bastando a sanção popular implícita.

José Murilo de Carvalho considerou ainda que os ‘republicanos radicais’ talvez tenham sido os únicos a propor uma idéia de pátria compatível com a cidadania liberal e democrática, caso fossem descontados os traços rousseauianos que a tingiam. Mas a evolução para o nativismo exacerbado do movimento jacobino e para o autoritarismo florianista, acabou por fazer a proposta radical perder a sua viabilidade política, pois em centros como o Rio de Janeiro e São Paulo, a forte presença de estrangeiros compondo os setores populares fez com que o nacionalismo xenófobo passasse a ser apropriado pela elite para o combate da militância operária.

A idéia de uma ditadura a encarnar a vontade coletiva, onde deveria estar implícito o consentimento dos cidadãos levou José Murilo de Carvalho a tecer novas considerações sobre os jacobinos brasileiros<sup>78</sup>, em estudo intitulado ‘A formação das Almas’, o qual conheceu sua primeira edição em 1990, e contou assim como em ‘Os bestializados’, com os contributos da história das mentalidades de influência francesa.

Naquela oportunidade o autor enfatizou a diferenciação da liberdade defendida pelos jacobinos, traçando-a à semelhança da liberdade existente nas Repúblicas antigas de Atenas, Romas e especialmente Esparta, pois era *a liberdade de participar coletivamente do governo, da soberania, era a liberdade de decidir na praça pública os negócios da República: era a liberdade do homem público*<sup>79</sup>.

---

<sup>76</sup> Idem, *Ibidem*, p. 47.

<sup>77</sup> Idem, *Ibidem*, p. 47.

<sup>78</sup> A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>79</sup> Idem, *Ibidem*, p. 17. Contrariamente a este tipo de liberdade, a liberdade dos modernos constitui-se na liberdade da fruição das benesses privadas, sendo que para isso tornar-se viável, o cidadão deve eleger seus representantes políticos.

Neste sentido a primeira República francesa com a sua fase jacobina e seus aspectos de participação popular era o que mais se aproximava, nos tempos modernos, da concepção de liberdade ao estilo dos antigos, o que vale dizer, uma República que permitisse a intervenção direta do povo no governo, a República dos clubes populares e das grandes manifestações, em suma, uma República de grandes idéias mobilizadoras do entusiasmo coletivo, que seria a República dos sonhos – acompanhamos os escritos de José Murilo – para um setor da população urbana partidário da liberdade à antiga, grupo pequeno – nos lembra o autor – mas bastante agressivo, e que projetava sobre a monarquia brasileira os mesmos vícios do *ancién régime* francês, no que acabavam cometendo erros de diagnóstico da realidade brasileira.

Mas como almejar uma República com tais características de participação, se o povo estivera ausente da Proclamação e se *mesmo na fase jacobina da República, durante o governo de Floriano, a participação era exclusivamente masculina. Não só as mulheres não participavam, como não era considerado próprio que elas participassem.*<sup>80</sup> Em consequência disto, para José Murilo, *inexistia a mulher cívica, tanto na realidade com em sua representação artística*<sup>81</sup>, o que deixava sem correspondência com a realidade as alegorias femininas que tinham por finalidade representar a República.

Com efeito, a falta de correspondência com a realidade tornara-se um problema também em relação à ‘Marselhesa’, que àquela época, fora da França, ainda era cantada como um grito de guerra e revolta, e para a qual os nossos republicanos tentaram dar uma letra nacional, iniciativa à qual se colocara à frente Silva Jardim. Era então prática dos republicanos brasileiros cantar a ‘Marselhesa’ ao sair de seus *meetings*. Entre fins de 1888 e o início de 1889, anota José Murilo, Medeiros e Albuquerque havia se proposto a fazer a letra brasileira, a qual foi adotada como hino oficial do Partido Republicano. Ainda antes da Proclamação, um farmacêutico de nome Ernesto de Sousa ganharia um concurso para musicar o texto de Medeiros e Albuquerque.<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 92.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p.96.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p.124.

Na fundamentada opinião do autor, esses radicais republicanos, pelo fato de não controlarem recursos de poder econômico, viam-se atraídos por apelos abstratos em favor da liberdade, da igualdade e da participação, embora nem sempre fosse clara a maneira como tais apelos poderiam ser operacionalizados. A idéia de povo mantida por esses radicais seria abstrata, sendo quase simbólicas muitas das referências que faziam.

Para José Murilo de Carvalho a dificuldade em operacionalizar as idéias dessa corrente radical fazia com que se ficasse ao nível das abstrações e a maior parte desse grupo de descontentes percebia a dificuldade, se não a impossibilidade de se fazer a República na praça pública, no que ficava muito clara para eles a importância do Estado.

No ano anterior à primeira edição desta obra de José Murilo de Carvalho, e como resultante das reflexões no meio acadêmico acerca do centenário da instituição do regime republicano no Brasil, veio a lume um artigo da historiadora Gladys Sabina Ribeiro<sup>83</sup>, em revista vinculada à Associação Paranaense de História.

Trabalhando principalmente com periódicos, sobretudo os da imprensa jacobina, como os já citados 'O Jacobino', 'A Bomba' e 'O Nacional' e sob o escopo de uma metodologia da História que enfatiza a linguística e a análise do discurso na linha trilhada por Régine Robin, Gladys Sabina deu em seu artigo enfoque principal à constituição do que considerou um 'nacionalismo pelo avesso', com a busca da civilização e do progresso numa conjuntura de consolidação do novo regime ao qual estavam estreitamente ligados os jacobinos.

Para Gladys Sabina, a construção da nacionalidade sob a égide do discurso e práticas jacobinas e o papel desempenhado pelo português nas imagens atribuídas aos estrangeiros por aqueles radicais da República comportam ângulos diversos, retratos diametrais de bom e mau povo, pares antitéticos onde 'bom povo e boa nação' seria sinônimos de 'brasileiro com amor incendiado à República', 'nacionalista e florianista'. Assim, *mau povo e má nação seriam principalmente os portugueses, vinculados ao atraso e monarquistas*<sup>84</sup>.

<sup>83</sup> O jacobinismo nos primeiros anos da República: seus ódios, suas razões e a criação de uma idéia de nação. História: Questões & Debates, Curitiba a. 10, n. 18/19, jun.-dez. 1989.

<sup>84</sup> Idem, *Ibidem*, p.261.

Em sua problematização a autora explica que após a Proclamação da República, tanto o governo, como as classes dominantes tinham como preocupação básica e fundamental a constituição da nacionalidade. Seria o nacionalismo ressuscitado nesta problemática que deveria responder à perguntas suscitadas do modelo a ser seguido, bem como da direção que a nacionalidade a ser construída deveria trilhar.

Naquele momento, salienta Gladys, se para a corrente liberal conservadora a República era confundida com o federalismo, para a corrente jacobina o nacionalismo deveria se constituir como consolidador da República, sendo esta forma de governo a detentora do verdadeiro nacionalismo, o que implicava estar a República identificada com a pátria.

Neste último caso, e fazendo uso de uma leitura do periódico 'A Bomba' a autora assinalou que tornava-se possível identificar a República com a pátria, no que obrigava-se a identificação desta como *o lugar dos brasileiros ou dos estrangeiros com amor à República*.<sup>85</sup>

Estratagema que no entanto curiosamente mantinha aberta uma brecha à participação dos estrangeiros na formação da pátria e nos assuntos da República, pois existia a necessidade de imprimir-se na nacionalidade buscada uma procura pela civilização e pelo progresso, os quais estariam ligados à negação do estatuto de Colônia e a valorização de padrões europeus, onde a imigração assumia um papel de relevo.

Desta feita passava-se a considerar, na visão da autora, que

*os imigrantes europeus eram morigerados, pacatos e progressistas. Eles seriam os responsáveis por engendrar no país os germens de uma nação vinculada ao trabalho. A civilização, sinal da modernidade, seria conseguida pelo trabalho. O nacionalismo, então, seria uma reação ao atraso cultural, na época, identificado em Portugal.*<sup>86</sup>

Assim, fica apontada para Gladys Sabina uma contradição no discurso nacionalista da última década do século XIX, onde nacionalismo passou a ser

---

<sup>85</sup> Ibidem, p. 263.

<sup>86</sup> Ibidem, p.265.

confundido com jacobinismo, que na opinião da autora foi o antilusitanismo levado ao paroxismo.<sup>87</sup>

Com efeito, encontrou a autora no discurso dos radicais da República indicativos de ser o português *o estereótipo do bom trabalhador, que levaria à boa nação* [mas que] *porém não era sinônimo de boa nação, pois introdutor do preconceito racial seria novamente associado ao atraso*.<sup>88</sup>

Quais as consequências na *práxis* jacobina acerca dessa confusa e até contraditória construção de uma nacionalidade ao avesso? Foi na construção da auto-imagem jacobina, implementada em seu discurso que passa a ficar mais clara a idéia expressa, pois os jacobinos se apresentavam como ‘bons’, ‘honestos’, ‘civilizados’, ‘capazes de serem sacrificados’, ‘francos’, e ‘leais’, julgando-se estar *num posto arriscado e altamente honroso*<sup>89</sup>, no que consideravam-se *consolidadores e responsáveis pela construção da nacionalidade* de uma República que *deveria ser capaz de abrigar, como verdadeiro caminho, uma ditadura patriótica*, cabendo então *estar alerta, não dar trégua, acautelarem-se, protestarem, gritarem e tomarem providências contra os portugueses, assim como fazerem cair a máscara dos ‘amigos ursos’, considerados adesistas e servilistas*.

Foi através da leitura dos jornais jacobinos já citados que a autora detectou nos discursos dos radicais republicanos, três pessoas distintas, as quais seriam, ‘o outro’, ou seja, o português, a quem se ataca veementemente; o ‘nós’, ou seja, o jacobino; e o ‘eles’, que seria o brasileiro ou o povo brasileiro. Essas três pessoas do discurso jacobino, inventariadas pela autora desfilavam nas folhas jacobinas, onde o português era matizado com as características de tudo aquilo que seria avesso aos jacobinos e ao que aqueles radicais da República consideravam nocivo à formação da nacionalidade, a saber, epítetos como monarquista, sebastianista, povo colonizador, inimigo fidagal da República, infenso à República, ofensor da pátria, neutro, anti-florianista, anti-exército, anti-positivista e anti-emancipacionista.

---

<sup>87</sup> Ibidem, p.266.

<sup>88</sup> Ibidem, p.266.

<sup>89</sup> Ibidem, p.268.

Com efeito, se os portugueses não se reconheciam sob tais conceituações, certamente os jacobinos se sentiam à vontade representando o papel de patriotas nacionalistas, filhos dedicados, brasileiros natos, batedores legionários do porvir de uma nova pátria que anseia pela completa independência, republicanos intransigentes e fervorosos, defensores da lei, legião de combatentes válidos e sentinelas vigilantes dos nossos brios e da nossa honra.

Caberia ao povo brasileiro então, segundo a autora, o papel de uma espécie de vítima que deveria ser defendida. Seriam estes a população genuinamente nacional, a qual sofreria nas mãos dos portugueses e que poderia apodrecer em contato com eles.

Gladys Sabina Ribeiro entendeu este período como de formação de um novo pacto de sustentação do poder, necessário para a estabilização do Regime, cujos objetivos seriam a diminuição do poder dos militares e do povo. As condicionantes para a permanência do jacobinismo teriam dependido de duas vertentes, sendo a primeira a da parte das massas pobres, como um meio de alcançar o poder. A segunda, da parte dos governantes teria sido a condescendência e o apoio recebido pelos jacobinos, numa República que sofria intermitentemente a luta pelo controle do poder.

Nesse sentido, a assunção de Prudente de Moraes, que conheceu a oposição jacobina desde os primeiros dias serviria como fator indicativo da vitória das oligarquias, não obstante a nova ordem ter sido colocada sob ameaça na exacerbação das manifestações jacobinas dos anos 1896 e 1897.

Através de um artigo publicado na Revista do Exército Brasileiro, Nicélio César Tonelli (1995)<sup>90</sup> buscou dar ênfase para alguns traços de similitude entre aquilo que designou como 'jacobinismo florianista' e outros movimentos latino americanos. O autor demonstrou neste texto de divulgação estar afinado com às análises correntes das décadas de 1970 e 1980, traçando o jacobinismo brasileiro como defensor do nacionalismo e da industrialização, principalmente na vertente dos seus integrantes de camadas médias urbanas.

Refere-se também às oligarquias dissidentes no governo de Deodoro da Fonseca, que formaram uma aliança estratégica com o jacobinismo, diga-se uma aliança espúria

---

<sup>90</sup> TONELLI, Nicélio César. Florianópolis e o jacobinismo latino-americano. Revista do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro,

que as oligarquias manteriam por objetivar a preservação da ordem republicana que viesse a lhes possibilitar a ocupação plena, num momento futuro, do governo do país.

Nicélio Tonelli faz coro com as conclusões de Steven Topik, Edgard Carone, June Hahner e Suely Robles Reis de Queiroz acerca da definição do marcante papel do Marechal Floriano Peixoto junto aos jacobinos, o que parece explicar o fato do projeto do republicanismo radical desorientar-se e definhar após sua morte.

Mas a contribuição de Tonelli ganha realce por haver o autor acenado com a possibilidade de comparações entre manifestações de jacobinismo no Brasil, no México com Benito Juarez, e no Equador, com o General Eloy Alfaro, já nos anos 1920. Ressaltadas as diferenças de contexto histórico entre estes países, vale registrar o posicionamento dos governos mencionados na defesa da pequena propriedade e do Estado laico. Foi enfatizado pelo autor a possível influência do exemplo de Benito Juarez sobre o florianismo, no que faz resgatar, sob novo suporte, reflexões de José Maria Bello, e diríamos, até de Joaquim Nabuco.

Esta proposição se justificaria por haver o florianismo sucedido no tempo ao juarismo, com chances de haver recebido deste, contributos que teriam servido como inspiração. Neste sentido, uma ressalva feita por Nicélio Tonelli foi no sentido que o juarismo conseguiu avançar na expropriação do grande latifúndio improdutivo, por não ter dependido, como o florianismo, do apoio circunstancial das oligarquias regionais para o combate a focos de revolta, inclusas aí, algumas que acenavam com simpatia para a possibilidade de restauração monárquica, pois a Monarquia gozara no Brasil de uma tradição histórica mais forte que no México.

Com 'O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República', Lincoln de Abreu Penna <sup>91</sup> defendeu ter sido durante o governo de Floriano Peixoto, diante da premissa da supremacia do executivo, e onde o presidencialismo não esteve tão suscetível aos controles dos outros poderes, que tornou-se possível alguma aproximação com a *res publica*, a República pura, momento no qual se deu a convergência de interesses entre os positivistas e os radicais do republicanismo radical anti-liberal.

---

v.132, p.5- 10, 4.trim, 1995.

Mas o 'jacobinismo' ocorrido no Brasil, defendeu Penna, careceria de fundamentos que justifiquem seu emprego, e se trataria na verdade, de uma versão caricata daquilo que se passou na França. O autor enumerou as dessemelhanças que encontrou, a começar pela negação de partidos políticos, pois na matriz do jacobinismo, ou seja, no jacobinismo histórico, as opiniões emitidas, nos lembra Lincoln de Abreu Penna, tinham de ser idênticas, pois bons cidadãos são fiéis aos princípios da Revolução, única vertente possível ao verdadeiro republicano. Neste caso, discordâncias são atribuídas a equívocos que mesmo sendo cometidos de boa fé ficam sujeitos a reprimendas.

Outra dessemelhança seria a questão do nacionalismo, pois as razões que o propiciaram na França pareceram ao autor incomparavelmente mais densas que na versão brasileira, proporcionando aos franceses um sentimento patriótico arraigado.

A questão da propaganda também pareceu a Lincoln de Abreu Penna um fator de forte diferenciação. O autor assinala que o original francês repudiava aliados e mantinha uma pureza casta que impedia aproximações com outras correntes, mesmo que estas lutassem por ideais revolucionários comuns.

Penna aponta ainda para a questão da auto-imagem, onde acredita devam ser ressaltadas três diferenças, sendo a primeira a composição sócio-econômica do jacobinismo clássico, a qual originou-se no jacobinismo histórico de um emaranhado heterogêneo do Terceiro Estado, mas que encontrou no segmento popular mais identificado com os '*declassés*' os seus quadros mais combativos, de pequeno-burgueses *enragés* que exerceram funções de destacada presença na direção do movimento, lutando por uma sociedade igualitária onde a única aliança possível era a dos iguais. No Brasil, expõe o autor, os jacobinos dos anos 1890 pertenciam a frações da classe dirigente não oligárquica, as quais queriam reformar costumes políticos sem alterações substanciais nas estruturas de poder.

Na avaliação do autor, a aliança dos republicanos radicais antiliberais com o Marechal Floriano Peixoto teria sido a consequência da sua aproximação com tendências anti-oligárquicas e anti-federalistas que possuíam muitos simpatizantes nos

---

<sup>91</sup> O Progresso da ordem: o florianismo e a construção da república. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1997.

meios militares. Tais forças ao tornarem o Marechal Floriano a referência única a ser seguida, contribuíram para a criação do florianismo de governo, leque de forças tão diferenciado que ao passar a integrá-los, tornou-os desqualificados como herdeiros da tradição revolucionária.

Relacionado a essa questão, Penna alude ao grau de radicalidade das propostas do jacobinismo, pois julgou que os jacobinos no Brasil não primaram por sustentar um programa de mudanças que trouxesse avanços concretos aos setores populares, no que ignoraram questões relevantes como a da propriedade, limitando-se a ações inconsequentes que só se integravam à dinâmica republicana enquanto perdurasse a guerra civil. Passados os embates, deslocados os confrontos para o terreno da política, analisa o autor, os pretensos jacobinos brasileiros tornaram-se presas fáceis dos interesses coligados que haviam ascendido juntamente com o Marechal.

Outra das diferenças ligadas à auto-imagem jacobina poderia ser encontrada no aspecto da sua concepção de poder. O jacobinismo francês constituiu-se como projeto político visando ao exercício do poder. Essa perspectiva, julgou Penna, nunca foi vislumbrada pela versão brasileira desse movimento, que para o autor apenas ensaiara demandas tópicas de natureza genérica, o que denunciaria a limitação de um jacobinismo idealizado, limite explicado pelas distintas estruturas sociais, onde as classes médias, base social desse movimento estava associada às diversas alterações da aliança política dominante.

Sendo assim, qual teria sido este fenômeno político de mobilização nacionalista e exaltada que com suas ações extremadas tanto auxiliou a aumentar a confusão e a incerteza na primeira década da República no Brasil? Para o historiador Lincoln de Abreu Penna, o que ocorreu no Brasil originou-se de ressentimentos do exército e das camadas médias urbanas, mas também dos estratos populares, onde as patentes médias e juventude militar procuraram ampliar seus círculos de apoio buscando constituir uma proposta baseada no culto a Floriano e no nacionalismo xenófobo.

Em relação a esta ampliação de círculos de apoio, uma contribuição que nos parece da maior significação, foram as definições de Penna para o que seriam o 'florianismo de governo' e o 'florianismo de rua'. O autor esclarece que por ocasião da

Revolta da Armada, a resistência proporcionada pelo governo produziu a ampliação da base social e política do florianismo. Sua expressão partidária foi o Partido Republicano Federal, controlado por Francisco Glicério.

À época, a sustentação da ordem republicana encontrava-se numa mistura de exercício da autoridade legal combinada com o emprego de ações enérgicas seletivas, que buscavam desestimular manifestações inoportunas de opositoristas. Desta forma, os florianistas de governo faziam parte dos elementos enquistados no aparelho de Estado.

Por sua vez, o florianismo de rua havia aflorado nos agrupamentos civis pertencentes às camadas médias urbanas mais pobres. Este contingente, ao qual se integrava a mocidade militar, elegeu o Marechal Floriano Peixoto para contrapor-se aos arranjos políticos promovidos por cima das suas demandas sociais, basicamente serviços públicos essenciais.

Encontravam-se afastados das formas institucionalizadas de participação política, passando a fazer dos espaços públicos o lugar privilegiado para expressar seu apoio ao Marechal. Neste sentido, formaram, defende Pena, a vertente mais espontânea e sincera do apego ao republicanismo radical.

A força do florianismo de rua revelava-se na reação atemorizada das elites, que recusando-se a aceitar a afluência de camadas subalternas da sociedade ao exercício da cidadania cunhavam epítetos inadequados, pois deformadores na sua essência, dispostas a traçar a engenharia política da restrição ainda maior, dos canais orgânicos de participação. Visto por este ângulo, da parte da pequena política, o combate sem tréguas aos monarquistas podia se revelar, na perspectiva defendida por Lincoln de Abreu Penna, como sendo a forma na qual reafirmava-se a República em sua leitura popular, dependendo desta reafirmação a passagem definitiva do *status* de súdito para o de cidadão.

Assim, a comunhão de destinos entre o dirigente da nação e o florianismo popular acabou por estabelecer um vínculo entre a ‘grande política’ e ‘pequena política’, em demonstrações por parte desta última de virtude cívica, patriotismo autêntico e afirmação da nacionalidade, sua intolerância sendo *fruto da crença segundo*

*à qual o que exprimem é a própria representação da verdade*<sup>92</sup>, para Penna, postulado irrefutável quanto mais ela se aproximasse dos estratos mais populares, fazendo a vontade geral rousseuniana tomar lugar *no seio desse imaginário socialmente qualificado*<sup>93</sup>.

Após inventariarmos a evolução do tema na historiografia, julgamos poder discernir, com finalidades prospectivas afinadas a uma perspectiva da reescrita da História pelos parâmetros da História dos conceitos, três blocos, os quais serão direcionados para o esperado diálogo com as fontes.

O primeiro destes blocos estaria calcado na experiência de curta duração, onde os jacobinos surgem como personagens portadores de ideais equivocados, sendo a República entendida como um acidente de percurso e analisada permanentemente como idéia a ser refutada. Neste sentido julgamos poder vislumbrar um diálogo travado enquanto conflito semântico face aos escritos da lavra dos radicais da República.

No segundo bloco, ou seja, a historiografia dos anos 1920/1930, vislumbramos a experiência de média duração, onde a República e seus mais ardentes defensores, os jacobinos passavam a ser associados com a origem dos males das sedições e revoltas ‘experienciadas’ por nossos historiadores até digamos, a Revolução de 1930.

Desta forma, chegamos à experiência de longo prazo, onde os métodos historiográficos aplicados aos eventos passam a produzir conhecimento histórico. Neste agrupamento da historiografia pós anos 1940/1950, entendemos encontrar-se articuladas duas filiações, discerníveis sob suportes teóricos provenientes da sociologia compreensiva de inspiração weberiana, bem como de uma teoria da revolução de raiz marxista, a entender nas rupturas as formas privilegiadas de eventos fundadores da modernidade. O diálogo com ambas contribuições será de grande utilidade nas páginas seguintes.

---

<sup>92</sup> Idem, *Ibidem*, p. 184.

<sup>93</sup> Idem, *Ibidem*, p. 184.

## 4 - As muralhas da República

<< QUE INFELICIDADE >><sup>1</sup>

Se fosses vivo, não teriam sido  
massacrados tantos Brasileiros no Amapá!  
Se vivesses, a Ilha da Trindade jamais  
seria território contestado!  
Se entre nós estivesses, tantos abusos,  
tantas vergonhas e tantas ingratidões não  
estariamos passando e presenciando!  
Como é sentida a tua falta!  
Que infelicidade a tua morte, oh! Marechal!  
Deocleciano Martyr.

Transcorrido o primeiro aniversário da vitória sobre a Revolta que consideravam pretender restaurar a Monarquia, havia angústia e apreensão da parte dos 'radicais da República' a respeito dos rumos do Regime, e as linhas que reproduzimos acima, poderiam sintetizar fielmente a insatisfação jacobina.

Insatisfação que teria se originado da mudança de rumos na República, e do ostracismo no qual haviam sido colocados, sendo sua revolta de uma intensidade diretamente proporcional ao afastamento a que se viam forçados, e equivalente à importância política à qual se atribuíam.

Assim, consideravam-se heróis da Pátria ou defensores da República, posto que entendiam haver conquistado em 1893, e não considerando estar o regime republicano consolidado, negavam-se em retornar à obscuridade, abandonando os rumos da República às mãos dos partidários do modelo conservador, os 'bacharéis', que julgavam dispostos a uma temporização com os inimigos da véspera e de sempre, ou seja, os monarquistas.

Dessa forma, brandindo o 'Testamento Político' deixado por Floriano Peixoto, nossos radicais da República encontravam-se convencidos que *o fermento da restauração agita-se em uma acção lenta, mas contínua e surda.*<sup>2</sup>

Naquele momento de incerteza, periódicos como 'O Jacobino' e 'O Nacional' alcançavam uma elevada circulação. 'O Nacional' contudo, mantinha para Minas Gerais, e

<sup>1</sup> Deocleciano Martyr. Que Infelicidade. O Jacobino, Rio de Janeiro, p.2, 29 set.1895.

<sup>2</sup> Floriano Peixoto. Testamento Político. O Jacobino, Rio de Janeiro, p.2, 29 set.1895.

para Ouro Preto em particular, certa vantagem junto a um público leitor relativamente culto. A folha editada por Annibal Mascarenhas possuía características que a aproximavam dos setores médios urbanos melhor situados, como funcionários públicos e estudantes, vale dizer, a camada social na qual se encontravam os futuros redatores e articulistas das folhas radicais ouropretanas, 'Treze de Março' e 'O Diluculo'.

Com a visão voltada para a influência dos periódicos da Capital federal sobre aqueles editados em Ouro Preto, julgamos oportuno remeter às seguintes questões, ligando-se a primeira a certa leitura de Habermas sobre o Contrato Social de Rousseau.

A segunda prende-se à influência recebida pelo público leitor, seja dos periódicos jacobinos da capital federal, seja dos editados em Ouro Preto, no estabelecimento e afirmação de uma cultura política que pudesse ser expressada, como escreveu Bernstein, na forma de uma vulgata acessível ao maior número de leitores, sob o desafio de trazer boas respostas aos problemas enfrentados no momento, no que se faz valer no entanto, de uma leitura comum do passado histórico e de uma concepção de sociedade ideal.

Devemos recordar algumas páginas, quando abordamos considerações de Habermas acerca do capítulo sete do Contrato Social, que é o da relação entre a opinião pública e a vontade geral. O grande receio de Rousseau – segundo Habermas – seria a possibilidade de subversão da vontade geral pelo facciosismo de uma possível influência corruptora de um público esclarecido.

Contra isto, torna-se preciso esclarecer a opinião pública tornada sinônima de opinião popular, o que é feito colocando ante os olhos da gente de 'costumes simples e corações puros' as coisas como elas são. Nisto, nos parece que a imprensa do republicanismo radical seria uma espécie de incremento condutor e contraveneno anti-oligárquico e antipropaganda monárquica a forjar a unanimidade almejada pelas ações dos radicais da República.

As localidades para as quais 'O Nacional' era distribuído, costumavam ser estampadas na página final do periódico, seguida do representante local. Assim, registrava-se na edição de 1 de junho de 1895, para Minas Gerais, representantes para Ouro Preto,

---

Conceição do Rio Verde, Localidades servidas pelas estradas de ferro Muzambinho e Minas&Rio, Angustura e Uberaba.

Existe uma certa divergência quanto ao período de edição de 'O Nacional'. Este teria sido editado, segundo Wilma Peres Costa, até junho de 1896, quando as listas de auxílio financeiro dos seus colaboradores escasseou.<sup>3</sup> Os exemplares do periódico disponíveis nos acervos de instituições como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Edgard Leuenroth atingem somente o ano de 1895.

Por sua vez, seu redator-chefe, Aníbal Mascarenhas informava na folha de rosto do 'Curso de História do Brasil', o qual editou em 1898, que 'O Nacional' circulara até 1897, o que seria perfeitamente possível, desde que esta circulação tenha sido bastante intermitente a ponto de seus registros terem sido extintos para a investigação histórica.

Se constitui em verdadeiro segredo de polichinelo a importância do conhecimento das folhas do republicanismo radical, sendo seu valor ressaltado na historiografia desde o ensaio de June Hahner, com nuances diversas nos textos de Wilma Peres Costa, Suely Robles Reis de Queiroz, Gladys Sabina Ribeiro ou Lincoln de Abreu Penna.

O enfoque que aqui privilegiamos será o entendimento de que através destes periódicos se formulava a opinião do grupo, tornada sinônimo de opinião pública junto aos estratos populares, pela crença, segundo tão bem apontou Lincoln de Abreu Penna, de que aquilo que era expresso seria a própria representação da verdade, momento no qual coincidiam o posicionamento dos periódicos com o de uma vontade geral rousseauiana.

Como observou Lincoln de Abreu Penna, os próceres do jacobinismo excitavam-se com comparações entre o seu presente histórico e os eventos relacionados com a fase jacobina da Revolução Francesa<sup>4</sup>, e nosso esforço inicial consistirá em uma breve prospecção que envolve a carga semântica de tais comparações para a afirmação de uma cultura política, o que fazemos a partir da análise de três documentos, a saber, um artigo, uma letra brasileira construída sobre a música da Marselhesa e um poema aos mortos do Combate da Armação.

Hygino Rodrigues e Agrício Camargo faziam parte do Clube dos Jacobinos de São Paulo. Eram também colaboradores de 'O Nacional'. Em um dos seus escritos, datado de

<sup>3</sup> Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro, p. 29.

22 de maio de 1895, consideravam Aníbal Mascarenhas, redator-chefe, Lindolpho Azevedo, secretário do periódico e Henrique Cândia, colaborador, como a trindade invencível da 'gloriosa causa do nativismo' no que declaravam que *Robespierre, Danton e Marat, os gigantes da Convenção Franceza, não vos excederam em valor patriótico, reagindo contra o Despotismo*<sup>5</sup>:

Nisto, concitavam os intemeratos brasileiros a continuar *a perseguir o inimigo até os últimos reductos*<sup>6</sup>. Denominados os líderes e escolhidos os oponentes, ressaltamos aqui a questão levantada por Antonio Gramsci nos contextos de Revolução Passiva, que é o problema da consciência da sua missão política, vinculada à consciência que as forças radicais populares devem ter da consciência da missão dos seus oponentes. Afinal, seriam os monarquistas os inimigos maiores e mais poderosos do modelo de República pretendido pelos neojacobinos ?

A 'Marselhesa Brasileira', batizada como 'Hino Seis de Setembro' e publicada em 'O Jacobino' de 19 de outubro de 1895<sup>7</sup>, e o poema 'Aos mortos do dia 9 de fevereiro', este último de autoria do Alferes honorário José Marcellino de Vasconcellos Ramos, do Batalhão Patriótico Benjamin Constant, tornado público com a edição de 27 de março de 'O Nacional'<sup>8</sup>, são exemplares de obras artísticas que procuraremos analisar sob o suporte teórico da filosofia das formas simbólicas, de Ernst Cassirer. Em sua Antropologia Filosófica, a qual tivemos oportunidade de tecer considerações em nosso capítulo inicial, Cassirer considerou formas artísticas como poemas e canções, um veículo de conversão do real em objeto de captação intelectual, tornando o real visível aos nossos olhos.

Com efeito, anotou Cassirer que se a arte é expressiva, não consegue contudo ser expressiva sem ser formativa, sendo o processo formativo produzido em um determinado meio sensível. Nisto o autor valeu-se de Goethe para expressar este processo que se daria quando tão pronto se vê livre de cuidados e temores *el semidiós*, [ o artista ] *creador em*

---

<sup>4</sup> O Progresso da Ordem: o florianismo e a construção da República, p.124.

<sup>5</sup> O Nacional. Rio de Janeiro, 29 mai. 1895, p.2. A alusão à Assembléia Revolucionária, conhecida por Convenção e instalada em 21 de setembro de 1792, tinha um sentido bastante pragmático, pois fora ela que proclamou a República, julgou e condenou Luis XVI e iniciou sob o signo da democracia, acabou organizando-se em Ditadura.

<sup>6</sup> Idem, Ibidem, p.2.

<sup>7</sup> Figura 1.

<sup>8</sup> Figura 2.

*reposito, se lanza a la busca de materia dondo insuflar su espíritu*<sup>9</sup>, onde devemos ressaltar no fator intencional a finalidade direcionada pelo artista.

Para o autor, a arte é uma intensificação da realidade, sendo o artista *un descubridor de las formas de la natureza lo mismo que el científico es un descubridor de hechos o de leyes naturales*<sup>10</sup>.

Se assim entendermos, no processo artístico, o espectador não seria abandonado a um papel puramente passivo, mas sim interagindo num processo dialógico e dialético. Com isso podemos esboçar os passos a seguir na compreensão e análise da canção e do poema, que compreenderia, 1) A repetição e reconstrução do processo criador que deu vida às ‘formas especiais’ poemas e canções; e, 2) Buscar evidenciar neste processo de compreensão, a transformação pelo artista, das dores, prejuízos, crueldades e atrocidades em meios de autoliberação capazes de proporcionarem a liberdade interior para aqueles que os acessem.

O Hino Seis de Setembro era um canto de guerra, à semelhança do seu congêneres francês, do qual tomara emprestada a música de Rouget de Lisle. Apesar de não ser revelado o autor do Hino, julgamos não se tratar da letra de Medeiros e Albuquerque mencionada por José Murilo de Carvalho, pois faz alusão a eventos muito posteriores à Proclamação da República, quando a República já experimentava seu quarto ano de existência.

A propósito disto, cumpre apontar um provável erro de impressão de ‘O Jacobino’, pois o seis de setembro sendo uma referência direta à defesa em prol da legalidade contra canhões que ‘rugem’ do mar, alude ao início da revolta naval, o seis de setembro de 1893, não podendo ter sido composta em 25 de fevereiro de 1893.

A “marselhesa brasileira” retrata, sob um clima de República em perigo, a ação da mocidade, em cujo peito encontra-se representada como entidade coletiva, a muralha da República. A letra deixa transparecer que é do civismo com que se batem os republicanos, nos fortes e no litoral que depende a permanência da liberdade de pensamento que teria sido conseguida com a República.

<sup>9</sup> CASSIRER, Ernst. Antropologia filosófica: introducción a una filosofía de la cultura, p.200.

<sup>10</sup> Idem, Ibidem, p.203.

Uma liberdade que teria sido sonhada pelo protomártir da Independência, filho saído do bravo povo mineiro, mas obra da qual deveria ser reconhecida a parcela de contribuição de Pernambuco, 'um timoneiro' que no século XVII, apontara o caminho pela união em luta de grupos étnicos formadores da futura nação. Assim teria sido derrotado um poderoso invasor estrangeiro representado pela Companhia das Índias Ocidentais. O estribilho deixava claro que não deveria haver mais retrocessos, e os republicanos recorreriam às armas na defesa dos seus ideais, A República, a liberdade, mas também as artes, um sinônimo no vocabulário da época para o termo indústria, pois a noção de civilização e progresso conformava-se bem com a idéia de um país industrializado.

Isto torna mais claro o recurso feito na letra a Goethe, o qual assistira em setembro de 1792, como acompanhante do Duque de Brunswick na batalha de Valmy, o entusiasmo de batalhões franceses, precariamente armados, fazer o invasor exército prussiano bater em retirada. Goethe teria afirmado que então se assinalava um nova época na História Universal.

No poema 'Aos mortos do dia 9 de fevereiro', recitado em 9 de fevereiro de 1895 no cemitério Maruí, aponta-se para o fato de que aquele que o compôs tomara parte, como integrante do Batalhão Patriótico Benjamin Constant, do Combate da Armação. Neste poema, evoca-se o heroísmo daqueles que tombaram, pedindo-lhes que sacudam os véus de argila fria, para receber finalmente nos seus peitos de heróis, os troféus de um dia de gala.

Mas a invocação do poeta, ato contínuo, é retirada, pois refletindo melhor, julga que aqueles que morreram, na verdade haviam sido poupados de ver sua obra – de defesa da República – ser exconjurada, no que passava a ser crime iníquo e vil desejar-se a Pátria altiva e vencedora.

Estes componentes diversos, mas que todavia formavam um conjunto homogêneo, pois portadores de significação quando se tratava de interpelar doutrinariamente os neojacobinos, apontando para heróis e líderes, cultuando mártires e iluminando gloriosas páginas da História seriam presença constante nas folhas do republicanismo radical a partir de fins de 1894.

Teria sido pela vontade de atuar neste cenário desfavorável que, movidos por um sentimento de imprescindibilidade face a que a República voltasse a trilhar os caminhos

que esperavam, que um grupo de jovens acadêmicos de Ouro Preto, alguns deles remanescentes do Batalhão Patriótico Silva Jardim, resolveram fundar o periódico 'Treze de Março' cujo primeiro número tornou-se público no primeiro aniversário comemorativo da vitória da legalidade. Em pouco mais de um ano, o 'Treze de Março' poderia contar na ambiciosa tarefa de propagandista por uma reforma intelectual e moral de moldes gramscianos, com a companhia de outro periódico do republicanismo radical: 'O Diluculo' que passaria a circular em 13 de junho de 1896.

Nosso ponto de partida se inicia com a tarefa de investigar o conflito político em torno do conceito de República, considerado central em nossa discussão por sua relevância social e política. Para tanto, nos será imposta a tarefa da comparação mútua do campo de experiência e do horizonte de expectativa correspondentes ao momento de criação do 'Treze de Março' e de 'O Diluculo'. Neste sentido, tematizaremos sob o escopo da análise sincrônica, a situação e a época consideradas.

O ano de 1893 conheceu não apenas a eclosão da Revolta da Armada mas também, em Minas Gerais, o impulso de um projeto de modernização conservadora sob a liderança de Afonso Penna, presidente do Estado. Este projeto, a grosso modo, encontrava-se estabelecido em três frentes, a saber, a construção de ferrovias que possibilitassem um melhor escoamento da produção agrícola, sobretudo a cafeeira; a imigração estrangeira que deveria responder, ainda que com subvenção oficial, ao desafio de constituir uma massiva oferta de mão-de-obra assalariada; e, a construção de uma nova capital que servisse como centro político mais adequado às pretensões do Estado possuidor da maior bancada federal e segunda maior produção de café.

Apoiando a legalidade personificada no Marechal, Afonso Penna no entanto, firme e prestigioso à frente do Estado, passaria a liderar a pressão sobre Floriano Peixoto, no sentido de convocação de eleições para primeiro de março de 1894, num momento crucial da Revolta Naval, ou seja, quando os revoltosos da Armada ameaçavam a Capital Federal e os Federalistas do Sul se aproximavam rapidamente dos limites meridionais de São Paulo. Dependente da ajuda militar dos paulistas, Floriano permitia a realização das eleições, sagrando-se vencedor do pleito um líder da oligarquia paulista, Prudente de Moraes, que por

muito tempo vinha se opondo ao domínio do governo pelos militares. Teria a partir de sua posse, a 15 de novembro de 1894, a tarefa de pacificar o país.<sup>11</sup>

A eleição de Prudente de Moraes representava a liquidação da ditadura militar burguesa, e a hegemonia no plano nacional do bloco cafeeiro paulista, formado por fazendeiros, comissários e exportadores de café. A República Federativa, conforme escreveu Décio Saes, permitia às classes dominantes acionar nos Estados seus instrumentos políticos como a autonomia financeira, a capacidade tributária e a força armada própria, representada pelas forças públicas estaduais.

Em Minas Gerais a mentalidade conservadora predominava na política das elites, o que fazia com que estas sobrepusessem a ordem às divergências de grupos, num acordo tácito no qual pela manutenção da ordem ficasse garantida a autonomia estadual, o que ocorreria, segundo Maria Efigênia Lage de Resende<sup>12</sup> nos períodos de governo de Afonso Penna (1892 – 1894) e Bias Fortes (1894- 1898). Mas havia um contraste entre a atuação da representação mineira no plano estadual e a tumultuada atuação da bancada no plano federal.

Dessa forma, no Congresso Nacional, Prudente de Moraes não podia contar com a maior bancada federal como base de apoio, no que nos valem em repetir a feliz expressão de Renato Lessa, para quem “os mineiros não tomavam partido”<sup>13</sup>. E havia mais, pois uma oposição jacobina e florianista ultrapassava o Congresso e extravasava nas ruas. Afinal abria-se um fosso entre os rumos da República que desejavam, soberana, nacionalista e na qual viesse a ser proporcionada uma melhoria nas condições de sobrevivência à população em geral e maiores oportunidades ao talento.

Ora, isso vinha de encontro aos interesses coligados das oligarquias e do capital internacional, interesses que para serem implementados necessitavam contar com uma restrição cada vez mais ampliada dos canais orgânicos de participação política, no que assumia um papel fundamental a reforma das leis eleitorais e a adoção de uma rígida disciplina partidária onde a comissão verificadora de poderes ocuparia seu lugar de destaque. Disto dependeria o controle do câmbio e seu perverso mecanismo de socialização

<sup>11</sup> HAHNER. Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898), p.138-142.

<sup>12</sup> *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889 - 1906)*, p.110.

<sup>13</sup> *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira, p.82.

das perdas a produzir carestia para a base da população, as subvenções oficiais e as garantias de juros para os investimentos no caminhos de ferro.

Colocadas estas considerações acerca dos conflitos políticos e sociais então vigentes, cumpre enfocar a facção do jacobinismo popular, desvinculada como sabemos, das formas institucionalizadas de participação política.

Àquela época, na velha Capital mineira, o desapontamento com os rumos de uma República que cada vez mais sentiam escapar entre os dedos vinha reforçar nos republicanos radicais que transitavam no 'Treze de Março' e 'O Diluculo', a necessidade da República vir a ser purificada.

Alcançar o significado do conceito que faziam do que deveria ser a República pela qual lutaram torna-se então o ponto inicial dos nossos questionamentos neste momento, por ser expressão central na 'guerra civil semântica' travada pelos radicais da República, situação tanto mais decisiva se formos nos ater ao fato de que um conceito abarca a multiplicidade das experiências históricas e todo um manancial de referências objetivas, teóricas e práticas, no que estabelece com tais experiências uma conexão que somente pelo conceito se dá, e somente pelo conceito se experimenta<sup>14</sup>.

Nesta tarefa, faremos uso simultâneo dos periódicos 'Treze de Março' e 'O Diluculo' por entendê-los envolvidos no esforço conjugado de fazer triunfar o mesmo ideal de República. A idéia de República, conforme vimos até agora era um objeto de disputa. Na fala dos acadêmicos e pequenos funcionários públicos que redigiam os artigos e editoriais do intermitente 'Treze de Março', o estandarte a ser defendido era o da Constituição de 24 de fevereiro, desde que sob a liderança de uma abnegada autoridade como a do Marechal Floriano Peixoto, argamassada pelo *sangue de uma escola de civismo*.

Justificando seu título pelo seu passado de lutas e sacrifícios – treze de março representa a vitória definitiva sobre a revolta naval que na crença dos radicais republicanos visava implementar a restauração monárquica – aos redatores do 'Treze de Março' o futuro se divisava *não mais que a somma de esforços, visando o mesmo fim, procurando incrustar*

---

<sup>14</sup> Futuro pasado, p.107 e seguintes.

*no nosso meio político essas ideias por meio de uma propaganda, na medida de nossas forças e energia, das vantagens indiscutíveis da forma republicana.*<sup>15</sup>

Apresentando-se como não filiados a grupos chefiados por 'personalidades', o que faziam em benefício de sua liberdade ampla e do *direito de agir independente de qualquer conveniência partidária, e [pela possibilidade de] bitolar os nossos actos pelo critério da nossa razão, orientados pela nossa fé ardente de moços e de republicanos.*<sup>16</sup>

Não obstante, na tarefa que consideravam uma *nobilissima cruzada* aceitavam o *concurso de todos os bons republicanos e dos que, embora tenham tido dias de transviamento, já reconheceram os seus erros e estão dispostos a remil-os, por um devotamento sincero á causa que abraçámos.*<sup>17</sup>

Firmavam posições, apontando inimigos, que seriam aqueles que ainda persistiam *no caminho escabroso a que os lançaram os excessos de partidarismo*; estes iriam encontrar no 'Treze de Março', *adversários intransigentes que não podem se amoldar aos desvarios de seus espíritos e dispensar-lhes a amnistia concedida pelo Congresso*<sup>18</sup>.

Assim, alheios aos conchavos políticos, alegavam que a *confraternidade política* seria,

*uma utopia que não embala os nossos sonhos; ainda mais quando sentimos passar por sobre nossas cabeças as primeiras lufadas do monarquismo que se agita sacudindo o poeirento manto da hypocrisia, que até hoje tem coberto os adversários da Republica, e pondo a descoberto, pela rude severidade da crítica, o espírito das revoluções que se tem dado depois de 15 de novembro*<sup>19</sup>

A anistia concedida pelo Congresso e que tanto indignara ao Treze de Março, tratava-se da Lei de 21 de outubro de 1895, lei de anistia restritiva, nos explica Edgard Carone, necessária para a pacificação do país pretendida por Prudente de Moraes.<sup>20</sup> Essas *demarches* pró-paz contribuiria ainda segundo Carone, para o recrudescimento do jacobinismo.<sup>21</sup>

Com efeito, as linhas de força do primeiro editorial de 'O Diluculo' em muito se assemelham ao texto que acima abordamos. Seus redatores declaravam naquela

<sup>15</sup> Treze de Março. Treze de Março, Ouro Preto, p.1, 29 de janeiro de 1896.

<sup>16</sup> Ibidem, p.1.

<sup>17</sup> Ibidem, p.1.

<sup>18</sup> Ibidem, p.1.

<sup>19</sup> Ibidem, p.1.

<sup>20</sup> A República Velha II: evolução política (1889 – 1930). P. 158 – 188.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 161.

oportunidade o intuito de bater-se pelo ‘progresso e civilização’, considerando que *a nossa florescente nacionalidade* encontrava-se em crise medonha que a convulsionava, e propunha-se pelo esclarecimento a construir um *magestoso e aureo altar a justiça e á lei, n’que entendia á justiça uma palavra ‘magica e bella’* e na lei, *sol seductor e radiante amparo dos humanos*.

A educação do lar, para os redatores diluculinos encontrava-se *infelizmente cheia de corrupções, prenhe de vícios* no que precisava de uma *reforma geral*. Nesse sentido acenavam com *a instrucção, nuvem mysteriosa que nos conduz dos escuros paizes da ignorancia aos florentes e diamantinos páramos do progresso e da civilização*. Para os diluculinos portanto cumpriria *não descurarmos da educação e da instrucção, porque ellas são as bazes ou antes por si sos constituem o engrandecimento das nações*.<sup>22</sup>

A ‘educação nacional’ também seria na visão de Clodomiro de Oliveira, um dos redatores do ‘Treze de Março’, *o factor de grandeza moral e, portanto, o elemento de vida e de prosperidade de um povo*. Clodomiro avaliava então que este ideal teria seu berço na *grande obra da Revolução Franceza*, com o qual todos os povos teriam aprendido, *porque foi desde esse tempo que se começou a compreender que a educação age sobre o homem como o homem age sobre a sociedade, fazendo-lhe soffrer as mesmas transformações que soffre*. Disto resultaria que a partir da celebre revolução, *o nacionalismo e, consequentemente, o patriotismo são hoje mais que nunca paixões fortes e dominantes em todos os povos e, o que é mais, paixões racionadas, elaboradas por uma sabia e consciante educação* <sup>23</sup>.

Preocupava a Clodomiro de Oliveira a ausência nos brasileiros daquilo a que chamava *character naciona*”, o qual definia como *esse bem, indestructivel que prende o homem ao seu paiz, que faz com que o paiz se torne o objeto de amor e de respeito de seus filhos*; e o preocupava por uma motivação bastante compreensível, que o fazia crer que a República corria sério risco, pois, conforme expunha,

*Fez-se a mudança de forma de governo no nosso Paiz, sem que uma voz protestasse em todo o Brazil, contra a nova forma de governo que se ia iniciar. Seria porque a monarchia não tivesse aulicos ? Não, tinha-os; porém a estes mesmos o governo não tinha procurado senão excitar-lhes a*

<sup>22</sup> A Consolidação da Republica. O Diluculo. Ouro Preto, p.1, 13 jun 1896.

<sup>23</sup> Idem, Ibidem, p. 1.

*febre do dinheiro e de posições, esquecendo-se de imprimir-lhes o caracter nacional. A Republica encontrou então a nossa sociedade dividida em duas partes: uma que vivia embaixo da oppressão e que sacudia o jugo, e outra que vivia dobrando a cervis para, galgando posições, dirigir não a nação, mas o erario publico. Que se viu?! Enquanto essa parte da nação, essa parte do povo que soffria porque via os seus direitos conspurcados, em quanto essa parte da sociedade saudava a aurora de 15 de novembro com a sinceridade de que são capazes almas puras, que conquistão (sic!) a liberdade, uma classe que fazia dos cofres publicos patrimonio seu e de seus filhos, corria pressurosa ao vehiculo das adhesões.<sup>24</sup>*

Na avaliação feita por Clodomiro de Oliveira, a Proclamação da Republica Federativa, forma *logica* de governo *porque determinava-a toda nossa historia, impunha-a a nossa geographia* teve de ser seguida por um *baptismo de sangue* porque a Republica não encontrou no povo brasileiro uma perfeita cohesão, uma completa integração da nossa nacionalidade.

No intuito de convencer seus leitores da necessidade de dar rumos à República, que pelo que já vimos deveria adquirir contornos de inspiração rousseauiana, o redator do 'Treze de Março' fazia da *História da França, um grande ensinamento para nossa Republica nascente*. Desejava-mos consolidar a República? Que déssemos menos peso a Taine e Renan, pois deveríamos reconhecer o papel do jacobinismo, que apesar das severas críticas lançadas por estes publicistas, fora o guia direcionador *doloroso é certo, cruel sem duvida, bestial muitas vezes, mas urgente, da grande Revolução*.

Mas se havia sido cometido um grave erro, prosseguia Clodomiro de Oliveira, quando a *vigilancia dos republicanos sinceros* fora lograda por *elementos viciosos*, na lógica do nosso redator, o trabalho de *edificar a Republica, que é um ideal puro* não seria possível numa

*atmosfera politica, [que] não podemos negar, se acha corrompida pela sede de dinheiro, pela preponderancia dessa que so visa o esgotamento das forças vitales do paiz, e para purificar-a, para manter a pureza do meio social, é preciso que os sinceros republicanos que estão á testa dos governos do paiz lancem mãos de outros elementos. Estes elementos higienicos vida moral, dever (sic!) ser repetidos, principios novos, mais completos que penetrem no pensamento pela educação nacionalista, que a calem fundo não só no espirito como no coração, deixando indestructiveis certas impressões da infancia.<sup>25</sup>*

<sup>24</sup> Idem, Ibidem, p.1.

<sup>25</sup> Idem, Ibidem, p.1.

Se havia uma ameaça monarquista, então tornava-se forçoso precaver-se também contra aqueles que se mascarando como republicanos não carregavam a pureza que constaria dos princípios dos verdadeiros republicanos. A consolidação da República devia passar por um processo ao qual José Murilo de Carvalho denominaria mais de um século depois por 'formação das almas'.

A propósito, a virtude, a virtude dos republicanos 'puros', conforme a caracterizou Clodomiro de Oliveira, poderia ser encontrada na própria redação, nas pessoas dos seus companheiros do 'Treze de Março', alguns dos quais são nomes já conhecidos por nós. Públio Ribeiro, estudante da Escola de Minas e Manoel Apollo, amanuense da Secretaria do Interior de Minas Gerais.

José Públio Ribeiro era o chefe de um comissão redatora que fora eleita, prática constante neste periódico. Integrando o Batalhão Patriótico Silva Jardim tomou parte no combate da Armação, defendendo em 9 de fevereiro de 1894 a Cidade de Niterói contra aquela desesperada tentativa de Saldanha da Gama de conquistar uma base em terra. José Públio receberia naquela oportunidade, segundo Felisbello Freire<sup>26</sup>, menção especial pelo interesse demonstrado na colocação de um canhão Krupp que visava impedir o desembarque dos revoltosos na Ponta da Armação, uma localidade daquela Cidade. Acabaria sendo ferido por um estilhaço de granada.

Tendo voltado às suas lides acadêmicas, José Públio Ribeiro lutava agora contra as pretensões de uma parte da representação municipal ouropretana, que, assumindo uma ocasional maioria, apoiaria o "Manifesto à Nação Brasileira"<sup>27</sup>, o que significava para nosso neojacobino uma tentativa monarquista de *minar o edifício da Republica*<sup>28</sup> de forma 'sorradeira'.

Para Públio Ribeiro, estariam os monarquistas,

*medindo a clarividência do espírito republicano pela tacanhez de seus cerebros embotados e assim fascinados julgam poder estabelecer de manso aquilo de que foram incapazes de conservar – a*

<sup>26</sup> História da Revolta de 6 de setembro de 1893, P.223.

<sup>27</sup> Este manifesto fora publicado no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 12 de janeiro de 1896 e vinha assinado pelo Visconde de Ouro Preto, João Alfredo Correa de Oliveira, Domingos de Andrade Figueira, Lafayette Rodrigues Pereira e Carlos Afonso de Assis Figueiredo.

<sup>28</sup> José Públio Ribeiro. Regressistas. Treze de Março. Ouro Preto, p.3, 29 de janeiro de 1896.

*monarchia – porque era ruim, podre, estava verminada e tinha contagiado com seus virus os seus servidores tornando-os impotente (sic!) para a lucta porque acobardou-os*<sup>29</sup>.

Considerava então Públio Ribeiro que tão monarquistas quanto aqueles que haviam lavrado o manifesto, seria a parcela da representação ouropretana que havia votado a moção de apoio a este, o que fazia destes

*monarquistas conluiados em pequenos grupos ligados mais pelo interesse, pelo despeito que pela afinidade de uma idéa robustecida em ardente fé; por uma idéa que lança o homem a affrontar com altivez a opinião publica; porque são monarchistas que escondem-se hypocritamente temendo perder suas posições, d'onde combatem a Republica que em geral os remunera pelo desempenho de cargos onde se faz mais política do que trabalho*<sup>30</sup>

Sobre o mérito do manifesto dos figurões da monarquia, Manoel Apollo também teceria avaliações onde deixa transparecer uma fundamentada ironia. De acordo com Manoel Apollo, para aqueles que *tiveram a glória de preparar a queda da dynastia de que eram servidores*, deveria se formular um agradecimento pelo *auxílio patriótico* com que estes acenavam, frente ao *despenhadeiro* que encontrava-se aberto para receber a República, no que se devia sugerir aos *ilustres conselheiros* que descansassem, pois *de um abysmo já nos safamos e isto quando a marinhagem selvatica e os 'irmãos libertadores' do Sul, degolavam com applauso de S.Excs a mocidade que batia-se como leão pela idea republicana que com ella foi vencedora*.<sup>31</sup>

Assim prosseguia Manoel Apollo,

*Fizeram Ss. Excs. Uma grave revelação à nação: a bancarrota nos bate à porta. Mas, quem como nós, conheceu que isto de bancarrota é chapa muito gasta, empregada desde o tempo do Imperio, por liberaes e conservadores quando queriam subir ao poder, o que hoje volta à scena, só ficará convencido de uma coisa, é que aos illustres restauradores falta a imaginação até para forjar novas chapas. Finalmente, concluam Ss. Excs dizendo crerem estar suas ideas de acordo com o sentimento nacional. E' engano: mesmo quando Ss. Excs dirigiam os destinos da nação, já a maioria dos brasileiros não lia pela mesma cartilha de Ss.Excs o tanto isto é verdade que apesar de, conhecendo que o Imperio perigava e querendo segul-o, distribuirem titulos nobiliarios com tanta prodigalidade, que já era difficil encontrar-se neste immenso pais um rio ou um serra que não estivesse enobrecida com um baronia ou viscondado, no dia que baqueiou o imperio, nem uma voz se levantou para protestar em seu favor*.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> Idem, Ibidem, p.3.

<sup>30</sup> Idem, Ibidem, p.3.

<sup>31</sup> Manoel Apollo. O segundo manifesto. Treze de Março. Ouro Preto, 29 de janeiro de 1896, p.2.

<sup>32</sup> Idem, Ibidem, p.2.

Aos radicais da República não impressionavam sucessos passados pelos medalhões da Monarquia, pois na sua galeria de vultos já possuíam os heróis que precisavam, galeria encimada por Floriano Peixoto. Sobre o Marechal, se projetavam os valores a serem cultivados nos cidadãos republicanos. O que permitia que ao aproximar-se o primeiro aniversário da morte de Floriano, surgisse o momento propício para confrontar a postura do Marechal com as tortuosas práticas dos odiados ‘bacharéis’ da política, dos quais o Presidente Prudente de Moraes havia se tornado o exemplo maior.

Com efeito surgira até um credo republicano, que seria a instrumentalização de uma postura anticlerical e profanadora, prática na verdade bastante enraizada na tradição popular, onde tornava-se possível ao neojacobinos exprimir sua visão de História e parte dos anseios, temores, utopias e valores que povoavam seu imaginário:

*Credo Republicano Brasileiro: ‘ Creio no povo todo soberano e todo poderoso, creador das artes e da industria. Creio na Republica, sua única filha, que foi concebida por Tiradentes illuminado; padeceu sob a dynastia dos Braganças; foi crucificada por Portugal; nunca foi morta nem sepultada; baixou à Lapa, à Armação e palpitou nos campos do Rio Grande; não ressuscitou, porque não morreu; subiu gloriosa para os céos da Historia, onde está sentada à mão direita de Floriano, seu filho dilecto, e de onde descerá para julgar os custodios e os saldanhas de todos os tempos. Creio na união republicana, na comunhão dos povos, na fraternidade universal, na abolição dos abusos, na ressurreição da justiça, na vida eterna da liberdade. Amem’ ”<sup>33</sup>*

Para os redatores do ‘Treze de Março’, Floriano seria ainda, “*alma gigantesca, de almo espírito da Patria*”, que “*tributava á Patria mais amor e dedicação que, hoje, ella agradece, lhe tributa*”<sup>34</sup>, [tendo levado uma vida]

*toda de sacrificios, abnegação e amor á Patria e dedicada ao serviço da Republica, a vida do grande Patriota e um manual de bellos ensinamentos que deve ser lido por todos aquelles que amam devotamente a sua Patria; é um livro, com paginas de ouro, cujo prologo é a aurora de felicidade para o Brazil. A passagem do Marechal pelas regiões politicas é a linha divisoria entre o passado e o futuro, entre a monarchia e a Republica, entre o Brazil escravo e o Brazil livre, entre o paiz selvagem e o paiz civilizado*<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> Credo republicano brasileiro. Treze de Março. Ouro Preto, p.4, 3 jul. 1896.

<sup>34</sup> 29 de junho. Treze de Março. Ouro Preto, p.1., 3 de jul. 1896.

<sup>35</sup> Idem. Ibidem, p.1.

Dessas assertivas, nos parece avultar a importância dada ao sentido da expressão civilização, ligada ao conceito de República e de liberdade na cosmovisão jacobina. Dessa forma, cumpriria buscarmos o entendimento do que tornaria o Brasil mais próximo de um país verdadeiramente civilizado, mas também daquilo que, como numa imagem invertida, constituiria para os jacobinos um país selvagem.

A instrução popular seria um dos pilares do país civilizado e os fatores que poderiam desenvolvê-la eram levantados pelos redatores de 'O Diluculo' a começar pelo editorial de 14 de julho de 1896, quando apelava-se para a deputação estadual que procedesse ao reexame das discussões realizadas no ano anterior, onde havia sido proposta uma elevação salarial para os professores primários de 1:800\$000 para 2:400\$000. Pedia-se então aos *homens de vivo calor patriótico, de uma admirável dedicação á causa do povo, de um talento rarissimo, luminoso*<sup>36</sup> que convertessem em lei o projeto de reajuste que consideravam de vantagem inestimável *a um melhoramento na instrucção primaria*, além de um dever de justiça, pois nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os professores ganhavam 3:600\$000, ou seja, justamente o dobro dos mineiros, situação que assim persistindo pareceria desprezo para com os educadores e *um resto das perseguições malditas dos tempos tristissimos da monarchia*.

O que seria grave preocupação, pois *em plena Republica não devemos deixar á margem uma classe, mas, diversamente, olhal-as em conjuncto* e aos salários dignos deveriam se somar *a construcção de casas de instrucção, ao menos nas cidades. Não precisamos de edificios luxuosos; bellezas artisticas, mas que preenchem as condições hygienicas e pedagogicas*.

O tema da educação retornava à páginas de 'O Diluculo' em 17 de agosto de 1896. Afinal, *se nos longinquos tempos do passado pagão já a educação era tratada com interesse particular* como fizeram *Licurgo e Solon na elaboração de suas leis, para aquellas eras sublimes*, era fato que *modernamente todas a nações cultas volvem seus olhos para ella. A educação é, pois, uma das mais solidas bases em que se senta a construcção dos progressos das nacionalidades. O Brasil deve, portanto, curar de seu melhoramento*<sup>37</sup>.

<sup>36</sup> A Instrução. O Diluculo. Ouro Preto, p.1, 14 jul.1896.

<sup>37</sup> A Educação. O Diluculo. Ouro Preto, p.1,17 de ago.1896.

Em 28 de setembro de 1896, 'O Diluculo' subia seu tom de indignação, pois *debalde as reclamações, inuteis os protestos, sem valor a propria justiça, quando nos espiritos legisladores domina a má vontade. Assim prosseguia o editorial:*

*Elevando bem alto a nossa proposição o Congresso Mineiro nada absolutamente fez em prol dos nossos professores primarios. A sessão se encerrou sem que do coração do Congresso irrompesse uma palavra de compaixão para com os membros do magisterio. Nem um simples real se augmentou na ninharia que ganha o professor.*<sup>38</sup>

Dessa forma, os homens outrora 'de vivo calor patriotico e admiravel dedicação à causa do povo' ao trancarem projetos voltados para a instrução pública eram agora acusados de ver na educação popular uma inimiga do progresso, obstando esta faziam *um ardil eleitoral, politico*. Nisto, concluíam os 'diluculinos' que *a instrucção primaria não é aqui em Minas – base primordial do progresso, como nos paizes cultos e em outros Estados do Brazil*. Não estaríamos em Minas Gerais a conservar tais rumos trilhando o mesmo caminho apontado pela sempre citada França, *berço de rosas das grandes idéas* ou da Suíça, *bellissimo asylo da pura liberdade, o paiz onde o povo é o verdadeiro governo, não chega possuir tres por cento de analphabetos*.

E se na Europa ainda eram enaltecidas quanto à educação pública, a Inglaterra, Alemanha, Bélgica e Holanda por elevarem *a instrucção a categoria de um principio*, tínhamos nas Américas *os Estados Unidos, patria de Monroe, que disse que America e dos americanos* a primar por suas casas de instrução primária, como o faziam também o Chile e a Argentina. Talvez para o sentido que pretendiam conduzir seus leitores, o exemplo mais significativo poderia ser encontrado no *Mexico, paiz republicano cujos nacionaes fizeram decepar em Queretaro – o Maximiliano, imposto por Napoleão III*<sup>39</sup>.

A instrução pública serviria então como uma forma de instrumentalizar os interesses da nação, alçando esta no sentido do progresso e nas alturas do que se compreendia por civilização. A instrução seria o salvo conduto dos legitimos interesses nacionais a serem direcionados contra a cobiça de estrangeiros e dos maus nacionais.

<sup>38</sup> Ainda a instrução. O Diluculo, Ouro Preto, p.1, 28 set. 1896.

<sup>39</sup> Idem. Ibidem, p.1.

É pela oposição entre interesses nacionais e estrangeiros que podemos abordar de maneira mais adequada a questão que envolve a nação e o nacionalismo da facção popular dos nossos republicanos radicais, um nacionalismo defensivo, conforme frisou Suely Robles de Queiroz em seu competente trabalho<sup>40</sup>. Em páginas passadas do nosso estudo vimos que os jacobinos franceses haviam se fundamentado em Rousseau para entender a nação enquanto o povo como força unificada-unificante, em idéia que encontraria sua consistência numa concepção de território cujas fronteiras fossem naturais.

Essa nação seria uma entidade auto-suficiente e original onde estariam acumulados os elementos necessários para se pensar a soberania política, sendo ao mesmo tempo sua base, mas também realidade presente e projeto de realização futura. A idéia de nação conta ainda – como vimos por intermédio de Montserrat Guibernau, com lembranças do passado onde a cultura escrita e o conhecimento da História nacional assumem um papel fundamental.

Para Ernest Gellner, uma autoridade quando o tema gira sobre a idéia de nação e nacionalismo, seria o nacionalismo que daria origem às nações. Gellner define o nacionalismo como um princípio político que faz a defesa da política e da unidade nacional, devendo ambas serem correspondentes. Assim, onde o nacionalismo torna-se presente, passa a ser acompanhado do estabelecimento de culturas eruditas difundidas por sistemas de comunicação estandarizados baseados na educação e na instrução públicas.<sup>41</sup>

Por sua vez, Eric J. Hobsbawm apresenta para o fenômeno uma cronologia diferente, onde o século XVIII teria fornecido a idéia política de nação, com o princípio das nacionalidades tendo alcançado a posição de tema maior na política internacional, onde se seguiria um ‘segundo tempo’, através da construção do Estado-nação com sua função de guiar o desenvolvimento capitalista, onde finalmente desembocaria, pela emergência da democratização política, o nacionalismo, momento no qual o sentimento nacional – nova forma encontrada para inculcar a lealdade cívica, o que vale dizer para o autor, ‘*uma religião cívica*’ nas palavras de Rousseau<sup>42</sup> que transformado em força política, torna-se passível de instrumentalização.

<sup>40</sup> Os Radicais da República: jacobinismo ideologia e ação (1893-1897).p.220 et.seg.

<sup>41</sup> GELLNER, Ernest. Naciones y nacionalismo. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

<sup>42</sup> HOBBSAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. p. 106.

Ora, seria este tipo de engajamento que as folhas jacobinas estariam tentando junto ao seu público leitor nos eventos que passaremos a abordar. A soberania territorial era um tema caro aos jacobinos que, ultranacionalistas, chegaram aos estertores da indignação em relação ao governo de Prudente de Moraes, acusando a este de fraqueza frente às potências européias.

Em julho de 1895 a ilha de Trindade fora ocupada pelos ingleses, e devolvida cerca de um ano depois por mediação do governo português. A este fato, se seguiriam os Protocolos Italianos e a Questão de Limites entre o Amapá e a Guiana Francesa. Estes eventos, que na avaliação de Suely Robles de Queiroz, *contribuiriam durante o governo de Prudente para intensificar as paixões nacionalistas*<sup>43</sup> são relativamente pouco conhecidos. Esquecidos ou rapidamente mencionados, mesmo nos manuais de História, servem no entanto como critério de inteligibilidade para algumas bandeiras jacobinas no período que estudamos. A Questão do Amapá fora motivada por incursões dos franceses, no que brasileiros acabaram sendo vitimados. Para a solução desta questão concorreu com seu arbitramento a Suíça. Chegou a ser pedido no Congresso Nacional que o tratado sobre as divisas com a Guiana Francesa fosse discutido secretamente, recebendo esta proposta a rejeição dos jacobinos que a batizam de ‘segredo da vergonha’. Estes convocam na Capital federal comícios contra o Tratado, mas também contra a alta dos gêneros alimentícios.<sup>44</sup>

A este evento se somavam os Protocolos Italianos, incidente que quase levava ao rompimento diplomático entre o Brasil e a Itália. Motivado por um pedido de indenização do governo italiano por prejuízos sofridos por seus súditos sobretudo na Revolução Federalista, mas também em relação ao tratamento financeiro recebido pelos colonos emigrados para o Brasil. Entre idas e vindas a Câmara Federal aprovava em 22 de agosto de 1896 os termos do acordo, enfrentando no entanto reação popular em São Paulo. Esta foi seguida de protestos e violenta manifestação da colônia italiana naquela Capital. O Congresso rejeita o acordo de pagamento em 25 de agosto de 1896, para, amainadas as paixões, aprová-lo. O acordo foi sancionado pelo governo em 5 de dezembro de 1896.<sup>45</sup>

<sup>43</sup> Os radicais da República, p.36.

<sup>44</sup> CARONE. A República Velha: II evolução política (1889-1930), p.172.

<sup>45</sup> Idem, Ibidem, p.184-185.

Suely Robles ressaltou neste episódio os interesses do bloco cafeeiro, a quem não convinha a cessação do fluxo migratório de colonos italianos, manancial de mão-de-obra para sua empresa agrícola.<sup>46</sup>

A forma pela qual o governo de Prudente de Moraes conduziu as questões envolvendo as potências estrangeiras fez recrudescer o jacobinismo e a oposição de sua facção de cúpula no Partido Republicano Federal, onde atuavam políticos como Nilo Peçanha, Lauro Sodré e Francisco Glicério, entre outros. Lembremos no entanto que os elementos da cúpula civil do jacobinismo eram membros das oligarquias dissidentes dos seus Estados, o que passa a revelar uma heterogeneidade levantada por Suely Robles Reis de Queiroz, em sua obra 'Os radicais da República'.

Naquela oportunidade, a autora levantou a questão acerca das motivações determinantes no nacionalismo jacobino, distinguindo para a sua cúpula um nacionalismo ancorado sobre preocupações com a soberania e a unidade nacionais, cabendo às camadas médias jacobinas motivações de natureza econômica prementes, o que concorreria para a sua xenofobia e lusofobia<sup>47</sup>. Dessa forma, nos cabe abordar o tipo de recepção que questões envolvendo a soberania conheceram junto à facção popular do jacobinismo exemplificada nos periódicos ouropretanos.

Poucos dias após a rejeição do acordo pelo Congresso, O Diluculo colocava-se diante da questão, repreendendo os representantes do povo na Câmara dos Deputados por tanto haverem vacilado *para terem tal resolução, mas é que finalmente reconheceram que aprovação de semelhante vergonha era a traição da Republica, dos brios brasileiros e a confirmação do conceito que os europeos fazem de nós*<sup>48</sup>.

Mais uma vez se colocava a antítese América-Europa, onde devia ser assinalado não nos encontrar-mos mais *naqueles tempos em que tudo se fazia pelo mando imperioso do rei absoluto, alegrível e sem o menor protesto do povo, pois o Brazil, saibam, é um ninho de aguias, timidas e modestas, que, quando arreatam o seu vôo ousado pela decrepita Europa, deixam-na pasma de admiração e cheia de despeito.*

<sup>46</sup> Os radicais da República, p.41-42.

<sup>47</sup> QUEIROZ. Os radicais da República, p. 242.

<sup>48</sup> Os protocolos italianos. O Diluculo. Ouro Preto, p.1,29 de agosto de 1896.

Que soubesse portanto o relutante Congresso, assim como as potências européias que o *civismo já ferve no coração do povo, o civismo já domina fortemente nas almas dos brasileiros*. A mocidade republicana assume então a função de guia e principal protagonista, pois sendo *pujante e invicta fortaleza da Republica, reveindicadora dos nossos brios, está sempre prompta a desabafar sua colera patriotica nos ingratos difamadores da pudibundas e bellas campineiras, nos forts atrevidos e miseraveis, nos Granadas despeitados*<sup>49</sup>.

E teria sido, na avaliação ‘diluculina’, a mocidade republicana quem *mais cooperou para a queda dos vergonhosos protocollos, por que de toda a parte ecoou altissonante o seu brado de protesto e finalmente ella, em São Paulo, teve de luctar contra os corridos de Menclik, deixando cunhado em muitos ferimentos o seu ardoroso patriotismo*. O que estava em questão era o fortalecimento da idéia de não contemporizar diante da conspiração dos direitos dos nacionais, de onde se objetava se *exclusivamente por uma nação ser poderosa, ter grandes exercitos, grandes armadas devemos obedecer suas estupidas exigencias*<sup>50</sup>.

A resposta assim parecia aos redatores de ‘O Diluculo’:

*Não; somos pequenos e fracos, mas quando – a patria chora, a nossa pequenez e fraqueza se convertem em força e poder. Nunca vence aquelle que combate, confiado na força, mas se cobre de louros immarcessiveis aquelle que combate pelo direito e pela honra. Se abriremos os purpurinos horizontes, que nos separam do passado, veremos um povo pequeno destruindo outro immenso e poderoso na planicie de Marathona e no Golfo de Salamina. Alexandre com uma legião de pouco mais de trinta mil homens calca o Mundo a seus pés. Napoleão consegue superar quase todo o Mundo. Menelik, lá nas ardentes plagas da Lybia, separado da civilisção (sic!), com um exercito indisciplinado, malafeito a campanhas combatendo pela santa e nobre causa da liberdade de um povo, desbarata um exercito numeroso e forte; Cuba, esta ilha sympathica e gloriosa, quando não consiga despedaçar os crueis ferros do despotismo arruinará um poderosa nação da velha e cubiçosa Europa.*<sup>51</sup>

Imbricada ao tema da soberania estava o da independência política, a ser comemorada dali a alguns dias. O Sete de Setembro representava para a imprensa do republicanismo radical uma independência incompleta, que fora explorada por uma ‘*farsa bragantina*’ a qual havia feito com que o Brasil caísse *numa outra cadeia tyrannica*.

<sup>49</sup> Idem, Ibidem, p.1.

<sup>50</sup> Idem, Ibidem, p.2.

<sup>51</sup> Os protocolos italianos. O Diluculo. Ouro Preto, 29 de agosto de 1896, p. 2. A referência a Menelik aparece duas vezes no editorial, sendo que na primeira com a grafia alterada, “Menclik”. Tratava-se de Menelik II, imperador etíope que havia naquele ano de 1896, na batalha de Adua, inflingido uma pesada derrota aos invasores italianos que haviam sido mandados para ocupar a Abissínia.

Comemora-lo só faria sentido por este dia assinalar *o esforço abnegado, a coragem leonica, o valor indomito de José Bonifácio e outros*, esforço que na verdade fora a continuidade das luctas, em que a mais de um seculo os valorosos e patriotas brasileiros se empenhavam, para que merecesse a nossa homenagem. A liberdade seria uma *dulcissima e grandiosa palavra*, ou ainda, *o diluculo – da fulgurosa liberdade que raiou num horizonte de flores no dia 15 de novembro, o dia da nossa verdadeira independência*.<sup>52</sup>

Mas será um editorial de fins de outubro de 1896 que atrela o 15 de novembro de 1889 ao 6 de setembro de 1893, o que valeria dizer, respectivamente a Proclamação da República e o evento que consideravam como o início da sua Consolidação que se presta a exame como uma espécie de independência em dois atos. ‘O Diluculo chamava a atenção dos seus leitores para a necessidade de que renascesse nos corações a *scintillante e abrasadora fagulha* daqueles dias para o enfrentamento do presente o qual consideravam infelizmente.

Consideravam então que a crise enfrentada não era proveniente da adoção do Regime Republicano, mas dos homens que neste atuavam. Ficam distinguidas então três qualidades de personagens. Os primeiros seriam os ‘republicanos sinceros’ que deviam *consagrar-se com todas as veras da alma, com todas as fibras do coração á santa causa da Republica corrigindo seus erros, trabalhando com desinteresse, estremecendo ao povo, tornando a liberdade uma realidade, defendendo-a dos ataques dos estrangeiros audazes etc.* Também, ao menos nominalmente do lado da Republica estariam os ‘desunidos’ chefes republicanos que haviam permitido constituir-se *diversas bandeiras contrarias umas as outras, cada uma tendo sua divisa, a pouca energia na politica exterior*. A esta realidade somava-se *a pouca economia nas despesas publicas, o nepotismo que domina entre nós*, mas também *a falta de lealdade e desinteresse dos nossos representantes, que concentram todo o seu puro patriotismo nas largas algibeiras e não nos corações, que deviam ser seu gazophilaceo*<sup>53</sup>.

Este cenário completava-se com o terceiro personagem, o ‘inimigo encapuzado e insidioso’. Para os redatores diluculinos, *os monarchistas ambiciosos, sem amor a patria*,

<sup>52</sup> 7 de setembro. O Diluculo, Ouro Preto, p.4,14 de setembro de 1896.

<sup>53</sup> Actualidade. O Diluculo. Ouro Preto, p.1., 31 de outubro de 1896.

*sem amor ao povo, negros abutres da patria, com sorriso nos labios, com alegria na alma, buscam meios de vender a honra do Brasil e os brios de seus concidadãos.*<sup>54</sup>

O diagnóstico para a superação da crise seria lograr levantar nos corações dos cidadãos, o civismo, que na lógica do republicanismo radical articula-se com a ‘boa democracia’. Urgia não desprezar *nossos direitos de cidadãos livres, porque seremos nós os proprios soffredores*<sup>55</sup>.

Esta perspectiva de inspiração rousseauiana deveria ser completada com mudanças na economia – modificando-se o exclusivo agrário representado pelo café que estaria a causar a falta e conseqüente encarecimento de outros produtos agrícolas, mas também apontava-se a falta de instrução nas camadas do povo, o qual aliás denunciavam encontrar-se asfixiado pelo peso dos impostos.

E concitavam a agir – ainda – por canais orgânicos de participação, pois

*brevemente chega-nos a ocasião de renovar o parlamento, escolhamos bem os nossos representantes, para sermos bem representados. Morra a cubiça e nasça o amor desapaixonado, sem interesse, afim de que nossa bella Republica se encaminhe por uma estrada de venturas e mais tarde seja engrinaldada por uma coroa de louros, significando o triumpho entre o resto do mundo.*<sup>56</sup>

Era sob esta conjuntura que se aproximava o sétimo aniversário do Regime Republicano. A 10 de novembro de 1896, o desgastado Prudente de Moraes afastava-se da presidência da República por motivos de saúde, tudo indicando que não mais retornaria ao seu posto. Seu vice-presidente, Manuel Vitorino, passaria a comportar-se não como um vice-presidente em exercício, mas como um ocupante definitivo do poder, reorganizando o ministério, inclusas as pastas militares, nomeando florianistas e mudando a residência oficial do presidente da República, do Itamaraty para o Palácio do Catete<sup>57</sup>. Os jacobinos estão exultantes e exaltam a perspectiva, em seu horizonte de expectativas, vislumbram a ditadura.

O 15 de novembro era então a ‘comemoração da pátria brasileira’, data destinada a ocupar um lugar de destaque no calendário de festas cívicas então organizado<sup>58</sup>, instituído

<sup>54</sup> Idem, *Ibidem*, p.1.

<sup>55</sup> Idem, *Ibidem*, p.2.

<sup>56</sup> Actualidade. O Diluculo. Ouro Preto, p.1.31 de outubro de 1896.

<sup>57</sup> QUEIROZ, Os Radicais da República, p.42-43.

<sup>58</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.4, p.172 – 189, 1989.

pelo Decreto nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890, do Governo Provisório. Tratava-se de uma herança francesa, haja visto que em seu processo, a Revolução havia substituído as festas tradicionais pelas festas revolucionárias: cívicas e laicas que tinham por essência a organização social do tempo e a agradabilidade, pois sendo a festa uma atividade agradável – assinalou Valeri – faz com que seja recordada e antecipada na imaginação.<sup>59</sup>

Abordaremos o 15 de novembro de 1896 em Ouro Preto na perspectiva proposta por Michel Vovelle para as festas cívicas, onde esta forma de culto cívico republicano típico do século XIX torna-se para o historiador o *momento de verdade em que um grupo ou uma coletividade projeta simbolicamente sua representação de mundo, e até filtra metaforicamente todas as suas tensões*<sup>60</sup>.

Naquela data, o combativo periódico 'O Diluculo' lançava aos seus leitores a seguinte questão:

*Seria possível que, por atravessarmos uma época de anomalias, olvidássemos o septimo anniversario do maior successo da nossa historia politica?*

*Não; se por ventura o manto da desgraça quer nos enrolar, se acaso transpomos uma quadra anormal, não desdobramos no futuro um tempo de paz e felicidades, proporcionado pelo faustoso acontecimento do 15 de novembro?*

*Sim. Os obstaculos, feitos pela ambição dos republicanos sem sinceridade e pela malvadez e antepatriotismo dos sebastianistas, havemos de vencel-os custem mil sacrificios. Quando os negros abutres, avidos de sangue e carne voejavam tetricamente na formosa bahia Guanabara, todos auguraram a queda da democracia; porém, a causa nobre é que venceu.*<sup>61</sup>

Articulava-se então o 15 de novembro, instauração do Regime Republicano e o triunfo do *moderno Themistocles* ou seja, a vitória sobre a Revolta da Armada, pois se a Proclamação fora o *grande marco do inicio das nossas glorias* ou o *dia em que as malfadadas cadêas da tyrannia foram quebradas uma a uma pela mão leonica do patriotismo*, sendo ainda o *dia em que a rachitica e exdruxula planta da monarchia foi desterrada com um throno putrido do torrão livre da America independente* havia de continuar contando a *Republica, cheia de myriades de bençams do povo cansado de soffrimentos*, mas porém, *coberta de flores esparsas pelo coração da mocidade jovial*, no

<sup>59</sup> VALERI, V. Festa. In: Enciclopédia Einaudi, v.30. Religião-Rito. Lisboa: Casa da Moeda. 1984. p. 402 – 414.

<sup>60</sup> VOVELLE, Michel. O retrocesso pela História na redescoberta da festa. In: \_\_\_\_\_. Ideologias e mentalidades. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p.240-254.

<sup>61</sup> 15 de novembro. O Diluculo. Ouro Preto, p.1, 15 de novembro de 1896.

*meio de palmas e ovações, ao estridulo de bombões, ao estalar de risadas partidas do peito da multidão.*

Seria a República ainda, não esquecêsemos, a resultante feliz da *santa causa do proto-martyr* [Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes], *a causa dos oprimidos pelo absolutismo*, o que fazia amalgamar a causa dos inconfidentes e a República do presente, afiançada pela mocidade republicana que seriam aqueles a quem caberia manter o *sol da liberdade* por sobre *toda esta encantadora terra de Santa Cruz que é o centro para onde convergem as cubiças do estrangeiro avido de ouro*<sup>62</sup>.

Os festejos oficiais para a comemoração do 15 de novembro tinham sido preparados por uma comissão formada pelos senadores Rocha Lagoa e Costa Senna, pelos doutores Archias Medrado e Alfredo Pinto, completada pelo Coronel Felipe de Mello e por Cornélio Rosenburg, jornalista do inflamado periódico Treze de Março.

Da programação constariam uma alvorada às seis horas da manhã, com salvas de tiros e bandas de música a percorrer as ruas da velha Capital. A partir do meio-dia a comemoração assumiria aspecto militar, nos quartéis da Brigada Policial, seguindo-se à uma hora da tarde uma grande parada na praça Tiradentes. Para as duas horas da tarde programou-se a procissão cívica, a ser *abrilhantada com 22 virgens representando a Republica, os vinte estados da União e o Districto Federal*<sup>63</sup>. As festividades teriam continuidade às 7 horas da noite, no salão do Congresso Mineiro em sessão solene, a qual terminada, seria dado início à distribuição de uma polyanthêa.

Seria dentro desta programação que ocorreriam os festejos em Ouro Preto, naquele 15 de novembro, tendo como único imprevisto registrado a chuva que desabou sobre a procissão cívica no momento em que esta passava pelo Largo do Rosário, o que fez com que seu integrantes procurassem abrigo nos edifícios do Ginásio Mineiro e Congresso Mineiro.

As festas cívicas apresentam-se, segundo Michel Vovelle, articuladas à invenção e aos rumos de uma nova sacralidade, criando a herança que lhes é mais propícia, possibilitando que se possa perceber do que se nutre uma sociedade em dada época, onde surge indisfarçada a ficção da unanimidade, ou da comunhão sem falhas de uma

---

<sup>62</sup> Idem, *Ibidem*, p.1.

comunidade.<sup>64</sup> Naquele 15 de novembro da velha Capital mineira, talvez o que surja como maior interesse ao espectador distante que somos, seja a presença da mulher cívica. Sim, porque ela existia.

E contrariando ao que foi escrito por José Murilo de Carvalho em seu belo trabalho<sup>65</sup>, elas participavam e era considerado próprio que participassem. Talvez, apenas inferimos, não no Rio de Janeiro em virtude das tropelias entre jacobinos e portugueses, da navalha da malandragem ou da presença sempre ameaçadora dos ‘capoeiras’. Mas em Ouro Preto as coisas corriam de forma diferente conforme veremos.

Coerente com esta idéia, lembremos que as festas cívicas seriam para Rousseau as ocasiões de promoção da sociabilidade e da quebra do isolamento, a motivação para o trabalho e a ocasião onde é fornecido como espetáculo os próprios espectadores, tornados atores deles próprios, onde passam a ver-se e amar-se a si mesmo nos outros, sendo as festas o verdadeiro ‘berço dos povos’<sup>66</sup>.

E teria sido com esta concepção em mente que foram chamadas a participar do desfile cívico,

*22 senhoritas representando, uma a Republica Brasileira, outra a Capital Federal e as outras os 20 Estados da Confederação, caprichosamente trajadas de branco, tendo na cabeça um bello barrete prhygio e levando na mão direita pequenos estandartes em que se liam inscriptos os nomes dos Estados que representavam e as datas de 1889-1896, e na mão esquerda um ramalhete de flôres. A tiracollo traziam uma fita azul, tendo inscripto o nome – Brazil – em letras de ouro*<sup>67</sup>.

Mais que compor alegorias, elas se fizeram presentes em discurso, e mais de uma vez. Na primeira, por uma aluna do ‘Pedro II’, Amelia Vaz de Mello, que integrava a representação daquele estabelecimento de ensino público à época dirigido pela professora Antonia Neves, a qual se fez presente. Certamente o discurso mais representativo sairia da lavra de Laudelina D’Oliveira Campos, que considerava que *quando é festejado o maior dia da nossa Patria [momento no qual] vemos congrassados todos os corações, a mulher*

<sup>63</sup> Festejos de hoje. O Diluculo. Ouro Preto, p.2, 15 de novembro de 1896.

<sup>64</sup> O retrocesso pela História na redescoberta da festa. In: \_\_\_\_\_. Ideologias e mentalidades. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 252.

<sup>65</sup> A formação das almas. p. 92. Cf. nosso cap.2.

<sup>66</sup> VALERI, V.Festa. In: Enciclopédia Einaudi, v.30. Religião-Rito. Lisboa: Casa da Moeda, 1984. p. 402 – 414.

<sup>67</sup> As festas do dia 15. O Diluculo. Ouro Preto, p. 2, 30 de novembro de 1896.

*republicana brasileira não podia ser estranha nesta larga comunhão de Fraternidade e Amor*<sup>68</sup>.

Laudelina defendia ser *na mulher onde repouzam as esperanças das nações*, e citava páginas da História onde estas se tinham feito presentes. Perspassa sempre as suas personagens as virtudes cívicas: Philippa de Vilhena a armar seus filhos com os olhos marejados de lágrimas ou Cornélia, a mãe dos Gracos. Para Laudelina Campos, *sentimentos heróicos como a paixão da glória e o amor da Patria, bebemo-los do seio de nossas mães*<sup>69</sup>, o que seria motivação suficiente para que *as vossas patricias tenham um lugar também neste recinto, por que é no coração da mulher republicana onde residem melhor a segurança e a estabilidade da Republica!*<sup>70</sup>.

Do préstito cívico, mas também de uma ‘polyanthéa’ alusiva a data, foram convidadas, comparecendo as redações do Treze de Março e de O Diluculo. A Imprensa Oficial também se fez presente. Da redação de ‘O Diluculo’, Araújo Brasileiro, entusiasmado e admirado *pelo patriotismo e galhardia de tão elegantes senhoritas republicanas, dedicou-lhes o acróstico ‘Viva o Brazil Republicano’*<sup>71</sup>.

Divisando crises e prenunciando lutas, O Diluculo alcançava o final de 1896 alertando seus leitores para a necessidade de retornar os exemplos de civismo e patriotismo como os daquele *fogo ardente que chammejou nos campos paraguaios*<sup>72</sup>, mas também de um passado menos distante, como o 15 de novembro de 1889 e a recente guerra civil, eventos por certo mais presentes para jovens leitores, integrantes por excelência de clubes republicanos e batalhões patrióticos.

A leitura que os diluculinos faziam da conjuntura então enfrentada, conduzia facilmente a uma conclusão: a de que haveria uma dicotomia entre o civismo e patriotismo, sentimentos enérgicos e potentes do povo que *brilham, fulgem em manifestações públicas, em que os corações dos moços entornam luzes intensas* e a atitude do Congresso. A este se acusa de não possuir viço, de se mover pela ambição e pelo interesse pessoal, prática considerada por ‘O Diluculo’ como *a lepra da nossa Republica*.

<sup>68</sup> Idem, Ibidem, p.3.

<sup>69</sup> Idem, Ibidem, p.3.

<sup>70</sup> Idem, Ibidem, p.4.

<sup>71</sup> Idem, Ibidem, p.3. Figura 3.

<sup>72</sup> Civismo. O Diluculo, Ouro Preto, p.1, 15 dez. 1896.

Assim, preconizavam que *urge banir as paixões partidárias, este enorme estorvo, verme que corroe o coração brasileiro, vibora que damna a marcha do nosso engrandecimento.*

Aquele momento a crise ameaçadora possuía como rosto mais visível o de Antonio Conselheiro, sendo o local da contenda o sertão baiano. Armara-se um quadro polarizado onde cabia aos defensores da República – ou os verdadeiros patriotas – manter-se alertas contra as *feras famintas dos despojos da patria* que tomando a forma de negros abutres armavam o exército restaurador para uma nova guerra civil, onde civismo, coragem e patriotismo seriam bastante necessários.

Para isso, avaliavam os diluculinos, se poderia contar com a inspiração das *paginas purpurissimas da mestra da vida* ou seja, caberia à História o papel de atuar como um *espelho brilhantissimo* para que se pudesse aprender *com os nossos antepassados a ser civicos e patriotas.*

Não por acaso, seriam páginas da História nacional e vultos a serem cultuados que ilustram ‘O Diluculo’ nos meses de janeiro e fevereiro de 1897. Benjamin Constant, injustiçado pela Monarquia, mas forte o suficiente para fazer a República e banir *as ultimas parasitas que nos deixaram os senhores de Bragança*<sup>73</sup>, ou ainda o ‘9 de fevereiro’, data a comportar a heróica morte de Gomes Carneiro durante o cerco da Lapa, mas também a *victoria da legaligade personificada no inclyto Floriano*, referência à encarniçada defesa da Cidade de Niterói em 9 de fevereiro de 1894, o combate da Armação.

Das virtudes cívicas como honra, glória e louvor estaria precisando a República brasileira, e aqueles que se propusessem a encarnar estes ideais, conforme vinha concitando constantemente ‘O Diluculo’ poderiam ter certeza que a recompensa viria sob a forma de *passagem para os umbraes da eternidade, sacrificados pelo patriotismo, abnegação e defeza da Republica*<sup>74</sup>.

Mas assim como a dramatização do sentimento cívico atua sobre a opinião pública, colocando diante dos olhos as coisas como elas são, a comédia também poderia ser usada como incremento condutor de um contraveneno anti-oligárquico e anti restauração

<sup>73</sup> 21 de janeiro. O Diluculo, Ouro Preto, p.1, 31 jan. 1897.

<sup>74</sup> 9 de fevereiro. O Diluculo, Ouro Preto, p.2, 12 fev. 1897.

monárquica. Este parece ter sido o caso da revista teatral ‘Viva a Republica’ e da comédia ‘Como se fazia um deputado’, de autoria de França Júnior.

Encenadas pela Companhia do ator Cardoso da Motta, a qual após uma temporada de apresentações deixava Ouro Preto com destino à futura Capital de Minas, uma das músicas da revista ‘Viva a Republica’, o ‘Terceto dos jornaes’ torna-se objeto de interesse da redação de ‘O Diluculo’, que publica o texto, visando conforme declarava, os leitores de fora da Capital.

Este concerto musical a três vozes<sup>75</sup> fora interpretado pelas atrizes Bemvinda Canedo, Maria da Piedade e Laudelina Guimarães, e conforme ressaltava a nota da redação diluculina, e fora cantado por 18 vezes nas quatro representações do ‘Viva a República’. Seriam aquelas atrizes mulheres cívicas? Desempenharam, possivelmente bem, o seu papel de representar, o que lhes rendeu, pela redação da folha ouropretana a conceituação de *intelligentes actrizes*.<sup>76</sup>

Mais importante que saber se coincidiam as sua interpretações com suas vidas reais seria a intenção com a qual o texto foi publicado, o qual ao mesmo tempo que designava os inimigos a serem combatidos, demonstrava haver valorosos defensores da República, os quais supostamente contariam com uma numerosa opinião pública, pois os jornais – Treze de Março – O Diluculo – Minas Gerais - seriam *muito procurados, tanto em Ouro Preto, como nos estados*.

Após o fracasso da terceira expedição enviada a Canudos, expedição comandada pelo ferrenho florianista Moreira César, há um misto de estupefação, incerteza, revolta e com esta, agitação pública, pois acreditava-se que Antonio Conselheiro seria a máscara visível de uma conspiração orquestrada por forças da restauração, ou nas palavras dos redatores ‘diluculinos’,

*a capa sordida dos monarchistas dissimulados e cobardes. [assim seria] necessário, pois, que mostremos a esses saudosos do monarchismo, a esses brasileiros sem patriotismo o quanto somos audazes na defesa das nossas ideias e que quebrems de uma só vez as tyrannas e vis algemas do sebastianismo com que desejam prender os herculeos braços de uma nação altaneira e bafejada pelo resplandecente sol da liberdade.*<sup>77</sup>

<sup>75</sup> Figura 4.

<sup>76</sup> Theatro. O Diluculo. Ouro Preto, p.2. 24 fev.1897.

<sup>77</sup> Pela Republica. O Diluculo, Ouro Preto, p.2. 20 mar. 1897.

Naquele 13 de março, a seguinte nota assinalava uma promessa de esperado reforço na luta em prol da República:

*'Treze de Março' A's 6 e meia horas da tarde de 4 do corrente, reuniu-se no teatro desta capital a Sociedade Anonyma Treze de Março afim de deliberar sobre o reaparecimento do Batalhador e valente periodico cujo nome encima estas linhas. Ficou reconstituída aquella sociedade e resolvido o reaparecimento do nosso estimado collega. Dando-lhe pois, as boas vindas, almejamos-lhe longa e ininterrupta existencia para vemol-o como sempre na vanguarda dos defensores da Republica.<sup>78</sup>*

Canudos passaria a ocupar a partir de então uma importância tanto crescente quanto dramática à medida que se aproximava seu desfecho, quando se tomavam providências para a debelação do foco revoltoso. Unia-se sob o conceito de sebastianismo a crença dos rústicos seguidores do Conselheiro<sup>79</sup>, a esperar a ressurreição de D. João IV e o desejo dos monarquistas em ver restaurado o antigo regime. Logrando convergir seu significado, os radicais da República unificavam a figura do inimigo, dando-lhe rosto e facilitando a sua debelação.

Entre a comoção inicial da derrota e o desejo de vingar a honra da República passaram poucos dias e a 20 de março é tornado pública a notícia da organização do Batalhão Patriótico Bias Fortes, *composto de valentes e denodados republicanos dispostos a todos os sacrificios pela Republica*. Exercitando-se no 1º Batalhão da Brigada Policial, os *bravos patriotas* recebiam instruções do tenente Arthur Andrade. A partir de então, os temas da República em perigo ganhavam realce, intercalando-se com inspiradoras páginas da História pátria.

Seria então mais que um mero acaso, mas uma feliz coincidência que na edição de 13 de março a redação de 'O Diluculo' pudesse homenagear aqueles que haviam conquistado a paz ao término da Revolta da Armada, *último suspiro dos negros abutres agoureiros que voejavam tetricamente sobre as verdes águas da formosíssima bahia fluminense*<sup>80</sup>.

<sup>78</sup> Treze de Março. O Diluculo, Ouro Preto, p.3, 13 mar. 1897.

<sup>79</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no Mundo. São Paulo: Dominus, 1965.

<sup>80</sup> Treze de Março. O Diluculo, Ouro Preto, p.1, 13 mar. 1897.

Com tal campo de experiência, que é o passado tornado presente, a recordação passa a cumprir o papel de aproximação de um conhecimento incorporado, aproximando este conhecimento da realidade vivida. Neste momento se dá a possibilidade de vincular os comportamentos presentes aos embaraços enfrentados no passado. Afinal, se a República corria perigo, não contaria, como no passado recente com *a mocidade, fortaleza das instituições democráticas* ?

Para 'O Diluculo', o 13 de março assinalava o *triumpho da causa da liberdade e da Republica*, data a qual *patriotas sinceros* ou *verdadeiros brasileiros* não poderiam olvidar.

Quanto ao horizonte de expectativa, o que se divisava daquele momento? A vitória sobre os inimigos da República, certamente, afinal, não fora o próprio Marechal que no seu "Testamento Político" declarara que contando com elementos tão valiosos [entre eles a mocidade republicana formada em batalhões patrióticos] não havia duvidado nem *um momento sequer, do nosso triumpho*<sup>81</sup>? A esperança que o batalhão patriótico 'Bias Fortes' fosse tão bem sucedido quanto o 'Silva Jardim' o fôra anos atrás seria o desejo. Mas a inquietação, e também o temor possuem o seu lugar e solenemente o ocupam, pois se sabe que o futuro não deriva por completo do passado, o que julgamos se fazia presente nas homenagens que abaixo reproduzimos:

*'Treze de Março' Cantem vivos clarins, erga-se a voz do povo cheio de gratidão, num hymno triumphal!... Bandeiras a tremem em sentimento novo Saudando a alma divina ao grande Marechal! Hosannahs de clarins altivos, sonorosos, encham de patriotismo o nosso coração no dia mais glorioso entre os dias gloriosos que abriga em sua sombra o nosso pavilhão! Erga-se a voz da selva, erga-se a voz dos rios, engu-se a voz do mar em uma orquestração fogosa e varonil tal como os murmurios d'um arraial de heroes em vespera de acção. Eu quero ver descer das estrellas radiosas a alma do grande heróe, do soldado immortal, que nos virá sorrir nas canções bellicosas neste dia de gloria explendida e jovial. Ouro Preto, 1897.*<sup>82</sup>

*'Moreira Cezar' Victima da sua bravura indomita e dedicação pela Pátria, tombou para sempre no campo de honra o coronel Moreira Cezar o heroico defensor da Republica. A Patria brasileira cobre-se de pesado lucto por ter perdido nelle um dos seus mais dedicados e extremecidos filhos. Agora, os inimigos da Republica, esses mercadores da nossa honra, da nossa dignidade e do nosso brio, essas aves agoureiras que voejam sobre nós, teem razão de rejubilarem-se por tão lamentavel perda e de apreciarem a maneira ignominiosa pela qual fizeram desaparecer dentre os vivos aquelle distincto militar. A Patria curva-se em doloroso pranto ante o cadaver de Moreira Cezar e nós desfolhamos sobre o seu tumulo singelas flores de immorredouras saudades.*<sup>83</sup>

<sup>81</sup> Floriano Peixoto. Testamento Político. O Jacobino, Rio de Janeiro, p.2, 29 set.1895.

<sup>82</sup> POMBAL. Columbino.13 de março. O Diluculo. Ouro Preto, p.1, 13 mar. 1897.

<sup>83</sup> Moreira Cezar. O Diluculo. Ouro Preto, p.2, 13 mar. 1897.

Em Ouro Preto se prestava em 28 de março uma homenagem aos soldados e ao comandante da malograda 3ª expedição a Canudos, numa sessão funebre do Congresso Mineiro. Naquela oportunidade, além do Presidente do Estado, dos seus secretários e alto funcionalismo, participaram também funcionários de cargos mais modestos, assim como jovens acadêmicos, enfim, aquela parte da população mais afinada com as bandeiras do republicanismo radical. Outras bandeiras, envoltas em luto, forneceram a tônica da sessão.<sup>84</sup>

Como uma espécie de alento aos que esperavam ver a República vingada, aquela edição tornava pública a eleição ocorrida cinco dias antes naquele mesmo edifício público, com a finalidade de eleger a oficialidade do Batalhão Patriótico 'Bias Fortes' que assim ficava composta<sup>85</sup>:

*Major-fiscal - Arthur Andrade*

*Capitão ajudante - Viriato Vargas<sup>86</sup>*

*Tenente-secretario - Agostinho Pereira*

*Tenente- quartel mestre - Acrysio de Moura Costa*

*Primeira Companhia*

*Capitão - Benjamin Torres*

*Tenente - Oscar Paixão*

*Alferes - Freitas Lima*

*Segunda Companhia*

*Capitão - Joaquim Dutra Barroso*

*Tenente - José Gonçalves Moreira*

*Alferes - Francisco Alves Junior*

Ao Batalhão Patriótico Bias Fortes não seria possibilitado conhecer a honra, a glória e o louvor, virtudes republicanas tão esperadas. Canudos seria uma promessa não realizada,

<sup>84</sup> Moreira Cezar a catastrophe de Canudos. O Diluculo. Ouro Preto, p.2, 13 abr.1897.

<sup>85</sup> Pro Patria. O Diluculo. Ouro Preto, p.2, 13 abr. 1897.

<sup>86</sup> Viriato Vargas fora redator do 'Treze de Março'.

sendo o Bias Fortes desmobilizado por não haver sido recebida nenhuma ordem do Governo da União para o seu deslocamento. A leitura que julgamos possível acerca deste evento apóia-se na construção teórica formulada por Antonio Gramsci para os processos de revolução passiva.

Ora, basta lembrarmos que por ocasião das Revoltas da Armada e Revolução Federalista, Floriano pôde contar com diversos batalhões patrióticos, mas também com o apoio decisivo dos paulistas, melhor dizendo do bloco cafeeiro que lhe forneceu o necessário apoio logístico. É preciso que atentemos que com a República, o bloco cafeeiro paulista, formação econômico-social iniciada no Império logrou alcançar sucesso quanto à autonomia financeira, força pública e capacidade de contrair empréstimos internacionais.

Neste sentido, se considerarmos a perspectiva gramsciana encontramos durante o período de governo de Prudente de Moraes, os interesses sócio-econômicos do bloco cafeeiro representados em um movimento de sentido pró-oligárquico a contribuir para um crescente fechamento dos canais orgânicos da participação popular, mas também de restrição cada vez maior das possibilidades de intervenção no espaço público.

Dessa forma, a ação de subtração da agenda pública da possibilidade de clubes republicanos constituir batalhões patrióticos, onde encontravam-se interesses divergentes do estado-maior das classes dominantes, como vimos até agora, pode ter sido uma forma de modificar a relação de forças militares, terceiro momento distintivo de uma situação ou equilíbrio de forças no processo de revolução passiva.

Naquele ano de 1897, corria perigo a República? Poderíamos recuperar a opinião de Joaquim Nabuco, a qual reproduzimos páginas atrás. Para aquele saudoso da monarquia, os perigos passados e presentes do regime republicano seriam obra dos próprios republicanos.

E possivelmente havia uma boa parte de razão nestas palavras, pois basta verificarmos o quanto de críticas ácidas a republicanos das representações municipais, estaduais e da Câmara Federal, por ambição, falta de espírito público e não comunhão com os ideais que deveriam presidir a República foram transcritas por nós, da lavra dos nossos radicais da República. Fora talvez contemplando a possibilidade de um golpe de Estado,

que Prudente de Moraes reassumia de forma inesperada, o exercício da presidência da República, em 3 de março de 1897.

Havia uma crescente insatisfação do republicanismo radical ante a representação de qualquer nível que fosse, o que pode ser imputado em parte como uma herança dos jacobinos históricos<sup>87</sup>, mas que ganha porém nova força e maior clareza na imbricação havida na relação jacobinos-positivistas nos anos de 1896-1897.

Com a morte de Floriano Peixoto, os jacobinos haviam se aproximado do projeto republicano defendido por Júlio de Castilhos, onde o federalismo servia apenas como forma de defender uma solução particularmente centralizada para o Rio Grande do Sul.<sup>88</sup> A Júlio de Castilhos, o Clube Militar, defensor do projeto militarista-florianista de presidencialismo autoritário, confere o título de presidente honorário. Ainda em meados de 1896, o Clube dos Jacobinos do Rio de Janeiro o elege presidente honorário<sup>89</sup>.

Havia mais, naquele conturbado ano de 1897, o Apostolado Positivista do Brasil editava um opúsculo denominado 'A ditadura republicana'<sup>90</sup>. Nesta pequena obra, o positivista chileno Jorge Lagarrigue fazia a defesa da forma que deveria assumir a república francesa, para o qual apelava ao General Boulanger, então bafejado pela popularidade em face das dificuldades da III República francesa. A propósito da tradução e edição de tal opúsculo, Cruz Costa entendeu que o 'boulangismo' havia se tornado *um grande sonho dos adeptos das idéias republicanas ditatoriais de Augusto Comte, no Brasil*.<sup>91</sup>

'A ditadura republicana segundo Augusto Comte encontra-se composta por três partes principais, ao longo das quais o leitor é conduzido por meio de fundamentos de filosofia positiva a aceitar como resultado da marcha contínua e necessária da Humanidade – da qual a França se conservaria na dianteira - na direção da sociocracia, que o governo francês não deveria ser monárquico, mas republicano e ditatorial – que seria a única forma de conciliar a ordem e o progresso – não obstante, devendo ser asseguradas também a plena liberdade de exposição e discussão.

<sup>87</sup> Ver nosso cap.1.

<sup>88</sup> JANOTTI, Os subversivos da República, p.138.

<sup>89</sup> QUEIROZ, Os radicais da República, p. 59-60.

<sup>90</sup> LAGARRIGUE, Jorge. A ditadura republicana segundo Augusto Comte. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1897.

<sup>91</sup> Contribuição à história das idéias no Brasil, p.215.

Sendo escrito para a conjuntura francesa, era de se esperar que do opúsculo constasse uma ‘advertência preliminar’ escrita por Miguel Lemos, diretor do Apostolado Positivista do Brasil, que mandara anexar ainda um Projeto de Constituição que Simon Bolívar enviara à República da Bolívia em 1826. Miguel Lemos criticava a corrente republicana de orientação norte-americana que adotada no Brasil sob o rótulo de regime presidencial, dera na verdade ensejo ao domínio da ‘metafísica parlamentar’.

Encontrava-se então o Brasil, de acordo com o diagnóstico de Miguel Lemos, sob um regime quimérico, incoerente e corruptor. Se tomarmos por base o texto de Jorge Lagarrigue,

*A Republica quer dizer que todo poder é instituido, não em vista do interesse de uma familia ou de uma classe, mas tendo em mira o interesse comum da nação. Ela proclama a preponderancia sistematica do sentimento social, consagrando todas as forças da sociedade ao bem geral. Ela estabelece, no fundo, o mesmo principio capital, que serve de base a todo o Pozitivismo: o da subordinação continua da inteligencia e da atividade ao sentimento, da politica á moral.*<sup>92</sup>

Na lógica dos positivistas, o regime parlamentar nada teria a ver com a República, pois seria em essência, oposto ao estado republicano, constituindo-se em “*poderozo obstaculo ao progresso social*”<sup>93</sup>. Isto ocorreria, segundo o positivista Lagarrigue por se compor a assembléia ,

*sempre, necessariamente, como todo o mundo sabe, em parte, dos destroços das classes do antigo regimen, e, na sua maioria, das classes letradas e burguezas. A fortuna, a instrução literaria, a aptidão para bem discorrer, eis as condições ou as circunstancias que levão a esse cenaculo parlamentar. Elas pertencem á burguezia, e é assim que o governo parlamentar é fatalmente o governo dela.*<sup>94</sup>

Assim, deveríamos entender, ao viver no Brasil o domínio da ‘metafísica parlamentar, que como na França, a burguesia fazia,

*habilmente apelo ao preconceito revolucionario acerca da soberania popular, para persuadir o publico de que o reinado de uma Assembléia constitui o estado republicano. Para prolongar o seu*

<sup>92</sup> LAGARRIGUE. A ditadura republicana segundo Augusto Comte, p.15.

<sup>93</sup> Idem, Ibidem, p. 23.

<sup>94</sup> Idem, Ibidem, p.23.

*domínio, ela concedeu ao povo uma aparência de poder supremo no sufrágio universal, bem certa de que a escolha dos eleitores havia de recahir sempre nela.*<sup>95</sup>

Em fins de setembro de 1897, no mesmo mês no qual se publicara 'A Ditadura Republicana', 'O Diluculo' reaparecia após alguns meses de interrupção, no que alegava como motivo principal da forçada interrupção, *a falta de imprensa que a editasse*<sup>96</sup>.

No editorial daquele 26 de setembro, o apelo vinha como de costume à mocidade republicana, sempre acrescida de atributos: *valente alcaçar da liberdade, bella encarnação do ideal republicano*, pois caberia combater os terríveis inimigos da República brasileira, tão infelicitada *por este herpe terrível que se chama interesse ou desamor á patria*.

A menção a Canudos era feita possivelmente para realçar as linhas de força do editorial,

*Muitos bravos, homens de um heroísmo sem nome, que se tornam verdadeiros gigantes quando combatem pela republica, lá tem cahido feridos pelas balas do inimigo e morrido, como verdadeiros martyres da fé republicana.*

*A patria em lagrimas constantemente! Cá longe da acção de guerra os horizontes não se acham menos annuviados. Os grandes homens, da mais elevada estatura politica, os proceres da actualidade, quando deviam se achar unidos, fortes, se separam, formando agrupamentos que se contendem um contra o outro, erguendo cada uma sua bandeira..*<sup>97</sup>

O apelo viria na tarefa a ser desempenhada por aqueles que *ainda immiscuidos no lodaçal da politiquice* [sendo também] *republicanos convictos intransigentes, não contaminados pela lepra do interesse* no sentido de agir contra *factos que cavam a ruina da nossa formosa nacionalidade*, sendo colocado pelos 'diluculinos' nos seguintes termos:

*E' preciso que vos apresteis para a lucta de 1º de março, que decidirá dos destinos da nossa republica. A mocidade alerta, á postos ! Desta contenda urge que façamos triumphante um homem de patriotismo inequivoco e que colloque a patria num altar onde não penetre a vil politiqueira. E' Julio de Castilhos que deverá ser a nossa bandeira na lucta da redimição da nossa patria. Julio de Castilhos é a mais bella personificação da republica no momento difficil que transpomos. Velho republicano dos tempos do dominio bragantino, da academia quando sonhara com a patria cheia de gloria, grandiosa, a aguia do Sul será o redemptor da patria hoje, como foi hontem a mais das gloria republicanas do Brasil, o grande Floriano.*<sup>98</sup>

<sup>95</sup> Idme. Ibidem, p.23.

<sup>96</sup> O Diluculo. O Diluculo. Ouro Preto, p.1. 26 set. 1897.

<sup>97</sup> A' mocidade. O Diluculo, Ouro Preto, p.1. 26 set. 1897.

<sup>98</sup> A' mocidade. O Diluculo, Ouro Preto, 26 set. 1897. p.1.

Com o atentado de 05 de novembro de 1897, e a comoção que a este se seguiu, os jacobinos perdem as ruas, e na Capital Federal o periódico 'O Jacobino' é empastelado. O avesso do céu das folhas do republicanismo radical antiliberal de Ouro Preto é menos violento, e 'O Diluculo' e o 'Treze de Março' conhecem o ostracismo sob outras condições.

Suas existências não seriam ininterruptas, e como sabemos, muito menos longas, conforme era o desejo daqueles radicais da República, pois tendo suas folhas impressas na Imprensa Oficial do Estado, tornara-se fácil a recusa em reproduzi-las sob a alegação de indisponibilidade dos equipamentos tipográficos causados pelo acúmulo dos serviços voltados para o atendimento da máquina estatal.

Com efeito, caberia ressaltar a função que manteriam com a radicalização crescente, junto a um público mais vasto. Talvez possamos disto inferir algumas pistas que sob a forma do não dito, o passado nos deixou. Para exemplificarmos, apontamos que o exemplar de 28 de setembro de 'O Diluculo', endereçado ao Sr. José Philipe da Costa fora devolvido aos seus remetentes, o que se costuma fazer, em casos de assinaturas, ou por causa de endereço incorreto ou – inferimos como mais provável – em recusa ao seu recebimento.

Amordaçados os jacobinos, restaria dizer que estava aberto o caminho para aquilo que Renato Lessa denominou por criação extralegal de um condomínio de oligarcas, que encontraria nos chefes dos executivos estaduais um corpo dotado da prerrogativa de definir a composição do Executivo e do Legislativo federais e o controle sobre a dinâmica legislativa, através da Comissão de Verificação de Poderes.

Para o entendimento desta questão, precisamos atentar para o fato que a Constituição de 1891 determinava a decisão final sobre a composição do Congresso se fazer através dele próprio, por intermédio da Comissão de Verificação de Poderes, a qual era designada pelo parlamentar mais idoso entre os presumidamente eleitos. Assim, este nomeava cinco deputados encarregados de decidir sobre a legitimidade dos mandatos dos demais.

Campos Sales, após conseguir a adesão da maior parte dos governadores, como no caso do entusiástico apoio do presidente de Minas Gerais, Silviano Brandão, logra restringir o alto grau de aleatoriedade representada pela escolha por critério de idade na Comissão de Verificação de Poderes e alterar o Regimento Interno da Câmara.

O que faz com a colaboração ativa de elementos jacobinos de cúpula, como Augusto Montenegro no Pará, Lauro Muller no Espírito Santo ou Nilo Peçanha no Estado do Rio. O que valeria dizer em termos de uma teoria da revolução de modelo gramsciano que os representantes da *antítese* haviam sido atraídos para a *tese*; assim, o processo de revolução passiva ganhava seu curso final.

Passamos agora ao trabalho de analisar a função política e social dos conceitos que viemos abordando, o que faremos mediante a mútua comparação do campo de experiência e do horizonte de expectativa, no que iremos privilegiar expressões consideradas centrais nos textos dos nossos integrantes da facção popular do republicanismo radical, iniciando por um conceito central que é o de República.

Quando os neojacobinos falavam da República em 1896, o faziam utilizando um conteúdo e expressão semânticas inexistentes nos inícios de 1893. Foi a partir dos eventos que se iniciaram naquele ano, ou do campo de experiência constituído a partir daquele cenário, que tornou-se possível aos nossos atores históricos denominar o Marechal Floriano e fazê-lo reconhecer pelos leitores das folhas do republicanismo radical como *o destemido caboclo alagoano, o heroico benfeitor dos brasileiros, o redemptor das nossas plagas, o sagrado apóstolo da liberdade*<sup>99</sup>.

A República à qual se referiam, apesar de reportar-se ao 15 de novembro, momento da instauração do regime, ganhava sentido face ao resultado do processo que acabava revelando um passado tornado presente, ou seja, um campo de experiência, somente possibilitado pela atuação política dos clubes republicanos aos quais ligava-se uma imprensa adepta do radicalismo republicano que fora forjada num crisol de lutas que tinham por pano de fundo a incerteza, o ineditismo e a inorganicidade das quais haviam resultado a experiência militarizada dos batalhões patrióticos.

A República pretendida pelos neojacobinos em 1896, seria enquanto conceito, praticamente um neologismo, e chegaremos à esta noção a partir das características ressaltadas, por intermédio das folhas do republicanismo radical, nos seus mais ardentes defensores: a mocidade republicana. Esta não contemporiza, é desassombrada, e não hesita

---

<sup>99</sup> 15 de novembro. O Diluculo, Ouro Preto, 15 de novembro de 1896, p.1.

sacrificar-se pelo bem da República, a qual parecem ligar seus destinos de maneira simbiótica.

Com efeito, a nos guiarmos nos escritos por eles deixados, a mocidade republicana estaria *sempre alerta quando os traidores tentam vender a pudicicia da donzella, que constitue o idolo de sua adoração, a imagem de seus sonhos – a Republica*, o que faz com que ela [ a mocidade republicana ] não possa *deixar dormirem a somno solto aquelles a quem confiamos tudo que é mais sagrado, tudo que é mais bello e mais nobre – o nosso governo, pois tendo um coração vasto como o immenso oceano pullulante, como a agitação das vagas, como deixar a força e o poder sotoporem-se á razão e ao direito?*<sup>100</sup>

Talvez seu maior desejo, inferimos, seria não haver intermediários, e poder fazer as coisas como deviam ser feitas, com corações puros, amalgamados como *um paladino único mas invicto, o amor da patria*<sup>101</sup>, o que tornaria mais inteligível as constantes críticas feitas às representações políticas.

Buscando uma definição ainda preliminar, poderíamos entender a República como o espaço privilegiado para a realização e afirmação da nacionalidade, interesse que a todos deveria, pela lógica dos nosso neojacobinos, ser comum.

Certamente não seria a República o balcão de negócios, onde um estado-maior da classe dominante preencha seu tempo a se locupletar enchendo largas algibeiras, mas a cidadela inexpugnável onde a nacionalidade, qualidade adscrita ao nascimento em solo pátrio, e portanto bem intangível, surge como veículo de intervenção no espaço público, com a participação direta e inorgânica dos cidadãos nas ações de governo. Intervenção porém que para ser bem direcionada, necessita contar com o concurso da instrução pública, para que venha a República trilhar o caminho do progresso e da civilização.

Esta seria a visão aproximada de República pretendida pelos seus mais radicais defensores, os quais travavam uma 'guerra civil semântica', fosse com republicanos conservadores, fosse contra monarquistas.

A conceituação de República passa a ser enriquecida quando passamos a abordar o conceito de liberdade. Sempre referenciada por nossos neojacobinos, a liberdade advinda

<sup>100</sup> Os Protocolos Italianos. O Diluculo. Ouro Preto, p.1, 29 ago.1896.

<sup>101</sup> Actualidade. O Diluculo, Ouro Preto, p.1,31 de outubro de 1896.

com o Regime Republicano possui no jacobinismo, como assinalou José Murilo de Carvalho, inspiração rousseauniana, sendo a liberdade de participar coletivamente do governo, da soberania, de decidir nos *meetings*, na praça pública, os negócios da República.

Seria este tipo de liberdade que estaria permitindo a existência e atuação dos clubes republicanos e suas idéias mobilizadoras calcadas teoricamente na vontade geral, perspassadas por extremada noção de civismo, patriotismo e nacionalismo que fazia com que os neojacobinos se achassem compelidos por direito e por dever a tomar parte direta nas ações do governo.

O perfeito entendimento do conceito de República, na visão dos neojacobinos, não prescinde do entendimento do conceito de nação. Baseada numa noção de passado compartilhado e futuro em comum, o conceito de nação apresentava-se naquele momento da História brasileira sob o signo da redefinição de uma identidade coletiva.

No que identificamos três vertentes, sendo estas, 1) de agregação étnica, pela valorização do caldeamento havido entre brancos, negros e índios, bem como da apropriação e valorização da participação conjunta destes grupos em eventos da História nacional; 2) de identidade enquanto nação americana, que teria sido ainda mais fortalecida pelo advento republicano, pois o Brasil passava a integrar com outras nações do continente americano – e de suas lições tirar proveito – da comunhão de esforços pela civilização e progresso, no que deveria distanciar-se cada vez mais da Europa, sempre cobiçosa dos tesouros do novo continente; e, 3) de nação como um todo orgânico, falando a uma só voz, alheia a origens de nobreza ou de classe social, de interesses de facção, monoliticamente idealizada e representada por uma vontade unânime.

Comuns nos textos dos neojacobinos, os conceitos de República, Liberdade e Nação, ocupando o conceito de República lugar central, encontravam respaldo na cosmovisão das camadas médias urbanas consumidoras das folhas do republicanismo radical, sendo empregados quase sempre em contextos onde se julga a República correr perigo.

Em situações desse tipo, não raro se fazia apelo ao termo alerta, o qual normalmente se empregava em seguimento às palavras republicanos ou mocidade republicana, esta

utilizada preferencialmente nos casos da necessidade de uma mobilização de caráter paramilitar, como nos casos de formação de batalhões patrióticos.

Mas com o processo de oligarquização facilitado pelas medidas adotadas após o fracassado atentado à vida do Presidente Prudente de Moraes, o que valeria dizer, uma restrição cada vez maior das possibilidades de intervenção no espaço público, as organizações de modelo jacobino, bem como as manifestações que a elas se relacionavam, sofrem visíveis alterações.

Na Minas Gerais daquele período, o culto a Floriano passava a ser expresso na nova Capital mineira através do Club Floriano Peixoto, que pregava entre as disposições permanentes do seu estatuto haver sido organizado, *para fins puramente patrióticos; [e que] objetiva-se a altos ideais políticos, procurando simbolizar na figura de Floriano Peixoto o ideal nacional brasileiro, sem filiar-se, de forma alguma, a grupos, núcleos ou partidos de política regional*<sup>102</sup>.

Reconhecido como agremiação republicana pioneira na nova Capital de Minas, onde ficaria ativo até a década de 1920<sup>103</sup>, diversos autores localizam sua fundação em 15 de novembro de 1898<sup>104</sup> da qual não cogitamos haver dúvidas relevantes, exceto uma observação de Wirth apontando para o Coronel Júlio Cesar Pinto Coelho, como tendo sido o fundador do Clube, personagem que não aparece nem na Comissão Redatora dos Estatutos, nas manifestações promovidas pelo Clube e nem tampouco na sua Diretoria.

Ressalvado este fato, assinalamos ainda que Paulo Kruger Correa Mourão registrou uma festa cívica que teve lugar em 29 de junho de 1898, por ocasião do terceiro aniversário do falecimento do Marechal Floriano Peixoto, a qual contou com alguns dos homens que fundariam o Clube. Na ocasião, um préstito percorreria as ruas da Nova Capital de Minas, composto por uma banda de música, um busto do Marechal e por diversas moças representando os Estados da Federação, festividade que guardava semelhanças com a festa cívica organizada em Ouro Preto no 15 de novembro de 1896.

<sup>102</sup> *Club Floriano Peixoto*, Belo Horizonte. Estatutos do Clube Floriano Peixoto. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1902. A aprovação dos estatutos em assembléia geral deu-se em 7 de maio de 1899. (APM). Figura 5.

<sup>103</sup> WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira (1889 – 1937)*, p.277.

<sup>104</sup> PENNA, Octavio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte (1711 – 1930)*, p. 56; MOURÃO, Paulo Kruger Correa. *História de Belo Horizonte de 1893 a 1930*, p. 18-19; e, WIRTH, Op.Cit., p.277.

Os integrantes do Club Floriano Peixoto propunham-se aos fins previamente especificados em seus Estatutos, como os exemplificados a seguir,

*parágrafo 1º:Comemorar todos os anos, em 29 de junho, a data do falecimento do consolidador da república brasileira, celebrando em sessão magna com a maior solenidade que for possível e publicar nesse mesmo dia um periódico exclusivamente dedicado à memória do mesmo; parágrafo 2º “ Desenvolver a instrução e educação popular, cultivar o amor da Pátria em todas as suas manifestações, honrar a memória dos homens notáveis que a tenham ilustrado por suas ações de benemerência, por suas virtudes cívicas e privadas e solenizar as datas da República brasileira, com especialidade o dia 15 de novembro.*<sup>105</sup>

A julgarmos por seus estatutos, em vários aspectos, o Club Floriano Peixoto demonstrava características próximas ao espírito dos integrantes do Jornal Treze de Março, um dos quais, Cornélio Rosenberg fora aliás, tesoureiro e redator daquele periódico ouropretano. Assinaria na fundação do Clube seus estatutos, o qual ajudara em comissão, a redigir.

Quanto a uma perspectiva de intervenção no espaço público, o Clube se conduzia sob uma visão que englobasse aspectos não regionais, repudiando limitações de espaço ou regionalismos. Sua visão pairava sobre o Brasil, e no artigo, de nº 27, podemos ler que: *Quando chegar ao conhecimento do Club que, por qualquer forma, periga a República, ele se constituirá em sessão permanente, dia e noite.*<sup>106</sup>

Com efeito, com vistas ao entendimento da perspectiva na qual se colocara o Clube, julgamos atraente evidenciar quatro aspectos dos seus estatutos, os quais guardam relação com as práticas dos neojacobinos.

O primeiro seria o compromisso com a instrução e educação popular. Para seus integrantes estes aspectos nunca deveriam ser divorciados do cultivo do amor à Pátria e das virtudes cívicas caras à República, pois consideravam que a completa consolidação das instituições republicanas deveria passar pela disseminação da instrução popular e da educação cívica, necessários à formação do caráter nacional, uma preocupação que lembramos, já angustiara alguns anos antes a Clodomiro de Oliveira, articulista de ‘O Dilúculo’.

<sup>105</sup> Estatutos do Club Floriano Peixoto, p.3-4.

<sup>106</sup> Ibidem, p.12.

O segundo aspecto a ressaltar seria a previsão nos Estatutos da prática de correspondência, fosse esta com outras organizações congêneres ou com sócios correspondentes, o que traz à lembrança o Comitê de correspondência mencionado por François Furet ao estudar no jacobinismo histórico, o Clube Jacobino de Paris.

O terceiro dos aspectos refere-se a uma característica dos jacobinos históricos referida por Crane Brinton, que seria a contínua inspeção dos filiados dos Clubes Jacobinos. Ora, entre as comissões permanentes previstas nos Estatutos do Clube Floriano Peixoto encontramos a comissão de sindicância. A esta comissão caberia apurar denúncias, queixas ou representações que fossem apresentadas contra qualquer membro do Clube. A isto agregamos como critério de inteligibilidade os deveres dos sócios, previstos no parágrafo 3º do artigo 6º, onde lê-se que estes não deveriam desmentir *por forma alguma o conceito em que deve ser tido, de verdadeiro democrata, auxiliando o quanto puder o Club, no empreendimento e realização de seu programa*<sup>107</sup>.

O último dos aspectos a ser ressaltado relaciona-se a uma sutil mudança nos textos dos nossos Radicais da República. Os integrantes do batalhão patriótico Silva Jardim, assim como os redatores e articulistas do 'Treze de Março' e de 'O Diluculo' haviam considerado que a consolidação da Regime Republicano em crise dependia do civismo dos seus cidadãos pra que se chegasse à 'boa democracia', tarefa de defesa da liberdade que julgavam haver cumprido com sucesso em 1893/1894, quando os inimigos da República haviam augurado a 'queda da democracia', democracia que seria materializada pelos neojacobinos na ditadura florianista.

Os homens que integravam o Clube Floriano Peixoto, pugnando ainda pela 'causa da liberdade', estavam mais preocupados no entanto em empenhar *o máximo esforço para a completa consolidação das instituições republicanas*, talvez reconhecendo que a simples manutenção do regime republicano já seria por hora um avanço. Para a República real haviam cunhado a expressão '*causa democrática em geral*', que referia-se aqueles que seriam republicanos, expressão que guardava uma diferenciação semântica com a condição de *verdadeiros democratas* exigida aos sócios do Clube, conforme vimos acima.

---

<sup>107</sup> Estatutos do Clube Floriano Peixoto, p. 6-7.

Assim, se permanecia a defesa da República real enquanto Regime possível, acenava-se para uma alteração no sentido do conceito de liberdade, não se encontrando mais aberto o canal inorgânico da participação direta nas coisas da República, ficando estabelecida a metáfora da causa democrática em geral para o vivenciamento da República real.

Com efeito, talvez a característica de maior intermitência da facção popular do jacobinismo fosse, ao lado do devotado amor à República, a firmeza de propósitos que os fazia imbricar-se à cultura política do republicanismo radical, no que elegemos um personagem paradigmático.

O mineiro Anibal Mascarenhas (1866 – 1924), fora vendedor em uma livraria e mantivera um emprego burocrático na Casa de Detenção da Capital federal, exercendo ainda as profissões de professor, escritor e tradutor<sup>108</sup>, antes da experiência militarizada no Batalhão Tiradentes, à época da Revolta da Armada.

Além de redator-chefe do jornal ‘A Bomba’, que a partir de janeiro de 1895 passara a se denominar ‘O Nacional’, Anibal Mascarenhas publicara dois livros de História: o ‘Lições de História Geral’ e um ‘Curso de História do Brasil’<sup>109</sup>, além de uma coleção que denominava como sendo uma verdadeira enciclopédia do operário<sup>110</sup>.

O Curso de História do Brasil<sup>111</sup>, que veio à luz em 1898, seria um esforço de sintetizar a História nacional, dividindo-a em três grandes épocas, as quais seriam respectivamente *a conquista e o primitivo povoamento – 1500 a 1581; a expansão colonial – 1581 a 1626; e, a fase de agregação étnica – 1626 a 1661.*

Com esta divisão que olhada superficialmente nos parece arbitrária, Anibal Mascarenhas consumia as centena inicial de páginas da obra para discorrer – utilizando-se de uma sociologia de feições spencerianas – sobre o que chamou de *prehistoria brasileira*, precedida de noções de geologia e de paleontologia. Só então Mascarenhas tratará dos fatores étnicos, no que considera o português, o índio e o negro.

O português é o grupo analisado entre as páginas 117 e 127, no que Mascarenhas discorre sobre o *typo antropologico, a origem do povo portuguez, os factos históricos*

<sup>108</sup> COSTA. 1985.p.29.

<sup>109</sup> Figura 6.

<sup>110</sup> Figura 7.

ligados à formação do reino, instituições como o *Direito*, aspectos da cultura como a *lingua portugueza e a litteratura portugueza*, bem como *as artes e a religião*.

A conclusão de Anibal Mascarenhas sobre a civilização portuguesa, fundamento para a sua posterior detração do caráter e sentido da colonização que Portugal buscara imprimir no Brasil assim ficaram expressadas:

*Do que fica dito nos paragraphos precedentes vê-se que o portuguez no momento da descoberta do Brasil, era um povo dotado de superiores energias; pelo denodo militar havia conquistado à mourama o solo da Patria, pelo desassombro de seus marinheiros, chamara sobre si a gloria de haver violado o profundo mysterio dos mares. Povo romanesco e ousado, profundamente impregnado do sentimento mediévico que soube traduzir no verso e na obra d'arte, no feito d'armas e na epopéa marítima cantada pelos Dias e pelos Gamas na immensidão dos oceanos, estava no entanto condemnado a uma morte prematura e ingloria. O fanatismo e o cazarismo empolgaram-n'o e dentro em poucos annos todas as virtudes e todos os talentos desappareciam para dar logar a abjecções: a torpeza do servilismo no povo era elevada à cathegoria de merito, a cupidez e a barbaridade nos nobres abria a porta para todas as grandezas individuaes. Com D. Manoel fecha-se o cyclo dos heroismos e glorias portuguezas*<sup>112</sup>

Mas finalmente Anibal Mascarenhas procura apresentar ao leitor a solução para tantos obstáculos ao nosso desenvolvimento, cuja gênese julga poder ser encontrada ao longo da fase denominada como de *agregação étnica*, ainda que,

*Grande, futura, possuindo todas as condições exigidas para um rapido desenvolvimentos n'essa epocha [1661] no entanto nossa patria não passava ainda de uma pobre terra colonial, atrazadissima, grosseira, valendo só pelos bons rendimentos que proporcionava a semente lançada à terra, bem como por suas excellentes madeiras e meaes de preço.*<sup>113</sup>

O atraso do Brasil colonial se apresentava, na explicação dada por Anibal Mascarenhas não apenas por consequência de ser uma Colônia, mas de ter sido uma Colônia sob o mando de civilização que já no alvorecer do Século XVI era considerada degenerada por nosso historiador. Mas Anibal Mascarenhas ia mais além, apontando ao fim do século XIX, o estado de decadência que as colônias holandesas da Oceania pereciam, resposta àqueles que teciam especulações acerca dos possíveis sucessos que teria sido uma continuada colonização holandesa no nordeste brasileiro, onde

<sup>111</sup> MASCARENHAS. Curso de História do Brasil.

<sup>112</sup> MASCARENHAS. Ibidem, p.127.

*nosso progresso seria tão embaraçado por esse povo, como o fora pelo portuguez; e quanto a este, por forma alguma pôde reclamar para si exclusivamente a paternidade de nossa civilização, que aliás, é o producto de diversos factores de natureza diversa. Si o portuguez fosse o único agente a influir na nossa evolução, o Brasil seria ainda hoje Angola ou Moçambique.*<sup>114</sup>

A visão que perspassa a obra seria que os nossos antepassados brancos, índios e negros haviam cumprido um dever para com sua terra natal, e isto seria importante pois ali naquela luta honrosa e inadiável teria surgido um povo único, singular, irrepetível, o brasileiro, que conjugando esforços, teria expulsado do solo nativo os homens da Companhia das Índias Ocidentais.

O conceito de nação, atravessado pela redefinição de sua identidade coletiva, encontrava em Anibal Mascarenhas e em outros textos dos neojacobinos um ponto axial, onde a agregação étnica teria conhecido no Pernambuco do século XVII, seu timoneiro e sentido para a nossa civilização: seríamos capazes de grandes feitos se unidos num paladino único, a nação.

Caberia encontrar o caminho para o progresso, que cumpriria o papel de marcar a distância com o antigo estatuto de Colônia, o que deveria ocorrer pela implementação da indústria. É nesta perspectiva que entendemos se tornar compreensível a iniciativa editorial de Anibal Mascarenhas, com seus manuais a compor 'uma verdadeira enciclopédia do operário brasileiro', manuais constantemente anunciados em 'O Nacional'.

Ora, sabemos que se por um lado a idéia de nação caracteriza a realidade política, concorrendo também para enformar um território abstrato para as trocas econômicas, temos também presente que o jacobinismo popular interpela a sociedade enfatizando a sua base, consistindo sua *práxis* no fazer-se da História e da sua realização por força da vontade racional, onde tal vontade passa a ser suscitada por um pensamento historicamente baseado, daí a importância do 'Curso de História do Brasil'.

Anibal Mascarenhas, ao divisar o novo século teria depositado veladas esperanças no futuro da nação brasileira.

---

<sup>113</sup> Idem, Ibidem. p.578.

<sup>114</sup> Ibidem, p.578-579.

## 5 - Conclusão

No decorrer do nosso estudo procuramos identificar as ações e pensamento de grupos que em Minas Gerais, compartilhando a cultura política do jacobinismo, integraram a facção popular do neojacobinismo ao final do século XIX.

Estes neojacobinos, ao transitar nos clubes jacobinos, nas redações das folhas do republicanismo radical ou ainda, pagando seu tributo voluntário de sangue nos batalhões patrióticos, concorreram para que emergisse o jacobinismo transhistórico no Brasil, no que adotaram um curso para as suas ações que ameaçava os interesses da oligarquia agroexportadora disposta a restringir cada vez mais os canais de participação política.

Em nosso esforço de aclarar as manifestações dos atores históricos do jacobinismo popular nos utilizamos da estratégia teórico-metodológica da História dos conceitos, onde o tempo histórico é engendrado pela dinâmica e tensa relação entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa, o que vale dizer, de uma relação que em seu presente cada sociedade estabelece com o seu passado e o seu futuro.

Foi a partir das possibilidades de assimilação hermenêutica dadas pela experiência da História e expressadas sob a forma de uma estrutura temporal que partimos em busca do entendimento do presente histórico dos nossos neojacobinos.

República, liberdade e nação foram expressões comuns na lavra daqueles radicais da República, com uma massiva utilização durante todo o período de circulação das folhas do republicanismo radical, no que ficam evocadas as tensões temporais contidas, emprestando concretude em termos de campos de significação ao nosso foco de indagações e contributo de inteligibilidade à guerra civil semântica travada naquele período.

Com efeito, o conceito de Monarquia aparecia como contrário ao conceito de República sob a premissa de detração do antigo regime, o qual deveria sempre figurar como injusto em relação aos talentos individuais e opressor do povo, pois seria representante de uma dinastia estrangeira ou bragantina, frisada constantemente nos textos dos neojacobinos.

Com isto se cristalizava a idéia da Monarquia como uma espécie de planta esdrúxula no torrão livre de uma América independente. A propósito, a seguir a perspectiva dos neojacobinos, aqueles que serviam à Monarquia haviam se tornado por esse ato,

covardes, representando a Monarquia o tempo tristíssimo de um passado escravo e seivagem. Ora, isto faria dos monarquistas homens corrompidos, e assim, dispostos à realização dos seus planos malévolos, num diálogo que julgamos possível remeter à teoria da Revolução de Crane Brinton.

Assim, na lógica dos neojacobinos, os monarquistas, excitados pela febre de posições e dinheiro, não hesitariam um só instante quando a tarefa fosse minar o edifício da República, sendo distinguidos nos textos dos neojacobinos sempre como negros abutres a buscar, pela conspiração e vis artificios, estimular a ambição dos maus republicanos.

Já para o termo bom republicano, conceito contrário assimétrico de monarquista, quase sempre valeria dizer aqueles que transitavam nas hostes dos neojacobinos, e encontrava sua complementação em predicados como sincero, extremado ou estremecido, personificando a figura do cidadão sempre disposto a se auto-imolar pelo bem da República, e seguir para qualquer parte onde a pátria 'exigisse' os seus serviços, pois sempre abnegado, sente-se embevecido em sacrificar-se por patriotismo.

Dessa forma devia-se julgar aos que assim agissem, merecedores em passar para os umbraes da eternidade e figurar no 'altar da pátria', fazendo parte desde então de um passado compartilhado pela nação em páginas de História a ser perenemente recordadas, inclusive por ocasião das festas cívicas. Daí a importância do papel da História e da educação pública em particular, pois na relação existente entre a vontade geral e a opinião pública, torna-se imprescindível que esta última seja esclarecida, para que a emanação da vontade do verdadeiro soberano, o povo unânime reunido, não corra o risco de ser subvertida pelo espírito de facção.

Em um momento de redefinição da identidade coletiva, tornava-se mais fácil materializar a nação sobre aquilo que representasse os interesses dos nacionais, em termos de soberania territorial ou econômica, os quais deveriam triunfar sobre aqueles que representassem interesses de uma Europa entendida sempre como cobiçosa das riquezas nacionais. Desta forma, a Europa, à época bastante caracterizada pelas Casas Reais, aparecia como uma forma de espacialidade do regime monárquico, sempre oposta à América, reduto republicano onde deveria o Brasil reforçar laços com suas Repúblicas vizinhas.

Na cultura política do jacobinismo a publicidade nas ações de governo devem

começar com o voto aberto, que no jacobinismo histórico deveria ser de mão erguida, sendo que qualquer discussão da qual se queira apartar o povo, verdadeiro soberano, deve ser considerada como aviltamento, ação de impostores e indigna de ser considerada lei. Este teria sido o sentido dos *meetings* e das demais manifestações públicas que expressaram a rejeição jacobina contra o 'segredo da vergonha', quando o Congresso Nacional tentou entabular discussão secreta na Questão do Amapá. É nesta questão diplomática, mas também naquelas envolvendo a Inglaterra, no caso da Ilha de Trindade, e a Itália, no caso dos Protocolos Italianos onde torna-se possível evidenciar a relação envolvendo interesses corporativos ligados ao câmbio e a grupos de pressão no Congresso a contrapor-se aos desejos de soberania instrumentalizados em um nacionalismo defensivo caro aos neojacobinos.

Em contextos desta natureza podemos ressaltar as observações de Antonio Gramsci sobre o período posterior a 1870, quando as relações de organização interna e internacionais tornam-se progressivamente mais complexas e maciças. Assim, procurava-se da parte dos interesses coligados da oligarquia agroexportadora a contemporização com as exigências das potências envolvidas nas Questões, no que se esperava receber como moeda de troca a garantia de boas relações de crédito internacional e um perene fluxo migratório de colonos para a cafeicultura, em detrimento das necessidades da população em geral, e dos setores médios urbanos em particular.

Algumas das consequências da divergência de tais interesses, expressados sob um acentuado caráter de luta de classes ficaria expressada no empastelamento das folhas jacobinas, na dissolução dos batalhões patrióticos, e na decretação do Estado de Sítio que garantisse na eleição presidencial de março de 1898 um nome que desse continuidade e aperfeiçoamento ao projeto hegemônico dos cafeicultores paulistas.

Foi sob a tarefa de esmiuçar estas questões que ficou realçado o peso da contribuição historiográfica produzida nos anos 1950/1960, a qual acenou repetidamente sobre a pertinência entre a estreiteza de interesses dos setores médios urbanos e uma proposta política que interpela, como escreveria mais tarde Luiz Werneck Vianna, o público em geral.

Ora, após as contribuições de uma historiografia dedicada a processos de curta e média duração, que considerava os jacobinos um pastiche histórico, nutrindo por eles

ojeriza e a mais solene condenação, exemplos de análise que encontramos ainda em José Maria Belo, foi com as contribuições de Raymundo Faoro e Nelson Werneck Sodré – ao qual acusaram de esquematismo marxista – que se começou a romper a cadeia de uma historiografia de curto fôlego, agravada por encontrar-se imbricada a uma experiência de curta e média duração.

Com tais mudanças, tornou-se possível conceber a sociedade brasileira a partir das suas classes sociais que pensavam e atuavam a partir de valores e esperanças utópicas, e nas estruturas econômicas a partir dos interesses corporativos mais ou menos estreitos destas classes. Estas diretrizes permitiam que se pensasse na formação de grupos sociais urbanos que assumiam uma postura nacionalista, de onde destacamos os neojacobinos, que como forma de instrumentalização dos seus anseios por progresso e civilização, tomaram a História à mão, estando decididos a fazê-la realizando-a enquanto *práxis*, por força da vontade racional. Quando passaram a entender a República mergulhada em séria crise, consideraram seriamente a possibilidade de instituir uma ditadura republicana.

Com efeito, no jacobinismo transhistórico experimentado pela sociedade brasileira ao apagar das luzes do Século XIX, os clubes republicanos assumiram um papel fundamental, pois neles se formavam as comissões redatoras das folhas jacobinas, grupelhos políticos perpassados pelo sentimento nacionalista que assumiam com seus periódicos a função de condutores da opinião pública e contraveneno da grande imprensa enquanto forma de luta que assumia várias frentes, bastando a empiria para verificarmos o trânsito de alguns nomes do jacobinismo popular, o que faz ressaltar a similitude da formação das organizações da qual faziam parte e materializa o caráter matricial destas.

Como exemplificação, basta lembrarmos que do Batalhão Patriótico Silva Jardim constituiu-se a Sociedade Anonima Treze de Março, de onde foi fundado o jornal 'Treze de Março'. Lembremos que nestas organizações transitaram entre outros Públio Ribeiro e Manoel Apollo. Por sua vez, da redação do Treze de Março saíam Artur Andrade para integrar o Batalhão Patriótico Bias Fortes e Cornélio Rosenberg para compor o Clube Republicano Floriano Peixoto.

Tanto quanto o nacionalismo, o culto do herói, o papel da educação pública e o caráter matricial das organizações do jacobinismo transhistórico, costumam ser ressaltadas pela historiografia, a xenofobia e o anticlericalismo. Em relação à xenofobia, o maior

indicativo que conseguimos encontrar em nosso *corpus* documental seriam algumas alusões, mais históricas, ligando Portugal à dinastia bragantina e à exploração a qual teriam submetido a sua antiga Colônia. No mais também, nenhum favor, pois asilando os revoltosos da Armada em seus navios, Portugal se colocava para os neojacobinos em pé de igualdade em relação às demais potências européias.

Quanto ao anticlericalismo, aparece mais pelo que silencia do que propriamente por aquilo em que se pronuncia. A ausência de missas, toques de sino ou manifestações semelhantes conhecidas nos festejos do 15 de novembro de 1896 em Ouro Preto talvez sirvam como um bom indicativo, impressão que o Credo Republicano que transcrevemos páginas atrás parece reforçar.

Com a perda das ruas, nossos neojacobinos haviam sopesado que se por um lado a República só pode ser feita na praça pública, por outro lado haviam sido esgotadas as possibilidades de reinventar o mundo a cada dia. E sendo a construção da República um constante aprendizado, o consenso mínimo a ser adotado bem que poderia ser a manutenção do Regime Republicano, ao menos em seu caráter jurídico-formal. Assim, migravam da defesa da 'causa da democracia' para a aceitação da 'causa democrática em geral'.

Se entendermos que uma cultura política funciona como uma espécie de resposta correspondente às grandes crises enfrentadas pelas sociedades, o que vale dizer, que não se tratam de acidentes, modismos ou pastiches históricos, creio que podemos aceitar também que um melhor entendimento da crise pela qual passou a República no Brasil em seus primeiros anos, passa pelo conhecimento das normas, condutas e ações que homens como Públio Ribeiro, Henrique Lessa, Manoel Apollo, Anibal Mascarenhas, Cornélio Rosenburg e outros tantos integrantes da mocidade republicana defendiam em seus clubes, jornais e trincheiras.

Eles certamente merecem um estudo bem mais aprofundado do que aquele permitido pelos limites deste nosso trabalho. No contínuo refazer que é o ofício do historiador, não seria despropositado que alguém intentasse fazê-lo, aproximando-se por outro ângulo, e talvez tendo necessariamente uma nova visão, o que seria certamente tão válido e bem aceito, pois a cada nova descoberta testemunhamos o quanto de lições ainda nos é possível aprender com a intemerata mocidade republicana do século XIX.

## 6 - Referências documentais e bibliográficas

### FONTES DOCUMENTAIS:

ESTATUTOS, MENSAGENS, PERIÓDICOS, PUBLICISTAS e RELATÓRIOS  
MINISTERIAIS

#### ESTATUTOS

Estatutos do Club Floriano Peixoto. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1902.

#### MENSAGENS

Mensagem do presidente do estado de Minas Gerais ao congresso mineiro na 4ª sessão da 1ª legislatura. 21 abr. 1894. Ouro Preto.

Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Francisco de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua primeira sessão ordinária da terceira legislatura. 15 nov 1899. Belo Horizonte.

#### PERIÓDICOS

*A Ordem*

*O Estado de Minas.*

O Jacobino

O Nacional

Treze de Março

O Diluculo

#### PUBLICISTAS

FREIRE, Felisbelo. História da Revolta de 6 de setembro de 1893. Rio de Janeiro, s.d.

LAGARRIGUE, Jorge. A ditadura republicana. Rio de Janeiro: Apostolado positivista do Brasil, 1897.

MASCARENHAS, Annibal. Curso de História do Brasil. Rio de Janeiro: Livheiros-Editores, 1898.

NABUCO, Joaquim. A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893. São Paulo: Instituto progresso editorial, 1949. (Editada inicialmente como uma série de artigos no Jornal do Comércio em 1895)

PRADO, Eduardo Paulo da Silva. A ilusão americana. 6.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001. (a primeira edição é de 1893).

TAUNAY, Visconde de ( Alfredo Maria Adriano d'escragnolle ). Império e República. São Paulo/ Cayeiras/ Rio de Janeiro: Wetszflog, s.d. (publicado inicialmente como artigos em periódicos de 1890 a 1896 ).

#### RELATÓRIOS MINISTERIAIS

BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat. Relatório do ano de 1893 apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em maio de 1894. Publicado em 1894.

BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro Bernardo Vasques. Relatório do ano de 1894 apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em maio de 1895. Publicado em 1895.

BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro João Thomaz Cantuária. Relatório do ano de 1897 apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em maio de 1898. Publicado em 1898.

BIBLIOGRAFIA :

## ARTIGOS

- BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. Revista brasileira de história. São Paulo, n. 23/24, p. 7 - 18, set. 1991/ ago 1992.
- COSTA, Wilma Peres. Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro. Cadernos IFCH Unicamp. n. 16. Campinas, Jan. 1985.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. Varia História. Belo Horizonte, n.28, 2002, p.13 – 28.
- HAHNER, June. Jacobinos versus galegos: urban radicals versus portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890'. In: Journal of interamerican studies and world affairs, 18 (2), may, 1976.
- HOBSBAWN, Eric J. O ressurgimento da narrativa: alguns comentários. Revista de História. N.2/3, IFCH Unicamp, inverno 1999, p. 39 – 46.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos históricos: Rio de Janeiro, v.5. n. 10, 1992, p. 134 – 146.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. LPH: Revista de História. Mariana, n. 6, 1996, p. 83 - 91.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a república manda guardar. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2 , n. 4, 1989, p. 172 - 189.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História. São Paulo. v.15, n.29, p. 9 – 27, 1995.
- REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e “Annales”: uma articulação possível. Síntese, Belo Horizonte, v. 23, n. 73, 1996, p. 229 – 252.
- \_\_\_\_\_. História e Verdade: posições. Síntese, Belo Horizonte, v. 27, n.89, p. 321 – 348, set. dez. 2000.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. O jacobinismo nos primeiros anos da República: seus ódios, suas razões e a criação de uma idéia de nação. História: Questões&Debates, Curitiba a10, n. 18/19, jun.-dez. 1989.

- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político: nota de trabalho. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 15, n. 30, 1995, p.9 - 22.
- SCHAFF, Adam. Por que a História é sempre reescrita ? Diógenes. Brasília, Universidade de Brasília, n.8, jan.-jun. 1985, p. 117 - 128
- TONELLI, Nicélio César. Floriano Peixoto e o jacobinismo latino-americano. *Revista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 132, p. 5 - 10, 4. Trim, 1995.
- TÓPIK, Steven C. Middle-Class brazilian nationalism in 1889 - 1930: from radicalism to reaction. *Social Science Quarterly*. v. 59, n. 1. jun. 1970. p. 93 - 104.
- \_\_\_\_\_. Revolução burguesa no Brasil ? *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 28, p. 151 - 179, 1994.

#### LIVROS

- AYMARD, André. A cidade grega e o homem: a civilização da Grécia clássica (séculos V-IV). In: CROUZET, Maurice (dir.) *História geral das civilizações. O Oriente e a Grécia antiga. O homem no Oriente próximo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. v.2.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 5. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Casa da Moeda, 1985. p. 296 - 332.
- BELLO, José Maria. *História da República: 1889 - 1954 (Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira)*. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P., SIRINELLI, J.F. (org.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BIGNOTTO, Newton. Problemas atuais da teoria republicana. In: CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- BODEI, Remo. Gramsci: Vontade, hegemonia, racionalização. In: FERRI, Franco (org.) *Política e história em Gramsci*. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BRINTON, Crane. *Anatomia das revoluções*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2003.

- CALMON, Calmon. *História do Brasil; a república e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. v. 6.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. 7. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- CARONE, Edgard. *A primeira república (1889 - 1930) texto e contexto*. São Paulo: Difel, 1969.
- \_\_\_\_\_. *A república velha II: evolução política (1889 - 1930)*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir (orgs.) *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.
- CASSIRER, Ernst. *Antropologia Filosófica: introducción a uma filosofia de la cultura*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1951.
- \_\_\_\_\_. *Linguagem e mito: uma contribuição ao problema dos nomes dos deuses*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- CASSIRER, Ernst. *O mito do estado*. São Paulo: Codex, 2003.
- CHÂTELET, François. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Uma história da razão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.
- COMTE, Auguste. *Catecismo positivista*. In: Auguste Comte. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção *Os Pensadores*).
- COSTA, Cruz. *Contribuição a História das idéias no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a História*. São Paulo:

- Iluminuras; Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 4.ed. Porto Alegre: Globo, 1977.
- FURET, François. Pensando a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FURET, François, OZOUF, Mona. Dicionário crítico da revolução francesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FURET, François. A Revolução em debate. Bauru: Edusc, s.d.
- FONTES, Virgínia. História e modelos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1989.
- GELLNER, Ernest. Naciones y nacionalismo. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.
- GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GUIBERNAU, Montserrat. Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAHNER, June E. *Relações entre civis e militares*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. J. A era das revoluções (1789 - 1848). 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (Org.). A invenção das tradições.. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

- HUNTINGTON, Samuel. A ordem política nas sociedades em mudança. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.
- KOSELLECK, Reinhart . Futuro pasado: para uma semântica de los tiempos históricos. Paidós: Barcelona, 1993.
- \_\_\_\_\_. Historia y hermenéutica. Paidós: Barcelona, 1997.
- \_\_\_\_\_. Los estratos del tiempo. Paidós: Barcelona, 2001.
- \_\_\_\_\_. historia/Historia. Barcelona: Trotta, 2004.
- IGLÉSIAS, Francisco. Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Belo Horizonte: UFMG, 2.000.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Os subversivos da República. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JOSÉ, Oiliam. A propaganda republicana em Minas. *Estudos Sociais e Políticos*. Belo Horizonte, 1960.
- LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1986.
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História política da república*. Campinas : Papyrus, 1990.
- LEFORT, Claude. Desafios da escrita política,. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- LE GOFF, Jacques .O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. História: novas abordagens. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- \_\_\_\_\_. História: novos problemas. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988.
- LÉVÊQUE, Pierre. A aventura grega. In: BRAUDEL, Fernand, FEBVRE, Lucien (dir.). *Rumos do Mundo*. Lisboa: Cosmos, 1967.
- MONTESQUIEU. Do espírito das leis. Coleção *os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

- MORSE, Richard M. O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.
- MOURÃO, Paulo Kruger Correa. História de Belo Horizonte de 1897 a 1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.
- JOSÉ, Oíliam. A propaganda republicana em Minas. *Estudos Sociais e Políticos*. Belo Horizonte, 1960.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da república*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- PENNA, Octavio. Notas cronológicas de Belo Horizonte (1711 – 1930). Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Dominus, 1965.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da república: jacobinismo, ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. O jacobinismo na historiografia republicana. In: LAPA, José Roberto do Amaral. (Org.) História Política da República. Campinas: Papirus, 1990.
- WEBER, Max. Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura. In: Metodologia das ciências sociais. t.1 Campinas: Unicamp, 2001.
- WIRTH, John. *Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional (1889-1937)*. In: História geral da civilização brasileira; o Brasil republicano. 5. ed. São Paulo: Difel, 1989. Tomo III, v. 1. p. 85.
- REIS, José Carlos. Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.
- \_\_\_\_\_. A história, entre a filosofia e a ciência. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- RÉMOND, René (org.) Por uma história política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889 - 1906)*. Belo Horizonte: UFMG, 1982.
- RIOUX, J.- P, SIRINELLI, J.- F. (Org.) Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

- RIVIÈRE, Claude. As liturgias políticas. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social ou princípios do direito político. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção *Os Pensadores*).
- SAES, Décio. A formação do estado burguês no Brasil ( 1888 – 1891). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SANTOS, José Maria dos. A política geral do Brasil. São Paulo: J. Magalhães, 1930.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Republicanismo e federalismo: um estudo da implantação da República brasileira ( 1889 – 1902 ). Brasília: Senado Federal / Universidade Federal da Paraíba, 1979.
- SOBOUL, Albert. História da revolução francesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- SODRÉ, Néelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 11. ed. São Paulo: Difel, 1982.
- STONE, Lawrence. Causas da Revolução inglesa: 1529 – 1642. Bauru: Edusc, 2.000.
- VALERI, V. Festa. In: Enciclopédia Einaudi, v. 30. Religião – Rito. Lisboa: Casa da Moeda, 1984.
- VIANA, Alexander Martins. Jacobinismo como *dérápage*. In: Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VOVELLE, Michel. Ideologia e mentalidades. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_. Jacobinos e jacobinismo. Bauru: Edusc, 2000.
- \_\_\_\_\_. Combates pela Revolução Francesa. Bauru: Edusc, 2004.

## 7 - Anexos

## HIMNO SEIS DE SETEMBRO

A MARSELHEZA BRAZILEIRA

(MUSICA DA MARCELHEZA DE HOUVE DE LIREL)

Combatamos batalhões  
Em prol da legalidade!  
Ruge no mar os canhões  
Contra vós, oh! mobilidade!  
Som no ar a metralha?  
Nos o despeito... no mar?  
Qu'importa! se ha de encontrar  
Em nosso peito, a muralha!

— A's armas!... republicanos!  
Brademos, todos, ufanos!  
Eia!... marchemos!  
Que não mais, retrogrademos!

II

Hoje, a livre o pensamento,  
As serras, montes e o mar!  
Não pode, nem por momentos,  
A monarchia vingar!  
E' em vão qu'o monarchismo,  
Tenta o Povo avasalar!  
Não é facil... dominar,  
Quem se bate com civismo!

— A's armas!... republicanos!  
Brademos, todos, ufanos!  
Eia!... marchemos!  
Que não mais, retrogrademos!

III

Honremos nos que se batem,  
Nos fortes, ou littoral!  
Sejam irmãos... que nos matam!  
Venha de extranhos... o mal!  
Que seja a nossa coragem,  
Nossa blusa, a nossa furda!  
D'outros... a gloria, a bombarda!  
D'outros... a gloria, a fumaça!

— A's armas!... republicanos!  
Brademos, todos, ufanos!  
Eia!... marchemos!  
Que não mais, retrogrademos!

IV

Oh! liberdade querida,  
Soniada por Tiradentes!  
Salva o Patria, salva a vida,  
Dos Brasileiros ingentes!  
Pernambuco... Oh! Viscondeiro!  
Vasto horizontes abrista!  
Na liza, ninguém resisto  
Ao bravo Povo Mineiro!

— A's armas!... republicanos!  
Brademos, todos, ufanos!  
Eia!... marchemos!  
Que não mais, retrogrademos!

V

Nessa afam, conseguiremos  
Que as artes, venham a flux!  
Como Giotto bradaremos;  
Venha luz! Venha mais luz!  
No altar da humanidade,  
Juremos paz e harmonia!  
Suffocar a rebeldia...  
Defender a liberdade!

— A's armas!... republicanos!  
Brademos, todos, ufanos!  
Eia!... marchemos!  
Que não mais, retrogrademos!

Capital Federal, 25-2-(E).

FIGURA 1 – Hymno Seis de Setembro - A Marselheza Brasileira.  
FONTE – O Jacobino

Irmãos, porque dormis?! Vede, tudo irradia:  
Toda a planície é luz, o céu logo—um brazeiro...  
Dormis quando rajilla o sol de Fevereiro,  
Sol que testemunhou a vossa valentia?!

Que é isto? sacodi os véos de argila fria  
Que occulto-vos de nós, faz hoje umanno inteiro?  
Disperdes: vosso esforço e peros do guerreiro  
Vão receber trophos nas gatas deste dia.

Mas não, não acordeis: quem sabe se esquecendo  
Este dia em que a toda esquadra assaladora  
Vio chegado o seu fim, fassas bem?... Morrendo

Não, vate ser vossa obra exconjurada agora,  
Nem vades ser um crimé iniquo, vil, tremendo.  
O desejar-se a Pátria altiva e vencedora!...

FOR NUNTON DO DIA 9 DE FEVEREIRO

FIGURA 2 – Aos mortos do dia 9 de fevereiro.  
FONTE – O Nacional

— *Viva o Brasil Republicano* —

Julieta Villas Boas  
 Maria Senna  
 Violeta C. de Mello  
 Maria da Gloria Campos  
 Angela R. Horta Drumond  
 Carmelita Barcellos  
 Alice Ferreira Costa  
 Alzir Cunha  
 Dede Medrado  
 Olga Mirelles  
 Laudemina Campos  
 Maria Benault  
 Augusta Carneiro Horta  
 Zulmira Pinto Coelho  
 Julieta Araújo Cezar  
 Judith Rosemberg  
 Dalila Garcia  
 Coralina Magalhães  
 Francisco Monteiro  
 Angel Medrado  
 Iracema Zeves  
 Maria Eugenia Horta Drumond

FIGURA 3 – Viva o Brasil Republicano.  
 FONTE – O Diluculo

*Terceto dos jornaes*  
(Musica do Tim-Tim)

3.º acto

Treze de Março — O Diluculo — Minas  
Geraes :

Somos tres jornaes

Muito procurados

Tanto em Ouro Preto

Como nos estados

«Treze de Março»:

Gloria sou da mocidade

Valeroso Romantista

«O Diluculo»:

Eu tambem declaro guerra

A' gentalha monarchista

Os tres (estribilho)

Somos tres jornaes, etc.

«Treze de Março»:

Eu por ser republicano

do lado do marechal

«O Diluculo»:

Idem, idem, idem, idem

«Minas Geraes»:

E eu por ser official

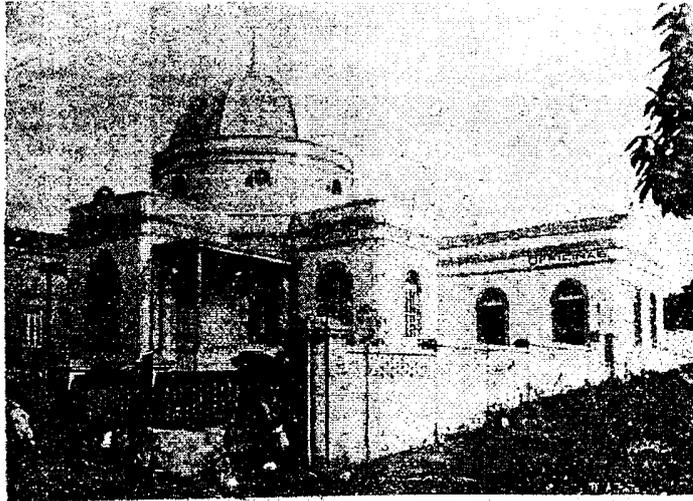
Os tres (em mimica)

Somos tres jornaes, etc.

N. R. Cantado 18 vezes nas 4 represen-  
tações.



FIGURA 5 – Estatutos do Clube Floriano Peixoto.  
FONTE – Arquivo Público Mineiro



Club Floriano Peixoto e Escola de Artífices.

FIGURA 6 – Clube Republicano Floriano Peixoto.  
FONTE – Arquivo Público Mineiro



FIGURA 7 – Curso de História do Brasil  
FONTE – Arquivo Público Mineiro

GRANDE E PALPITANTE NOVIDADE

## Manual do Fabricante de Louças

Contendo minuciosa descripção dos processos mais modernos para o fabrico de todas as qualidades de LOUÇAS, como sejam: LOUÇAS GROSSEIRAS, FINAS, de PO' DE PEDRA, FAIENÇAS, PORCELLANAS, louças esmaltadas, esvernizadas, pintadas, e tudo o mais que se relacione com a arte cerâmica, seguido do

**MANUAL DO FABRICANTE DE TIJOLOS, TELHAS, LADRILHOS, ETC. e do MANUAL DO CURTIDOR**

vindo após o

**MANUAL DO FOGUETEIRO**

trazendo a maneira de se fazerem todas as qualidades de fogos, foguetes, foguetões, pistolas, pistolões, estrelinhas, chuva de ouro, chuva de fogo, fogos chinezes, bombas, etc. etc.; e **MAIS AINDA**

**MANUAL DO FABRICANTE DE PAPEL**

de todas as qualidades; papel á mão e a machina; papel de palha; de milho, de esparto, de madeira, de embrulho; papel da China e do Japão; papel de seda; papel de impressão, etc., etc., **TERMINANDO COM O**

**MANUAL DO FABRICANTE DE TINTAS E VERNIZES**

para uso de empreiteiros, mestres de obras, pintores, caldeiros, pedreiros, etc., trazendo a maneira de se **PREPARAREM AS TINTAS E VERNIZES** a serem usados nas construcções, pinturas de casas, etc., etc.; por

**ANNIBAL MASCARENHAS**

Um volume cartonado e impresso em optimo papel azetizado, contendo os seis Manuaes, que constituem uma **VERDADEIRA ENCYCLOPEDIA DO OPERARIO**. 53000

LIVRARIA QUARESMA — Rua S. José No. 71 e 73